



**UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY**  
**DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**MATUSALÉM ALVES OLIVEIRA**

**O PAPEL DA RELIGIÃO NA PSICOTERAPIA DE APOIO NO**  
**ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA RECASADA**

**Assunção**  
**2013**

**MATUSALÉM ALVES OLIVEIRA**



**O PAPEL DA RELIGIÃO NA PSICOTERAPIA DE APOIO NO  
ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA RECASADA**

Tese de Doutorado apresentado e Defendido  
ao Programa de Pós-graduação em Ciências  
da UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL  
PARAGUAY, como requisito para obtenção  
do título de Doutor em Ciências da Educação

Orientador: Prof. Dr. PHD Jabes Oliveira  
Moura

**Assunção  
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
(Biblioteca Central)

O48p

Oliveira, Matusalém Alves.

O papel da religião na psicoterapia de apoio no acompanhamento da família recasada. / Matusalém Alves Oliveira -- Campina Grande, 2013.

Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado em Psicanálise Aplicada na Educação e Saúde do autor (Mestre – União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural - UNIDERC, 2015).

Referências.

1. Psicoterapia. 2. Divórcio. 3. Teologia. 4. Família. 5. Recasamento. I. Título.

CDU-615.851:2-454(043)



Dedico...

À UNIDERC, pelo espaço propício e fecundo para minha formação ao longo destes dois últimos anos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por essa graça me concedida e pela força diária que me fortalece sempre;

Aos meus pais, Enoque Gonçalves de Oliveira e Irenice Alves de Oliveira pelo carinho e atenção que sempre me dedicaram;

À minha irmã Ellen White Alves Oliveira pelo apoio e carinho demonstrados nessa caminhada;

À minha querida e amada esposa Vanusa Mateus Gomes Oliveira e à minha filha Déborah Gomes Oliveira, pela compreensão e por todo amor a mim dedicado;

Às minhas amigas secretárias da UNIDERC Campina Grande-PB, Naedja Maria Assis Lucena de Moraes; Nagila Assis Lucena de Moraes; e Niguercy Assis Lucena de Moraes;

Ao amigo e orientador professor Dr. PHD Jabes Oliveira Moura pelo companheirismo e pela orientação atenciosa dada a mim;

Ao presidente da UNIDERC, professor Dr. Gedalias Pereira de Lima Filho, pela austeridade como conduz essa instituição de ensino;

A todas as pessoas que fizeram parte desta minha trajetória, pela presença viva, pelas nossas conversas. Junto com eles, tenho motivo de alegria constante e esperança num mundo melhor.

*A Bíblia censura o recasamento, mas reconhece sua existência e a união entre homem e mulher. O recasamento, à luz das Escrituras, é irregular, porém válido. Para entendermos os termos, irregular significa: contrário ao ensino bíblico; válido significa: longe de ser algo aprovado pela Bíblia, é reconhecido por ela como existente. Em outras palavras, o recasamento é moralmente errado, mas mesmo assim é um casamento.*

*Thomas Tronco*

## RESUMO

Atualmente, a psicoterapia de apoio ocupa um lugar essencial na área da saúde, traz uma visão integrada do homem, considerando as dimensões orgânicas, psíquicas e sociais que conjuntamente participam na produção da existência humana e de seus problemas. O objetivo dessa tese foi contextualizar a importância da psicoterapia de apoio que é um espaço especial de atenção às dificuldades da vida e aos caminhos internos para solucioná-los. Seus resultados demonstram uma grande potência de transformação de vidas. Todos os últimos avanços na área da Psicologia e Psicoterapia têm permitido alcançar resultados cada vez maiores e mais significativos. Tem-se como premissa que a experiência clínica acumulada já tem mostrado consonância em relação a algumas medidas preventivas que poderiam minimizar as consequências do divórcio para as crianças e, da mesma forma, ajudar o casal a evitar um novo fracasso no recasamento. No entanto, não se pode omitir que as repercussões emocionais dos processos de divórcio e recasamento constituem-se assunto emergente e cheio de desafios, mesmo na área de terapia familiar. Na esfera do aconselhamento, exige-se ainda pesquisa e reflexão aprofundada por parte da Teologia Prática, a fim de que se possam acompanhar as famílias recasadas, de tal forma que estas sejam auxiliadas no seu crescimento e fortalecimento. Esse estudo, no primeiro momento aborda a instituição Família, na sequência as Instituições Casamento, Divórcio e Recasamento. Em seguida foca-se a Psicoterapia de Apoio, uma técnica utilizada para o tratamento de doenças mentais ou psíquicas que não utiliza medicamentos, tampouco algum tipo de equipamento ou aparelho. A conclusão foi a de que Psicoterapia de Apoio é uma realidade, uma vez que o progresso da área pode ser confirmado tanto pelo aumento significativo de literatura nacional e estrangeira relativa ao tema como pela frequência crescente e importância dos congressos científicos da área no Brasil e no exterior.

**Palavras-chave:** Psicoterapia, Teologia, Família, Divórcio, Recasamento.



## ABSTRACT

Currently, supportive psychotherapy is an essential element in health, brings an integrated vision of man, considering the organic, psychological and social dimensions that participate jointly in the production of human existence and its problems. The purpose of this thesis was to contextualize the importance of supportive psychotherapy which is a special area of attention to life's difficulties and internal ways to solve them. Their results demonstrate a great power of transformation of lives. All the latest advances in the field of psychology and psychotherapy have helped achieve ever greater and more significant results. It has been the assumption that the accumulated clinical experience has already shown line on some preventive measures that could minimize the consequences of divorce for children and, likewise, help the couple avoid another failure in remarriage. However, one can not omit the emotional repercussions of divorce and remarriage processes constitute emerging issue and challenging, even in family therapy area. In the sphere of counseling also are required research and in-depth reflection on the part of practical theology, so that it can monitor the remarried families, so that they are assisted in their growth and strengthening. This study, at first addresses the family institution, following the institutions Marriage, Divorce and Remarriage. Then focuses supportive psychotherapy, a technique used for the treatment of psychic or mental diseases other than medicinal uses, nor any type of equipment or device. The conclusion was that psychotherapy support is a reality, since the progress of the area can be confirmed both by a significant increase of domestic and foreign literature on the subject as by the growing frequency and importance of scientific congresses in the area in Brazil and abroad.

**Keywords:** Psychotherapy. Theology. Family. Divorce. Remarriage.

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01</b> – Família e comunidade - ações intersetoriais .....	24
<b>Quadro 02</b> – Desenvolvimento infantil .....	36
<b>Quadro 03</b> – Deslocamentos do ciclo de vida familiar .....	86
<b>Quadro 04</b> – Formação da família recasada – um sumário desenvolvimental .....	104
<b>Quadro 05</b> – Amostra .....	111

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 01</b> – Ciclo do <i>Bullying</i> .....	42
<b>Figura 02</b> – Pirâmide das necessidades.....	59
<b>Figura 03</b> – Taxa de divórcios no Brasil registrada em 2011 .....	85
<b>Figura 04</b> – Casamentos e recasamentos .....	106

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I - ABORDAGEM SISTEMICA DA FAMILIA: CONCEITUAÇÃO E PROCESSO HISTÓRICO</b> .....	13
1.1 Cenário Social na Atualidade Brasileira .....	27
1.2 A Importância da Família no Desenvolvimento Infantil.....	33
1.2.1 Contextualizando a Escola e Família .....	38
1.2.1.1 <i>Compreendendo o Aspecto Sócio-Afetivo</i> .....	39
1.2.1.2 <i>Analisando o Aspecto Sócio-Psicológico</i> .....	50
1.2.1.3 <i>Reflexões Concernentes aos Problemas Familiares</i> .....	53
1.3 Discussão e Debate Teórico Referente ao Histórico da Família.....	65
<b>CAPÍTULO II - CASAMENTO, DIVÓRCIO E RECASAMENTO</b> .....	79
2.1 Entendendo e Contextualizando o Histórico do Casamento .....	80
2.1.1 Abordagem Referente ao Casamento Nul.....	83
2.2 O Divórcio em Debate .....	84
2.3 Contextualizando as Crianças no Processo do Divórcio .....	93
2.4 Psicologia e Direito de Família.....	95
2.4.1 Mediação e Guarda Compartilhada.....	100
2.5 Compreendendo o Recasamento.....	101
2.5.1 A Família Reconstituída .....	107
<b>CAPÍTULO III - CONSTRUINDO O CONHECIMENTO DA PSICOTERAPIA DE APOIO</b> .....	117
3.1 Conceitos Acerca de Teologia .....	117
3.2 Conceituando e Estabelecendo a Compreensão de Psicoterapia.....	124
3.2.1 Buscando a Historicidade da Psicoterapia .....	126
3.2.2 A Contratransferência em Psicoterapia .....	127
3.3 Psicoterapia de Apoio: Objetivos e Técnicas .....	131
3.4 Mecanismos de Avaliação da Psicoterapia de Apoio .....	135
3.5 Acompanhamento Psicoterapêutico .....	137
3.6 Psicoterapia de Apoio, Fé, Recasamento, Família e Religião .....	139
<b>CONCLUSÃO</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149
<b>ANEXO</b> .....	165
Anexo 1 – Famílias Reconstituídas .....	166
Anexo 2 – Artigo da Dissertação .....	169

## INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a Psicoterapia é validada pela ciência, afirma-se que entre ciência e fé cristã existe uma grade rivalidade histórica, gerada pela disputa da prerrogativa de explicar a nós mesmos o mundo e aquilo que somos. “Apesar de existirem motivos históricos para essa inimizade, não é verdade que ciência e fé sejam incompatíveis” (SILVA, 2015, p. 1).

Segundo esse autor, a rivalidade “[...] pode ser explicada como um imenso equívoco, gerado pela intolerância de ambas as partes, que é afirmar que há uma única verdade [...]” (SILVA, 2015, p. 02).

Diante disso, a pesquisa se baseia em teorias validadas pela ciência, como, por exemplo, a psicanálise, e pode ser aplicada no tratamento de neuroses e psicoses leves como: ansiedade, depressão, pânico, fobia, doenças psicossomáticas e outras. Nas psicoses graves como: esquizofrenia, psicose maníaco depressiva, a indicada é a psicoterapia de apoio e a psicoterapia familiar.

As psicoterapias de apoio são as mais frequentes e as menos elaboradas, podendo ser utilizadas isoladamente, constituindo um tratamento essencial ou mesmo o único possível em determinadas situações, ou podendo ser o ponto de partida para uma psicoterapia de maior profundidade. A psicoterapia de apoio é e pretende ser uma terapia pragmática voltada irada para aquilo que é enunciado como queixa, sintoma ou sofrimento.

Nesse sentido, cabe aqui citar Carrenho (2002) quando a mesma refere que a psicoterapia tem como uma de suas propostas, ajudar as pessoas a conduzir e assumir sua vida por meio de escolhas certas e se responsabilizar por essas escolhas e respectivas consequências. Ressalta a autora que o profissional eficiente e eficaz trabalha em consonância com o indivíduo que busca e precisa de ajuda para que o mesmo ‘enxergue’ recursos para viver com mais qualidade de vida.

Em geral, quando uma pessoa procura ajuda por meio da psicoterapia, ela está se sentindo incapaz de lidar com conflitos que lhe proporcionam angústia.

Seu maior desejo é descobrir um caminho para resolver seus impasses e minorar seu desconforto.

Entre esses conflitos, pode constar a questão da participação ou não da comunidade religiosa, ou muitas vezes o conflito surge em decorrência de uma vida dupla, em que o ingresso em um grupo religioso torna-se uma imposição.

Há pessoas que:

[...] estão tão frágeis na sua autonomia e livre arbítrio que buscam um julgamento no terapeuta, ou então uma indicação de qual caminho seguir. No entanto, não cabe ao terapeuta convencer a pessoa sobre o que ela deve ou não fazer, muito menos julgá-la. A responsabilidade do terapeuta, junto ao cliente, é descobrir todas as opções que a pessoa tem e deixar que ela faça sua escolha. Ou então apresentar ao paciente suas próprias falas e comportamentos para que ele mesmo perceba possíveis incoerências e assuma uma nova postura (CARRENHO, 2005 p. 2).

Ao buscar a psicoterapia, considera-se que a pessoa se afasta da igreja, porém isso não é verdade, ela busca a psicoterapia porque já tinha em mente não mais participar da comunidade religiosa. Então, sentindo a necessidade de se fortalecer na decisão tomada, precisava de alguma sustentação.

O que determina a utilização da psicoterapia de apoio é, portanto, as necessidades do cliente e o contexto específico em que o terapeuta trabalha. A psicoterapia de apoio é considerada a única realmente eficaz em contextos institucionais, que serve praticamente todas as populações e sujeitos, mesmo existindo outros tipos de trabalhos psicoterapêuticos (CARDOSO, 2015).

A expansão do enfoque psicossomático das questões relacionadas à saúde e à doença e o processo da Psicologia nos contextos institucionais organizados para as demandas da área são tendências dessa época. Entende-se que o enfoque psicossomático possibilita uma visualização global da patologia humana que busca abranger todo o conjunto de fenômenos relacionados com o adoecer.

Esta concepção global das enfermidades, originária das constituições da Psicanálise, pode ser confirmada por inúmeros trabalhos de caráter experimental, porém não cabe aqui discorrer mais detalhadamente sobre este tema (MELLO FILHO, 1988).

Pelo evidenciado, surgiu a motivação para se pesquisar sobre a temática em pauta justificando assim este estudo. O objetivo foi expor uma abordagem sobre uma das áreas fundamentais da Psicologia – a Psicoterapia de Apoio – enfatizando a sua influência na cura pela fé.

O problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: a Psicoterapia de apoio é uma realidade? Como hipótese tem-se que o progresso da área pode ser confirmado tanto pelo aumento significativo de literatura nacional e estrangeira relativa ao tema como pela frequência crescente e importância dos congressos científicos da área no Brasil e no exterior.

A metodologia está centrada na pesquisa e coleta de informações de ordem teórica viabilizada, ou seja, por meio da pesquisa bibliográfica que se traduz em um levantamento bibliográfico de livros, revistas e artigos científicos.

Esse estudo, no primeiro momento aborda a instituição Família, na sequência as Instituições Casamento, Divórcio e Recasamento. Em seguida foca-se a Psicoterapia de Apoio, uma técnica utilizada para o tratamento de doenças mentais ou psíquicas que não utiliza medicamentos, tampouco algum tipo de equipamento ou aparelho.

## **CAPÍTULO I - ABORDAGEM SISTEMICA DA FAMILIA: CONCEITUAÇÃO E PROCESSO HISTÓRICO**

Segundo Ariès (1981) o termo 'família' é derivado da palavra *famulus*, que significa 'escravo doméstico', vocábulo criado na Roma antiga para nomear um "[...] novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e à escravidão legal" (REGEN, 2005, p. 1).

Na Roma republicana, o conceito de família era claramente patriarcal, sendo considerada como "[...] tudo aquilo que estivesse debaixo do poder paterno, mulher, filhos, escravos e até bens como terra, instrumentos e animais de trabalho" (REGEN, 2005, p. 1).

O conceito de família tem perdido valores a partir do momento em que seu valor agregado deixou de existir como laço de união e se tornou um conjunto desarticulado, onde cada membro passou a agir por si e se movimenta no Universo como se este fosse fracionado em parcelas localizadas ali ao lado (CARVALHO, 1997).

Conforme esse autor, para esse desagregamento familiar, muito têm contribuído os meios de comunicação, a valorização profissional de cada um e a procura de novos horizontes que está latente nos objetivos do ser humano.

Nesta conjuntura, a união familiar foi penalizada, principalmente, por separações, divórcios, pais que não assumem filhos que vão morar com avós ou são adotados. "Daí o desmoronar de vínculos que se vão diluindo com o decorrer dos anos" (NOGUEIRA, 2005, p. 9).

Segundo Samara (1989, p. 113), historicamente, pode-se dizer que "[...] a família, no Brasil, sempre constituiu, ao menos na aparência, um grupo permanente e estável, funcionando como uma entidade organizada e incumbida de certo número de funções sociais", sendo um modelo patriarcal.



Na família patriarcal o chefe era o homem, mulheres e filhos eram considerados 'parte sem voz na família'.

A situação de mando masculino era de tal natureza que os varões não reconheciam sequer a autoridade religiosa dos padres. Assistiam à missa, sem a menor manifestação daquela humildade cristã (própria, aliás, das mulheres), assumindo sempre ares de proprietário de capela, protetor da religião, bom contribuinte da Igreja. Jamais um orgulhoso varão se dignaria a beijar as mãos de um clérigo, como o faziam sua esposa e filhas. Nesse universo masculino, os filhos mais velhos também desfrutavam imensos privilégios, especialmente em relação a seus irmãos. E os homens em geral dispunham de infinitas regalias, a começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras com criadas, escravas e ex-escravas, desde que fosse guardada certa discrição, enquanto que às mulheres tudo era proibido, desde que não se destinasse à procriação<sup>1</sup>.

De acordo com Ferraz Filho (2004) a passagem da família medieval para a família moderna foi lenta, e essa transição provocou a construção de um novo 'sentimento de família'. Nessa direção Ferraz Filho (2004, p. 14) cita que, "A partir do século XVIII, as pessoas começaram a se defender contra uma sociedade cujo convívio constante até então havia sido a fonte da educação, da reputação e da fortuna".

Como já observado, desde a mais remota idade, o modelo de família vigente foi o patriarcal, sendo a espinha dorsal da sociedade e tinha como principal fundamento a procriação, administração econômica e direção política. Assim sendo, "[...] a unidade da família deveria ser preservada a todo custo, e, por isso, eram comuns os casamentos entre parentes" (CAPETINI, 2003, p. 16).

Antes, a mulher era submetida ao poder absoluto do patriarca, ocupava uma posição secundária, a família unida não existia. Mas:

Hoje a família encontra-se, profundamente regulada por normas de ordem pública. Os interesses de ordem individual e privada cederam espaço a uma regulamentação marcada pelo interesse público. O coletivo, no campo da ordenação jurídica do Direito de Família, suplantou o individual (BITTAR FILHO, 2007, p. 2).

---

<sup>1</sup> Coleção nosso Século. v. 1. São Paulo/SP /SP /SP: Abril, 1980.

A história registra que muitas mulheres administravam negócios dos falecidos maridos, e mesmo no lar exerciam a denominada 'administração doméstica'. A partir da segunda metade do século XIX, a família patriarcal foi sendo extinta e suas bases sofreram modificações, enfraquecendo-se até desaparecer definitivamente (SAMANTA, 1989 apud FERRAZ FILHO, 2004).

Vários fatores contribuíram para a emancipação das mulheres como, por exemplo: as transformações comportamentais e outras que acabaram com a instituição familiar nos moldes patriarcais. Somando aos inúmeros fatores a separação entre a Igreja e o Estado, e a adoção do casamento civil, decorrentes da Proclamação da República em 1888 (Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890; Constituição Federal de 1891).

Informam Cardoso e Vainfast (1997, p. 289), que desde a década de 1970, surgiram pesquisas sobre a história da família, devido às mudanças ocorridas “[...] acerca da posição da mulher a partir de novos achados sobre seus papéis nessa instituição”.

Cabe ressaltar que:

Ao longo da história, a família ocupou diferentes funções na sociedade. Desde os primórdios, tendo como função básica a manutenção da riqueza e da propriedade, passando pela interferência dos dogmas religiosos, como a indissolubilidade do casamento, no cristianismo, até a inclusão da perspectiva amorosa com a escolha dos parceiros, a família vem sendo um refúgio para um mundo sem coração nas sociedades capitalistas (GOMES; PAIVA, 2003, p. 5).

A história da família:

[...] no início da década de setenta se apresentava com contornos mal definidos, frequentemente confundida com o que poderia ser considerado algumas de suas partes, chegou aos anos noventa renovada, movimentando-se de uma visão limitada da família como uma unidade estática no tempo, para se examinada como um processo ao longo da vida inteira de seus membros. Passou do estudo das discretas estruturas domésticas para uma investigação das relações da família nuclear com o grupo de parentesco mais vasto e do estudo da família como uma unidade doméstica distinta para um exame da interação familiar com os mundos da religião, trabalho, educação, instituições correcionais e sociais e com os processos tais como de migração, industrialização e urbanização (TERUYA, 2000, p. 1).

Pelo evidenciado até aqui, percebe-se que as abordagens sobre a família diversificam-se nas pesquisas e debates já realizadas. (ALMEIDA, 1987).

Esse autor dá a seguinte definição para família:

Trata-se de um grupo concreto composto por certo número de pessoas ligadas por consanguinidade ou aliança e que ocupam lugares diferentes numa hierarquia interna de poder e de papéis? Ou trata-se de uma representação social que os diversos grupos e sociedades fazem das relações de aliança e de consanguinidade, sendo nesse sentido, não uma realidade positiva visível, mas uma realidade simbólica e, portanto, construída, que expressa, produzindo, reproduzindo e legitimando valores que transcendem as fronteiras do grupo, uma mentalidade, uma maneira de situar na sua vida? [...] No entanto, a análise do social, em qualquer nível de recorte em que se realize, implica em conjugar os fatos empíricos e os simbólicos, dentro da concepção de que a realidade é constituída por ambos (ALMEIDA, 1987, p. 13).

Na última década:

[...] o número de famílias – de qualquer espécie – cresceu duas vezes mais que a população como um todo, embora o número de divórcios (assunto a ser tratado em um capítulo à parte) tenha triplicado e o de casamentos de papel passado diminuído 12%. Essa aparente contradição sugere que há cada vez mais gente formando famílias a partir de novas bases. Há um desmembramento do que antes era uma única unidade familiar e também mais gente optando por formatos menos tradicionais. Especialistas no assunto explicam que, longe de andar em baixa, a instituição familiar está se adaptando aos novos tempos, assumindo um perfil mais centrado na qualidade das relações entre as pessoas e no desejo de cada indivíduo. A hierarquia, a obediência e o formalismo que caracterizavam a família no passado deram lugar a uma relativa igualdade e respeito entre todos os integrantes. Mulher e filhos conquistaram espaço e direito à voz, era exclusivo dos homens. Estes, por sua vez, sentem-se menos obrigados a exercer o pesado papel do provedor. Tanto que, no Novo Código Civil, a expressão ‘pátrio poder’ foi substituída por poder familiar, que pode ser exercido por ambos os sexos (PEREIRA, 2014, p. 1).

Segundo essa autora, esse “Esse novo formato, somado às contingências econômicas de hoje, transformou a família em um refúgio mais atraente do que nunca [...]”. As consequências foram: os filhos ficam mais tempo em casa dos pais, e “[...] em alguns casos, até voltarem para lá depois de uma separação ou um revés financeiro” (PEREIRA, 2014, p. 2).

Vários estudiosos, ao iniciarem seus estudos a respeito de famílias, comentam a dificuldade em tratar desse assunto por nos remeter a uma realidade que nos é muito próxima e que confunde com o que nós somos, com nossa identidade pessoal [...] outra dificuldade para se realizar um estudo sobre famílias diz respeito à extraordinária rapidez com que vêm ocorrendo às mudanças nas suas relações internas, principalmente nas últimas décadas (REGEN, 2004, p. 1).

Devido às mudanças histórias da instituição Família, fica difícil a conceituação geral da mesma, visto que ela se molda de acordo com o tempo e o espaço e conforme a sociedade na qual se encontra inserida. O termo 'família' como estrutura básica social é aquela em que o indivíduo inicia a moldagem de seu potencial, com o objetivo da sua realização pessoal e da convivência em sociedade; pois é na família que começa a seu desenvolvimento biológico - atendimento das necessidades primárias -, como também o desenvolvimento do seu caráter, as escolhas, etc. Na sequência um breve histórico a respeito da formação da família.

Desde o início dos tempos, o homem sempre conviveu em grupos, buscando sempre se ajudar mutuamente, formando assim uma grande família, com cada integrante desta colônia, obtendo sua árvore natal, com seus antecessores e seus sucessores. Esta seria a célula básica da sociedade.

Dessa forma, presente aos interesses do Estado, a família “[...] passou a ser tratada como centro de preservação do ser humano, com a devida tutela à dignidade nas relações familiares” (MONTEIRO, 2004, p. 5).

“A família é um sistema ativo, em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo, para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros” (ANDOLFI, 1984, p. 18).

Com relação ao lineamento histórico de família:

Entre os vários organismos sociais e jurídicos, o conceito, a compreensão e a extensão da família são os que mais se alteram no curso dos tempos. Nesse alvorecer de mais um século, a sociedade de mentalidade urbanizada, embora não necessariamente urbana, cada vez mais globalizada, pelos meios de comunicação, pressupõe e define uma modalidade conceitual de família bastante distante das civilizações do passado. Como uma entidade orgânica, a família deve ser examinada, primordialmente, sob o ponto de vista exclusivamente sociológico, antes de ser o como fenômeno jurídico. O conceito de família foi de uma entidade ampla e hierarquizada, retraindo-se hoje para o âmbito quase exclusivo de pais e filhos menores, que vivem no mesmo lar (VENOSA, 2010, p. 569).

Assim, a família passou a ser considerada como:

[...] conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Assim, no interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo em nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990, p. 25).

Nesse sentido, cabe aqui citar Cervený (1994, p. 20), quando o autor assim se refere à família brasileira, “[...] existe uma pluralidade de composições que incluem: laços sanguíneos, relações não formalizadas por parentesco, família conjugal e extensa, núcleo doméstico e família não legitimada juridicamente”.

Em qualquer uma dessas composições, a pluralidade de composições se direciona a um grupo social, em que estão estabelecidas redes de relações, que por sua vez constitui um valor, uma existência social. No caso, a família é um sistema de dentro do qual “[...] as pessoas que vivem no mesmo espaço físico e mantêm relações significativas de interdependência entre os vários subsistemas da família”. (CERVENY, 2004, p. 154). A partir dessas relações significativas o grupo familiar pode então ser visto como um conjunto de relações que funciona como uma totalidade, nesse ponto de vista percebe-se que o comportamento de uma pessoa dentro de uma família pode afetar de maneira significativa no comportamento de cada um dos membros da família.

Ainda conforme Cerveny (1994), a família é um sistema com elementos em interação, um todo organizado, em que suas partes interagem uma sobre a outra, formando esse todo de forma unitário e complexo.

Este pensamento se completa com o entendimento de Kaloustian (2008) quando o autor afirma que:

[...] a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes (KOLOUSTIAN, 1988, p. 22).

Gokhale (1980) acrescenta que:

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas (GOKHALE, 19680, p. 41).

Todavia, o conceito de família sofreu transformações de ordem socioeconômicas, culturais e tecnológicas, produzindo efeitos na sua estrutura e forma de organização. Há um crescente distanciamento do 'modelo' tradicional de família (pai - chefe da família, mãe, filhos e avós) comparada aos atuais, com outros tipos de composição (BRUN, 2001).

Assim, as transformações sociais modificaram o conceito de família havendo distinção da família constituída por casamento formal e a família constituída informalmente.

Na Idade Média e também no início dos tempos modernos, as famílias eram formadas por pai, mãe, filhos e vários outros membros – avós, tios, primos etc.. - e as crianças viviam com os adultos a partir dos sete anos. Nessa idade era permitido serem separadas das mães ou amas de leite, sendo encaminhadas para outras casas para aprender prendas domésticas e de ofícios (ARIÈS, 1981).

A família “[...] cumpria a função de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não implicava em envolvimento afetivos e não tinha ideia de sua função educativa” (REGEN, 2007, p. 1)

“Naquela época os deveres de um bom pai de família reduziam-se a três: controlar sua mulher, bem educar bem os filhos e bem governar bem criados” (REGEL, 2007, p. 2). Viviam na enorme casa os filhos do patrão e dos criados, com uma vida coletiva, sem privacidade, todos juntos, várias pessoas, várias camadas sociais.

[...] no século XVIII, houve uma grande mudança nos hábitos da família, que começou manter distante da sociedade. As casas passaram a ter cômodos propiciando mais privacidade aos membros da família. As crianças passaram a ser percebidas como ser em formação, a família passou a se preocupar e assumiu a função moral e espiritual na educação dos filhos. Outros sentimentos passaram a existir... Surge a afetividade, uma das características da família moderna. Surge agora uma preocupação dos pais em proporcionar a todos os filhos a preparação para a vida. O aprendizado que era realizado em casa pela família foi substituído pelas escolas. As Escolas de Caridade do século XVII, que foram criadas para atender os pobres, eram também frequentadas pelos ricos. Que com o surgimento da burguesia, no século XVIII, retiram seus filhos para Escolas criadas especialmente para essa classe, o que tornou as Escolas de Caridade em um sistema escolar primário popular (LIMA, 2005, p. 10-11).

As escolas de caridade foi um grande ‘problema social’ da época, entre tantos outros como, por exemplo, desigualdades sociais e injustiças. Com a reestrutura do lar e a mudança de hábitos surge a família moderna, “[...] formadas por pais e filhos, que passam a constituir pequenas sociedades com seus valores, padrões e culturas próprias. A família mais uma vez passa por grandes mudanças, no século XX [...]” (REGEN, 2005, p. 4). Vários fatores contribuíram para o referenciado acima:

- As duas grandes guerras mundiais;
- Uma maior e efetiva participação da mulher no mercado de trabalho;
- Controle da natalidade;
- Declarações dos Direitos Humanos;

- Desistência de tradições;
- A importância para o fator 'individualidade';
- A migração da população rural para áreas urbanas;
- A grande influência da mídia, evidenciando-se a televisão, que trouxe outros valores para as famílias, houve então inversão de valores morais e éticos.

Os papéis familiares são predeterminados e não conflitivos, nas famílias tradicionais, “[...] fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia. Mas no momento em que a individualidade ocupa seu espaço, esses papéis tornam-se conflitivos, apesar da vida familiar continuar a ter o mesmo valor social” (REGEN, 2005, p.4-5). Mudanças significativas ocorrem causando a alteração da ordem familiar tradicional são elas: o abalo da autoridade patriarcal e a divisão de papéis familiares.

Daí então, a autoridade dos pais, os direitos e deveres familiares, não mais estão preestabelecidos, passam a ser negociados. Levando assim a uma permissividade que tem prejudicado muito as crianças, que ficam sem limites estabelecidos. E isto pode ser hoje, a causa de grandes males da nossa sociedade (LIMA, 2005, p. 12).

Segundo Piaget (1998, p. 265) a autoridade com respeito mútuo leva à construção da autonomia, que segundo ele “[...] consiste em compreender o porquê das leis que a sociedade nos impõe e que não somos livres de recusar”. É preciso construir com a criança regras com respeito mútuo, e não com respeito unilateral e com coação, para que possa se tornar um adulto com a noção de justiça e capaz de realizar escolhas conscientes. Isso é adquirido e assimilado na família, antes da Escola. Vários fatores já citados são responsáveis por grandes alterações na estrutura familiar: seu sistema de relações, papéis e formas de reprodução social.

“Nas grandes áreas metropolitanas, observamos a existência de inúmeras famílias monoparentais, formadas por mulheres que sustentam sozinhas os seus filhos” (REGEN, 2005, p. 5).



O que leva a família de baixa renda também a assimilar novos valores e padrões sociais, como: gerar menos filhos, a mulher como força de trabalho e a diferença entre chefe e provedor da família.

Com o elevado índice de desemprego e subemprego do homem, a mulher passa a ter papel importante no mundo do trabalho e o adolescente começa a trabalhar cada vez mais cedo, abandonando os estudos. Estabelece-se uma nova relação de poder intrafamiliar. Além disso, a situação de carência e o desejo de consumo provocam reações que variam da apatia e alcoolismo até aos atos de violência, intra e extrafamiliar (CORRÊA, 2015, p. 2).

A dissolução das uniões e a formação de novas famílias, também merecem destaque, em que:

[...] os papéis parentais não ficam claros, quando membros de duas famílias se unem para a formação de uma nova família. Nos dias de hoje, ao falar em família, é necessário que se faça uma nova leitura do velho modelo de família nuclear burguesa, que tem como verdade estabelecida a família formada por pai, mãe e filhos, com uma relação pautada na hierarquia e subordinação, poder e obediência, com a autoridade masculina prevalecendo e consequentes relações entre desiguais (LIMA, 2005, p. 13).

Para essa autora, “É preciso ter em mente que cada família constitui um universo. Um sistema de relações” (LIMA, 2005, p. 14). No Brasil, os historiadores da família:

[...] também estiveram atentos ao debate teórico que se processava nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos a partir dos anos setenta. Resguardando nossas especificidades históricas, adaptaram e desenvolveram metodologias próprias à documentação disponível. Assim, nas últimas décadas, as pesquisas na área têm provocado revelações surpreendentes sobre o nosso passado e novas visões acerca da sociedade brasileira (TERUYA, 2000, p. 2).

Ressaltando sobre a dificuldade de se estabelecer um conceito único de família, bem como sua representatividade dentro de contexto social. Dentro do contexto teórico, o conceito de família, apresenta-se como um campo contraditório, pois não há um consenso sobre tal definição.

Um conceito aparentemente básico é que a família é o primeiro grupo social a qual as pessoas fazem parte. É nesse espaço que ocorrem os fatos mais

marcantes da vida de um sujeito, é onde acontece a formação de primeira identidade que vai referenciar as pessoas enquanto sujeitos. Nessa direção:

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (KALOUSTIAN, 2008, p. 93).

Esse autor concebe a família como uma primeira unidade à qual o sujeito pertence, e que leva às demais relações sociais. Cada família tem suas configurações e características próprias, e é afetada pelas mudanças que estão ocorrendo na nossa sociedade. Sendo assim as mudanças que vêm ocorrendo nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais interferem diretamente na dinâmica familiar. Há uma definição de família no imaginário social das pessoas, que seria “[...] um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e que habitam a mesma casa” (GOMES; PEREIRA, 2005). Outra definição:

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, 1997, p. 120).

A importância da família no contexto da vida social está explícita na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988 em seu artigo 226, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Declaração dos Direitos Humanos. Conforme apresenta o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

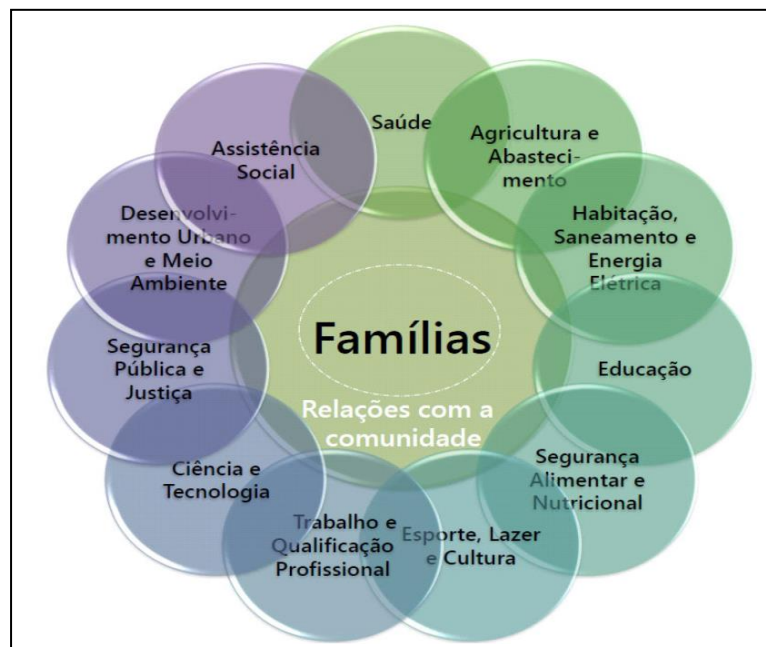
Entende-se a família como um grupo de pessoas com laços de:

[...] consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p. 64).

O art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que afirma:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2007, p. 7).

Tudo isso, focando a relação entre família e comunidade - que reflete na escola e conseqüentemente na educação. A criança/adolescente precisa ser acolhida pelo professor - e pela escola – por meio de uma estratégia de motivação para a construção de conhecimentos, sempre, com o auxílio direto do professor, família e comunidade. O quadro 01 apresenta um conjunto de ações intersetoriais, que se planejadas podem garantir aos jovens maior qualidade de vida:



**Quadro 01** – Família e comunidade - ações intersectoriais.  
**Fonte:** SEDS (2014, p. 1).

A relação entre família e Estado vem sendo estudada por vários autores. De acordo com Leal, Matos e Sales (2004) essa relação sempre foi conflituosa, isso por estar menos relacionada às pessoas e mais a disputa do controle sobre o comportamento das mesmas.

Lima (2006) destaca que a situação das famílias pobres no contexto atual é de sobrecarga, pois as condições em que se encontram são de pobreza, desemprego e os serviços que são ofertados pelo Estado como a saúde, habitação, educação, estão cada vez mais inacessíveis a esses indivíduos. Tal realidade obriga a família a exercer a função de proteção social, como o sustento e cuidado sobre seus membros.

Neste sentido, quando o Estado intervém, ou quando consegue efetivar a proteção social as famílias, “[...] não avalia o peso da família em relação ao cuidado e proteção de seus membros, mas acaba lhe imputando toda uma gama de responsabilidade e deveres, as quais nem sempre ela corresponde” (LIMA, 2006, p. 10). Seguindo neste entendimento a respeito de família:

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básica (ACOSTA; VITALE, 2007, p. 31).

Diante do exposto, percebe-se o aumento da contradição entre família e Estado. Isso porque ao mesmo tempo em que o Estado protege também culpabiliza e responsabiliza a família, esquecendo-se que na maioria das vezes, essas famílias não conseguem e não tem condições de protegerem-se a seus membros. No início da década de 1990 no Brasil, o advento da nova CRFB e do ECA:

[...] recupera e reforça o olhar sobre a família. É um período de institucionalização, de novos marcos para a proteção social do país, pois se tem ainda a instauração de inúmeras legislações, como por exemplo, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Lei Orgânica da Saúde (LOS), entre outros (CASTRO, 2008, p. 122).

Nesse novo contexto, vem se debatendo um novo conceito de atendimento do Estado para com as famílias, o qual se refere à matricialidade sócio familiar. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a família é definida como “[...] espaço privilegiado e insubstituível de proteção socialização

primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida” (BRASIL, 2004, p. 41).

A centralidade da matricialidade sócio-familiar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surgiu devido ao processo de penalização das famílias, cada vez mais vulnerabilizadas. A inclusão da família é realmente necessária nas políticas sociais em razão de condições de pobreza se relacionar à questão da má distribuição de renda, uma vez que hoje o modelo de produção capitalista não garante emprego e renda digna que possa suprir as principais necessidades de grande parte da população que se encontra cada vez mais vulnerável. Assim, o Estado se torna ainda mais responsável em implantar políticas sociais que respondam às necessidades mínimas e indispensáveis à saúde, segurança, moradia e educação.

Nesse novo olhar, “A família é revalorizada na sua função socializadora. Mais que isso, ela é convocada a exercer autoridade e definir limites. Espera-se uma socialização mais disciplinar e menos permissiva junto a crianças e adolescentes” (CARVALHO, 2002, p. 16).

“Espera-se da família uma maior parceria - participando com a escola no projeto educacional destinado a seus filhos. Fala-se hoje igualmente em comunidade presente na escola” (CARVALHO, 2002, p. 18).

E, que a família possa ser vista como “[...] a ancoragem principal na socialização de seus membros e na garantia de vínculos relacionais que previnam os riscos de isolamento social decorrentes da ausência de trabalho [...]” (CARVALHO, 2002, p. 13).

Dessa forma, a família no cenário brasileiro é alvo de discussões e polêmicas, assunto abordado na sequência.

## 1.1 Cenário Social na Atualidade Brasileira

Sabe-se que o homem exercia, na sociedade, um papel de dominação; o espaço público era por ele tomado. Somente ele gozava de direitos políticos. Da mesma forma, ele controlava a família.

No que diz respeito às mulheres, observa-se que a mulher urbana ficava presa ao lar; as que eram esposas de burgueses usufruíam os privilégios financeiros e sociais. Já a mulher operária, cuidava da casa e trabalha fora para ajudar no orçamento da família. Fazia faxinas, lavava roupa para fora ou sai vendendo produtos de porta em porta etc. (PERROT, 1991).

A ampliação a participação da mulher nos espaços públicos, processo especialmente marcado pela propagação das ideias feministas, da inserção em grande escala das mulheres no mercado de trabalho e na dissociação entre sexo e reprodução, possibilitado pelos métodos contraceptivos modernos, permitiu fazer a crítica e contestação das relações homem-mulher em várias esferas da sociedade. O casamento e a família são atingidos pelos questionamentos e redefinições das fronteiras de seus principais fundamentos: a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre o público e o privado. Influenciado por ideais individualistas e igualitários, o casamento, fruto de escolhas pessoais, torna-se cada vez mais um contrato passível de rompimento, onde famílias podem ser desfeitas e refeitas continuamente (MARCONDES, 2006b, p. 7).

Neste contexto surge o tema do divórcio que, de acordo com Streck (1999, p. 14), somado ao surgimento dos anticoncepcionais nos anos sessenta, “[...] tornaram-se fatores importantes a serem estudados nas transformações da família”. Ainda de acordo com essa autora as mudanças em uma família e os problemas:

[...] não dependem apenas da capacidade dos seus membros de ter uma vida sadia. A família é submetida a fortes influências exteriores, que mudam a cabeça e os costumes das pessoas. Para as gerações mais novas, a tradição familiar afrouxou fazendo com que cada um decida por si como quer viver as relações com o outro sexo, se quer ter filhos ou não, se prefere viver numa relação duradoura com um parceiro ou se prefere trocar o companheiro quando o amor esfriou. Na moral pública, a monogamia não se entende por si mesma e questiona-se a discriminação de relações homossexuais entre casais de homens e mulheres. (STRECK, 1999, p. 15).

A despeito dessas transformações:

[...] as regras tradicionais para a vida familiar, apoiadas pelas igrejas, ainda estão em vigor. Especialmente entre famílias que vivem no interior, onde separação, divórcio e filhos de mãe solteira são vistos ainda com certo preconceito. Mas a diferença entre a vida na cidade e no campo vem diminuindo cada vez mais, certamente pelo acesso à informação que é cada vez mais possível neste novo milênio (BRITO, 2005, p. 18).

#### Os padrões de conjugalidade e fecundidade:

[...] têm sofrido alterações na medida em que concepções sobre o casamento, família, maternidade e paternidade passaram a ser reavaliadas sob uma perspectiva de ideais de igualdade de gênero e da autonomia financeira e pessoal das mulheres (MARCONDES, 2006a, p. 2).

Assim sendo, parte-se da premissa de que a partir das décadas passadas, têm ocorrido grandes transformações nos padrões de ciclo de vida em família, que segundo Carter e McGoldrick (2001, p. 345), ocorrem especialmente “[...] por causa do índice de natalidade menor, da expectativa de vida mais longa, da mudança do papel feminino e do crescente índice de divórcio e recasamento”.

Provavelmente, uma das transformações mais expressivas tenha sido a do papel feminino. As mulheres, como mães e esposas, encontravam suas fases de ciclo de vida ligadas quase que exclusivamente aos seus estágios nas atividades de criação dos filhos (CARTER; MCGOLDRICK, 2001, p. 13).

Nesse aspecto, Brito (2005, p. 19) declara que as mulheres adquiriram uma liberdade considerável dentro do casamento, pois “elas estão atravessando o ciclo de maternidade mais rápido e estão buscando a realização dos projetos pessoais para além da família” (BRITO, 2005, p. 19).

No tocante às reflexões sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho, o estudo recente de Lavinias (2003), denominado ‘Gênero Feminino e Suas Particularidades’, revela perspectivas promissoras no que diz respeito à igualdade de oportunidade entre os sexos no mercado de trabalho brasileiro.

Isso ocorre, de acordo com a autora, dentre outras razões, em função das próprias conquistas da mulher, fruto de seu esforço, sua determinação e a conseqüente quebra de antigas barreiras que cercavam a compreensão do papel

das mulheres na sociedade. Na verdade, as mulheres possuem uma história de luta. Esta história não pode ficar oculta aos olhos dos demais cidadãos, deve ser apreciada, lida e admirada por todos. “O movimento feminista provocou mudanças irrefutáveis no papel das mulheres, as quais estavam em busca de uma identidade pessoal” (BRITO, 2005, p. 19). Sendo assim, a ação e luta das mulheres no mercado de trabalho, pela igualdade de direito, tem levado muitos historiadores e analistas em geral, a estudar este assunto.

Cardoso e Vainfast (1997) ressaltam que essas pesquisas não focam somente as mulheres no exercício do trabalho, na política, no terreno da educação e nos direitos civis, buscam também e analisar de forma ampla todos os setores sociais e familiares. Grande parte dessas mulheres, para não dizer a maioria, concilia o trabalho no lar com outro trabalho e também uma minoria com os estudos. Muitas mulheres trabalhadoras quando entrevistadas parece não se contentar apenas com a vida no lar, a sua realização profissional está entre suas preocupações, mas os obstáculos históricos e culturais possuem efeito prático e muitos são quase intransponíveis para muitas.

A transformação de dona de casa em empresária, professora, médica, advogada, gerente de banco, dentre inúmeras outras atividades exercidas pelas mulheres não foi uma trajetória simples.

A mulher trabalhadora, em tempos não tão distantes, sofria rejeição social – regime patriarcalista – sendo que a elas eram destinados os trabalhos de manutenção da casa, não podiam trabalhar fora de casa e nem estudar.

Segundo Paim (1996), a mulher tinha por objetivo educar os filhos para os preceitos religiosos. A mulher era educada somente para cumprir três deveres: ser mãe, esposa e cuidar do lar, ou seja, à mulher cabia o bem estar da casa, do marido, dos filhos garantindo um lar saudável.

Ainda no tocante a trajetória da mulher:



Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado era constituída por mulheres e crianças. E são vários artigos da imprensa operária que, [...] denunciam as investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras e que se revoltam contra as situações de humilhação a que elas viviam expostas nas fábricas (PRIORE, 2000, p. 578).

Nas primeiras décadas do século XX, houve uma grande transformação econômica devido à industrialização e crescente urbanização que abriram novas perspectivas culturais as mulheres, uma vez que estas estavam saindo do campo para residirem nos centros urbanos. Como consequência do processo de industrialização e da urgente necessidade de ajudar na renda familiar e de transformação nos valores culturais incididos na sociedade, a inserção da mulher no mercado de trabalho passou a ter uma relevância cada vez mais significativa ao longo dos anos.

Assim, a intensa presença feminina no mercado de trabalho tem ocorrido dentro de uma circunstância político-econômica muito atribulada, haja vista que as mulheres que procuram trabalho enfrentam escassez de oportunidades ou má qualidade dos postos de trabalho, o que tem refletido em seu casamento, provocando muitas vezes o divórcio e o recasamento (PINELLI, 2004).

Cabe frisar que, a maior longevidade conquistada pela população, em geral, são as mudanças nas relações de gênero e geração tem possibilitado às pessoas experimentarem ao longo da vida uma pluralidade de arranjos familiares (BERQUO, OLIVEIRA, CAVENAGHI, 1990). Assim sendo, algumas memórias mostram numa sociedade patriarcal, na qual o estereótipo masculino estabelecia o poder, a imagem ideal a ser seguida, à mulher era considerada apenas como um apêndice, uma coisa da qual o homem é seu dono.

A partir do final do século XIX e início do século XX, mulher passou a buscar por seus direitos e na década de 1970 foi o ápice, pois desse momento em diante, a mulher começou a se profissionalizar, indo trabalhar fora de casa e buscar novos cargos, novas demandas mercadológicas.

Ressalta-se que:

Para grande parte dos estudiosos em comportamento da virada do século XIX para o século XX, a intelectual emancipada era mau exemplo para as outras mulheres, pois faria com que acreditassem que poderiam sobreviver sem o auxílio do marido. Ao se recusarem a restringir seu universo à maternidade e ao lar, desprezando suas funções naturais, essas mulheres de comportamento diferenciado seriam a fonte de todos os flagelos sociais (SOIHET, 2004, p. 15).

No Brasil, o movimento feminista, começou no final do século XIX e “[...] teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante participação eleitoral, como candidatas e eleitoras” (PINTO, 2003, p. 13). Em 1970 houve uma nova explosão do movimento no mundo, sendo que o país atravessava uma fase crítica de ‘regime de terror’, com exílio, luta armada o que foi resumido em uma frase emblemática no país: ‘Brasil: ame-o ou deixe-o’.

Pinto (2003, p. 13) afirma que estes foram “[...] movimentos organizados para, a partir da condição de opressão da mulher [...] da dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público”. Procópio (2004, p. 19) em suas pesquisas explica que a luta feminina contra as formas de dominação, exclusão e discriminação, quase não tem estudos históricos e registros que as confirmem. No entanto, “[...] nos últimos 25 anos que se observa uma insurreição maciça e global das mulheres contra a opressão”.

Para Castells (1999), a essência do feminismo é “[...] a (re)definição da identidade da mulher”. A história das mulheres apareceu a partir da década de 70, junto com o movimento feminista<sup>2</sup>. Nessa direção:

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história (BURKE, 1992, p. 75).

---

<sup>2</sup> Castells vê o feminismo como a negação de uma identidade imposta culturalmente, uma vez que esta busca pela redefinição de sua posição na sociedade, conseqüentemente, estará negando o que é estabelecido (PROCÓPIO, 2004).

A opinião desta autora é compartilhada por Freitas (1998, p. 220) quando de suas pesquisas acrescenta que “[...] este foi um período fundamental, o qual as feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores”. No entanto, ressalta que não há relação entre história da mulher, como ela está sendo realizada por historiadores sociais, e a história do feminismo, aqui destacada pelo período escolhido nesta pesquisa.

O espaço de construção da história pelo historiador teve a exclusividade de um só sexo, pois estes negavam a história da mulher, mas esta acontece a partir de 1970, quando ocorreu uma “[...] entrada de um número maior de mulheres no mercado de trabalho e nos centros universitários” (PROCÓPIO, 2004, p. 26).

Assim sendo, o feminismo é considerado um marco para a construção da mulher enquanto sujeito histórico; no discurso utilizado por estas mulheres, foi colocado em destaque, a relação homem/mulher e a segregação social causada pela sociedade patriarcal, machista.

A partir dessa época foi possível aos historiadores construir uma “[...] história da mulher na sociedade, seu cotidiano, dando-lhe um papel de sujeito histórico, de luta de participação na construção e transformação da vida social, econômica, cultural e política” (PROCÓPIO, 2004, p. 27). Assim, a luta da mulher para sua emancipação continua. Não a luta feminina organizada, como ocorreu no feminismo, mas o esforço da mulher em transpor os obstáculos, ainda que esta emancipação não ocorra somente no campo profissional.

Pode-se observar pela literatura pesquisada que, nessas últimas décadas, ocorreram intensas modificações na formação da família, tanto no contexto mundial quanto no contexto brasileiro. Devido à chegada da globalização, as mudanças sociais, atingem, geralmente, a todas as pessoas e famílias quase que ao mesmo tempo.

Na perspectiva de classe média, nota-se que atualmente o número de nascimentos é muito menor que alguns anos antes, da década de 80, por outro lado, no século XXI a expectativa de vida está mais longa, devido principalmente à

transformação no papel da mulher na atualidade, uma vez que esta deixa de ter apenas a responsabilidade do lar, passando a ter múltiplas atividades e também devido ao crescente índice de divórcios e recasamentos (WALDEMAR, 1996).

Na França, o número reduzido de casamentos e a expansão de divórcios e uniões livres comprovaram a fragilidade do laço conjugal que tinha uma dimensão institucional: o casamento, fundamentado na construção social de uma dependência entre os componentes do casal. Hoje, o laço conjugal tem por base relações amorosas, daí sua fragilidade (LE GALL; MARTIN apud DE SINGLY, 1991, p. 58).<sup>3</sup>

Nesse sentido, se considerou, nesse cenário, abordar a relação entre 'família e o desenvolvimento infantil', no processo ensino e aprendizagem, temática do próximo tópico.

## 1.2 A Importância da Família no Desenvolvimento Infantil

Primeiramente, se levantou aspectos do desenvolvimento. Os principais eixos que fundamentam as fases do desenvolvimento infantil para Freud são: oral, anal e genital, ligadas às características da sexualidade infantil.

As fases se desenvolvem logo no início de vida, entre os primeiros meses de vida e alguns anos depois entre 5/6 anos de idade, ligadas de forma particular ao desenvolvimento do Id. O estágio oral é o período em que o corpo é usado como forma de prazer e a região que isso ocorre são predominantemente a bucal. Esses instintos se manifestam no início da vida, como um modelo de relacionamento nesta etapa e ocorrem na ingestão de alimentos, ao mamar, chupeta ou os dedos também. Nessa direção, conforme Juan Carlos Kusnetzoff, a boca não é apenas:

---

<sup>3</sup> LE GALL, Didier; MARTIN, Claude. L'instabilité conjugale et la reconstitution familiale, p. 58-66. In. DE SINGLY, François. (Dir.). **La Famille. L'état des savoirs**. Editions la découverte/Textes à l'appui serie sociologie, Paris, 1991, p. 58.

[...] aquela cavidade anatômica que cumpre determinadas funções de ordem biológica, mas também qualquer outro sistema ou atividade corporal que preencha os requisitos essenciais deste modelo – corpo oco, aconchegante, com movimentos de inclusão e expulsão, etc. – será entendido como boca (KUSNETZOFF, 1994, p. 30).

Para esse autor as cavidades corporais que possuem direta relação com o mundo exterior como os órgãos dos sentidos e os de formação da linguagem são instrumentos como, por exemplo, a pele - para a formação e construção psíquica do indivíduo, uma vez que a criança enquanto bebê não tem maturidade suficiente para distinguir a origem do estímulo.

Ainda de acordo com o mesmo autor esse período foi dividido em dois subperíodos a) o primeiro é denominado como oral primário que é marcado pelo nascimento até os 6 meses de idade e tem como característica a sucção; b) o segundo trata-se do oral secundário e aparece após os 6 meses sendo marcado pelo nascimento dos dentes, e tem como característica a capacidade de mordedura com a capacidade destrutiva do que é colocado na boca. Na fase anal a criança possui um controle maior de suas atividades e consegue assim certa autonomia em dadas funções. Nessa fase os desejos e o prazer localizam-se no ato de evacuar.

Para esse autor, a criança contrapõe esses desejos em objetos que se assemelham nas características desse ato como, por exemplo, mexer com argila, tendo prazer nessas atividades. Nessa direção, ressalta que:

[...] este estágio se denomina anal porque o ato da defecação ocupa um lugar importantíssimo no desenvolvimento psicosssexual da criança; porém não se resume apenas no controle esfinteriano. Este serve de modelo para o controle motor em geral, sensações de domínio, prazer na expulsão ou na retenção, etc. (KUSNETZOFF, 1994, p. 39).

A última fase é chamada fálica e ocorre por volta do 3º ano de vida onde o principal papel sexual começa a ser assumido pelos órgãos genitais. Nessa direção Brenner (1987) menciona que:

[...] essa fase do desenvolvimento sexual como fálica, por duas razões. Em primeiro lugar, o pênis é o principal objeto de interesse para a criança de qualquer sexo. Em segundo lugar, acreditamos que o órgão de excitação e satisfação sexual da menina pequena durante esse período é o clitóris, que por certo constitui, embriologicamente, o correspondente feminino do pênis (BRENNER, 1987, p. 39).

As três fases não se sucedem de forma rigorosa, pois uma pode anteceder a outra, sobrepor-se ou caminhar juntas.

Nas duas primeiras fases os instintos e seus diferentes componentes busca o prazer sem depender uma fase da outra. Já na fase fálica os impulsos giram em torno dos órgãos genitais nessa busca pelo prazer.

Cabe ressaltar que, segundo Reyzábal (1999) em todas as fases do desenvolvimento infantil a linguagem - uso da língua como forma de expressão e comunicação entre as pessoas - é um componente presente, uma vez que dentre os primeiros contatos da criança com o mundo destacam-se os sons emitidos pela boca como forma de transmissão de vontades usando assim a linguagem como forma de diálogo - entre duas ou mais pessoas.

Nessa direção:

[...] a linguagem aparece, hoje em dia, em sua função fundadora, não de forma filosófica, como fundamento racional das coisas, mas de forma existencial e biológica, como condição *sine qua non* da formação do indivíduo humano (REYZÁBAL, 1999, p. 12).

Pelo entendimento desse autor, é por meio da linguagem que a criança explora e cria vínculos com o mundo exterior. Muito antes da escrita a linguagem expressa os sentimentos e vontades da criança em relação ao mundo exterior.

Para Vygotsky (2008), o desenvolvimento infantil ocorre por meio das seguintes perspectivas:

[...] o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática e abstrata, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (VYGOTSKY, 2008, p. 29).

Para esse autor, a linguagem é muito importante na construção cognitiva da criança, principalmente antes da alfabetização, haja vista ser por meio da comunicação e interação com o seu educador e com os demais colegas, a criança aprende mais facilmente o conteúdo transmitido em sala de aula.

Quanto às teorias de desenvolvimento ressalta-se aqui a de Piaget (2010) - teoria interacionista, “[...] o desenvolvimento é um processo de equilibração progressiva que tende para a forma final, qual seja a conquista das operações formais” (PIAGET, 2010, p. 65). Para Piaget, esse equilíbrio se traduz na maneira pela qual as pessoas se adaptam e vive a sua realidade.

Estágio	Idade Aproximada	Capacidades
Sensório-Motor	0 a 2 anos	Conhecimento do mundo baseado nos sentidos e habilidades motoras. No final do período, emprega representações mentais.
Pensamento pré-operatório	2 a 6 anos	Uso de símbolos, palavras, números para representar aspectos do mundo. Relaciona-se apenas por meio de sua perspectiva individual. O mundo é fruto da percepção imediata.
Pensamento operatório-concreto	7 a 11 anos	Aplicação de operações lógicas a experiências centradas no aqui agora. Início da verificação das operações mentais, revertendo-as e atendendo a mais um aspecto.
Pensamento operatório-formal	Adolescência em diante	Pensamento abstrato, especulação sobre situações hipotéticas, raciocínio dedutivo. Planejamento, imaginação.

**Quadro 02** – Desenvolvimento infantil.

**Fonte:** Adaptado de Piaget (2010).

Diante das capacidades (conforme idade) das crianças, se tem que a importância da família e escola – no processo ensino e aprendizagem. Todavia,

analisando no sentido histórico pode-se afirmar que a maior parte da educação da criança ficou restrita a família durante muito tempo no passado.

Desde a idade média as crianças não tinham espaço próprio, muito cedo já faziam parte do mundo adulto. Os meninos eram de responsabilidade dos pais e os ensinava uma profissão, as meninas contribuía nas tarefas da casa, haja vista, que não cabia espaço para diversão e brincadeiras. Assim, os filhos tinham que trabalhar e passar adiante o que lhe foi ensinado. Como 'adultos miniaturas' não usufruíam de cuidados específicos como hoje ou de laços afetivos familiares. A família apenas transferia os bens. Nesse sentido, Ariès (1981, p. 23), afirma que: "Não devemos nos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época".

O tempo passou na Idade Média até a Idade Moderna e a criança ainda não havia ocupado seu espaço, não tendo a atenção devida vinha a óbito com muita facilidade por conta das negligências, a falta de afeto também era algo um fator muito acentuado. Segundo Ariès (1981, p. 128), "[...] o respeito às crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado. Aos adultos se permitem tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas, elas ouviam e viam tudo".

E necessário fazer uma ressalva de acordo com a informação de Airès (1981, p. 99) "[...] o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à particularidade do que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem".

A criança a partir do século XVIII é percebida pela igreja como um ser inocente que precisa de educação, correção e é da família essa responsabilidade. Hoje muitos estudiosos relatam o fato de as primeiras histórias serem ditadas pela família, igreja e sociedade. Isso ocorre, de acordo com os fatores históricos.



Mas, hoje, se descobriu que fatores como família, afetividade, motivação etc. devem ser considerados como fundamentais para o desenvolvimento da criança, seja em família, na escola como na sociedade.

O evidenciado motivou uma abordagem sobre a contextualização do tema 'família e escola'.

### 1.2.1 Contextualizando a Escola e Família

#### O Dia Nacional da Família na Escola:

[...] foi criado em 2001, pelo Ministério da Educação para conscientizar pais, educadores e toda a sociedade sobre a importância da união entre a escola e a família na formação dos alunos. Inúmeros exemplos vivenciados mostram que a escola melhora quando a família está presente. Se a família se interessa pela escola, a criança se interessa mais pelos estudos. Por meio desse processo, há melhorias no relacionamento da família com a criança e vice-versa (COSTA, 2010, p. 1).

A família desempenha um papel importante na formação do indivíduo, pois permite e possibilita a constituição de sua essencialidade. É nela que o homem concebe suas raízes e torna-se um ser capaz de elaboração alargador de competências próprias. A família é, portanto, a primeira instituição social formadora da criança (RACY; VIEIRA, 2013, p. 1). A família é responsável, em grande parte da personalidade da criança que um dia será adulto.

Se é na família que se constituem as alegrias e os desejos do homem; é na escola que o indivíduo deve encontrar alicerce para sua formação elaborada. Porém, entende-se que deva ser papel do educador o desenvolvimento do ser humano numa desmistificação de que somente o conhecimento pronto e acabado é que vale. Neste sentido, a escola deve ser um local de alegria e ampliação de vontades e desejos, principalmente do desejo de aprender, pois na escola a criança recebe formação cultural tornando-se membro da sociedade (PEDROZO, 2014, p. 1).

#### A instituição escolar:

[...] é um local de desenvolvimento do saber e não de retaliação do aluno e castração de anseios. Família e escola devem aliar-se no objetivo de formar um aluno capaz e 'bem resolvido' afetivamente porque, é justamente neste fator, que se encontram disposição em aprender e conhecer mais e mais, construindo e firmando o conhecimento em apoios realmente sólidos (COSTA, 2010, p. 2),

De acordo com Costa (2010, p. 2), no âmbito 'educação', discute-se “[...] com maior ênfase, a necessidade de uma participação efetiva das famílias na instituição escolar. Tal preocupação pode ser visualizada tanto nas propostas presentes na legislação educacional vigente [...]”, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9. 394/96, como também em outras pesquisas e publicações a exemplo do Jornal do Ministério da Educação (MEC).

No tocante à legislação, a CRFB em seu artigo 205 reza que:

[...] “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. No título II, do artigo 1º da LDBEN, a redação é alterada para “[...] a educação é dever da família e do Estado”, mudando a ordem de propriedade em que o termo família aparece antes do termo Estado. Se a família passa a ter uma maior responsabilidade com a educação, é necessário que as instituições família e escola mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade (RACY; VIEIRA, 2013, p. 3).

Pode-se definir educação de qualidade quando a mesma for sinônimo de educação moral - na escola, na família e também na sociedade. Nesse aspecto, é preciso abordar o aspecto sócio afetivo, compreendendo-o dentro do processo de ensino e aprendizagem.

### **1.2.1.1 Compreendendo o Aspecto Sócio-Afetivo**

A educação integral não depende unicamente do desempenho das escolas e dos estudantes. A participação da família é fundamental, pois influi decisivamente no processo. Por isso, é preciso estreitar o laço entre educadores e famílias, promovendo diversas atividades que favoreçam a troca de informações, a abertura para o diálogo, a sugestão de propostas e o apoio mútuo.

Assim, os pais devem acompanhar e atuar mais ativamente no progresso de seus filhos, conhecer melhor o cotidiano da sala de aula e a riqueza de projetos e atividades que compõem a proposta educativa da escola de seu filho. Palestras e reuniões de pais, entre outros momentos, devem ser pautadas nos principais assuntos da atualidade - limites, drogas, *bullying*, mídia etc. Essas ocasiões especiais servem, antes de tudo, a um grande propósito: o fortalecimento dos vínculos visando o desenvolvimento cognitivo, cidadão e sócio-afetivo dos alunos.

Focando um dos assuntos supramencionados, o *bullying*, percebe-se que há uma estreita relação entre autores de *bullying* e famílias que favorecem comportamentos como o desrespeito e a discriminação. O aluno que pratica o *bullying*, geralmente, vem de famílias que têm a violência como forma de posição de poder. Também há a questão da família que tem uma relação de afeto muito pobre. Essas crianças vivem em um ambiente onde não há uma troca de afeto muito grande entre os membros da família e como consequência não consegue desenvolver o afeto e amizade no ambiente escolar com seus colegas. A criança que sofre o *bullying* é tímida, introvertida, pois sempre ouviu dos pais, desde que nasceu, que ela é 'problema'. A criança vai para escola com uma baixa autoestima, sem condições de se integrar em grupo. Nesse sentido:

A família deve apoiar a escola e trabalhar a questão dos limites com segurança, afirmação ética dos filhos, a não-aceitação firme ao desrespeito aos mais velhos e mais fracos. A família deve reassumir o quanto antes o seu papel de formadora de cidadãos, abandonando a postura superprotetora cega e a crença de que amar é aceitar toda e qualquer atitude dos filhos, satisfazer todos os seus desejos, não criticar o que deva ser criticado e nunca responsabilizá-los por atitudes antissociais. Enquanto é tempo (ZAGUNY, 2001, p. 5).

De acordo com Lopes Neto (2005a), os motivos que levam a esse tipo de violência são diversos e relacionam-se com as experiências que cada aluno tem em sua família e/ou comunidade:

Famílias desestruturadas, com relações afetivas de baixa qualidade, em que a violência doméstica é real ou em que a criança representa o papel de bode expiatório para todas as dificuldades e mazelas são as fontes mais comuns de autores ou alvos de *bullying*. (LOPES NETO, 2005a, p. 1).

Para o mesmo autor, visando o combate ao *bullying*, o trabalho de conscientização na escola deve envolver os profissionais responsáveis, os estudantes e a família. “A escola deve garantir segurança não somente em relação à violência externa, como também viabilizar a convivência sadia entre os estudantes” (LOPES NETO, 2005a, p. 2). O papel da família é fundamental para reduzir a ocorrência e os danos provocados pelo fenômeno:

A família tem uma participação muito importante, não só para identificar, como para evitar as causas do problema [...]. Crianças educadas com violência, física ou moral vão reproduzir as mesmas condições em seus relacionamentos fora de casa. Se não se tornarem agressores, podem ter a autoestima afetada, acreditando que são realmente inferiores e que merecem o tratamento agressivo que venham a receber dos outros. O *bullying* incide sobre qualquer classe social. A diferença está na forma de ocorrência, que varia de acordo com os valores e a cultura (LOPES NETO, 2005a, p. 3).

Esse autor explica que alunos cujo pai enfrenta a problemática da ‘baixa renda’ a discriminação ocorre motivada pela vestimenta – tênis e mochila mais simples, por exemplo - e características físicas como, por exemplo, ‘orelhas de abano’ uso de óculos, tipo de cabelo, cor da pele etc. Bons alunos são chamados de “NERD e/ou CDF”<sup>4</sup>.

O hábito de comparar os tipos de carros que deixam os estudantes na escola, por exemplo, ressalta atitudes de preconceito e discriminação: a intenção é a idêntica, o que varia é a forma de agredir. Nesse sentido, de acordo com o entendimento do autor, as formas de atividades sublimatórias, devem ser consideradas segundo a demanda de cada escola, e as características do grupo

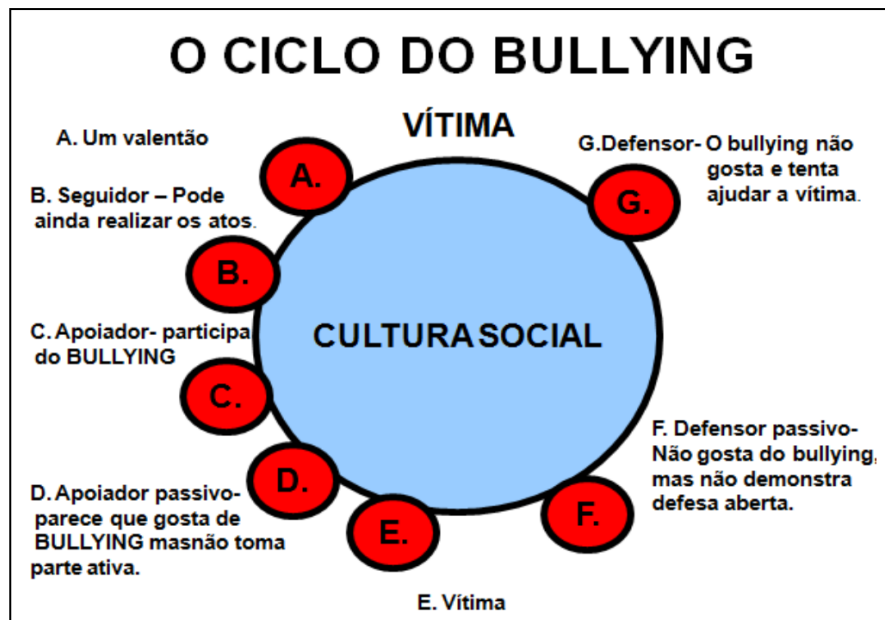
---

<sup>4</sup> NERD = o termo Nerd foi adotado a partir de fins dos anos 50 no MIT – Massachusetts Institute of Technology. Há quem afirme também que ele provém da expressão Northern Electric Research and Development (Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia Northern Electric do Canadá, hoje conhecido como Nortel), referindo-se aos funcionários do laboratório de tecnologia, os quais não dormiam para concluir mais rapidamente seus estudos. Apenas nos anos 60 a palavra Nerd assumiu um significado depreciativo, atribuído àqueles que são considerados excepcionalmente inteligentes, deficientes na interação social, à margem das regras impostas pela sociedade / CDF = crânio de ferro. (PEREIRA, 2008, p. 102-105).

escolar, visto que cada indivíduo possui suas singularidades e subjetividades as quais devem ser respeitadas no momento do planejamento das ações.

Logo, uma forma de combater esses comportamentos, seria fornecer possibilidades de sublimação dessa agressividade, em outras atividades escolares, bem como, o apoio familiar.

A figura 01 apresenta o ciclo *do bullying*:



**Figura 01** – Ciclo do *Bullying*.  
**Fonte:** Fante (2005).

O *bullying* está presente nas escolas, nas empresas, nas ruas e na vida de muitas famílias. É preciso reconhecer essa realidade para que as famílias em consonância com as escolas combatam essas agressões. É a forma mais simples ocorre por meio do diálogo e afetividade.

Pode-se dizer que uma das grandes dificuldades no que concerne aos estudos sobre a afetividade, esteja ela atuante em qualquer âmbito, é a definição do que realmente significa o termo. Num conceito leigo, ou melhor, popular, pode-se dizer que afeto se relaciona com sentimentos de ternura, carinho, simpatia, dentre outros nessa linha.

Nas mais variadas literaturas, afetividade está relacionada “[...] aos mais diversos termos: emoção, estados de humor, motivação, sentimento, paixão, atenção, personalidade, temperamento e outros tantos”. A maior parte das vezes, confundida com emoção (SANTOS; RÚBIO, 2012, p. 3).

Ao observar o verbete ‘afetividade’ no dicionário Aurélio – Ferreira (2004) é possível definir esta palavra um agrupamento de fenômenos psíquicos que se manifestam sentimentos. A referida palavra, conforme o dicionário tem sua origem na palavra *affectur* (afetar, tocar) e constitui o elemento básico da afetividade.

Desse modo, entende-se que num contexto escolar, a afetividade e a inteligência - por ambos serem elementos psíquicos – são. A partir do momento que se define a palavra afetividade vê que se torna possível, então, partir para os estudos realizados nesse âmbito unido com a educação. De acordo com Almeida (2007), Henri Wallon<sup>5</sup>, foi um dos primeiros autores que estudaram a temática acerca da afetividade combinando, segundo o autor, aspectos da psicologia com a educação.

Segundo o mesmo autor, Wallon percebeu que a emoção tinha relação direta com o comportamento humano, ou seja, a emoção teria uma reação física na pessoa e não social. De acordo com o mesmo pensador, a afetividade, portanto, teria um significado seria muito mais amplo do que aquele encontrado em um dicionário na qual seriam inseridas várias outras manifestações, além das físico-biológicas, unindo-as às manifestações de cunho social como, por exemplo, o relacionamento com o outro, com a família e com a comunidade em geral, na escola, etc.

Assim, pode-se entender que a afetividade se torna circunscreve na dominação de emoções, sentimentos, das experiências que podem ser sentidas pelo ser humano. Desse modo, tem-se que a afetividade estará de acordo com a vivência dos indivíduos bem como eles se expressam.

De acordo com Oliveira, Trento e Rego (2002), o já citado filósofo Wallon, reconhecendo na vida orgânica as raízes da emoção, trouxe também

---

<sup>5</sup> Henri Wallon: sobressaiu-se na literatura da Psicologia do Desenvolvimento - na infância. Com postura e interacionista, atuação política e posicionamento marxista e excelente formação, ocupou os postos mais altos no mundo universitário francês, em que liderou uma intensa atividade de pesquisa.

contribuições significativas acerca do tema. Esses autores relatam que, buscando compreender o psiquismo humano, Wallon focalizou seus estudos nas dimensões afetivas de forma que ele criticou as teorias clássicas que se encontravam contrárias entre si.

Ainda segundo esses autores, Wallon acaba por romper com uma visão que dava valor às emoções, buscando, assim, compreendê-las a partir do entendimento de suas funções, dando-lhes papel central na evolução da consciência de si. Segundo o autor, Wallon concebe as emoções como um fenômeno psíquico, social e orgânico.

Para Oliveira, Trento e Rego (2002), na perspectiva genética de Wallon, inteligência e afetividade estão integradas: a evolução da afetividade depende das construções realizadas no plano da inteligência, assim como a evolução da inteligência depende das construções afetivas.

Jean Piaget<sup>6</sup> é considerado como o criador da epistemologia genética, reconhecendo a afetividade como um meio de motivar a atividade cognitiva. Piaget (1994) coloca que existe mais de uma variável que deveria ser considerada nas formas de agir do ser humano e alerta que suas pesquisas se aprofundavam em algo que poderia ser comprovado por meio da lógica e da experiência empírica. Tognetta e Assis (2006, p. 56) acreditam que Piaget, quando este trata da questão da afetividade, aponta um “[...] pressuposto imprescindível para os estudos da moral”.

[...] quando insistentemente anunciava a necessidade de considerar razão e energia, e mesmo ao traçar uma gênese para a afetividade ainda que ligada indissociavelmente às estruturas cognitivas, Piaget anunciava a convergência entre esses dois aspectos do psiquismo que estariam presentes na moral. Em outras palavras, a evolução cognitiva e afetiva do desenvolvimento humano converge na formação de uma personalidade em que os valores de solidariedade, por exemplo, estejam legitimados pelo sujeito (TOGNETTA; ASSIS, 2007, p. 53).

A afetividade também pode ser concebida como:

---

<sup>6</sup> Jean Piaget: psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Defendeu uma abordagem interdisciplinar para a investigação epistemológica e fundou a Epistemologia - conhecimento científico, ciência – Genética.

O conhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem (FERREIRA, 2004, p. 61).

Logo ao nascer o indivíduo sente “[...] a influência e a afetividade da atmosfera familiar. Conseqüentemente, a vida afetiva de uma pessoa tem uma longa trajetória pela educação nos convívios familiar e social” (COSTA, 2010, p. 1).

É notório que “[...] a educação não formal constitui-se num dos pilares essenciais na construção do eu. O desenrolar desta implicará num desenvolvimento harmônico ou não do indivíduo” (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

Nesse sentido:

A educação da criança deve primar a dominação dos instintos, uma vez que tem que inibir, proibir, reprimir. Sabe-se que a ausência de restrições e de orientações pode deseducar em vez de promover uma educação saudável. As angústias são inevitáveis, mas a repressão excessiva dos impulsos pode originar distúrbios neuróticos (KUPFER, 1989, p. 46).

No caso, faz-se necessário localizar o problema, e encontrar um equilíbrio entre proibições e permissão. Não é possível o desenvolvimento do indivíduo de forma aleatória:

A educação do contexto familiar influencia no desenvolvimento da autoconfiança da criança, formando-a e constituindo-a, enquanto ser humano completo. Os anseios, os desejos e as expectativas familiares que envolvem a criança, promovem bem-estar e equilíbrio quando dosados e colocados à disposição de maneira correta (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

Conforme essas autoras:

Todo educador sabe que o apoio da família é crucial no desempenho escolar. Segundo um estudo publicado no *Journal of Family Psychology*, da Associação Americana de Psicologia, as crianças que frequentam festas e reuniões familiares têm mais saúde, melhor desempenho escolar e maior estabilidade emocional. E mesmo o SAEB/99 (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), apontou que nas escolas que contam com a parceria dos pais, onde há troca de informações com o diretor e os professores, os alunos aprendem melhor (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).



No Brasil, muitos educadores defendem que a família deve, efetivamente, realizar um acompanhamento no tocante ao alcance dos objetivos da escola, ou seja mais reuniões, mais participações:

Essa atuação dos pais ainda é bem rara, de acordo com os resultados de pesquisa realizada pelo Observatório do Universo Escolar. Essa instituição ouviu mais de cem pais e educadores da rede pública e privada de todo país e constatou que só 13% das escolas públicas mantêm um relacionamento próximo com a família. Por outro lado, 43,7% dos pais de alunos da rede pública acreditam que, se fossem promovidos mais encontros e palestras interessantes, haveria maior integração com a escola (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

Cabe aqui mencionar que pais e professores raramente se entendem. Um dos motivos é que muitos educadores atribuem aos pais:

[...] a origem dos problemas de disciplina e apontam como fatores o novo modelo familiar, no qual os adultos permanecem pouco tempo em casa, ou ainda aquele que apresenta uma organização diferente da tradicional. [...] muitas crianças vão à escola para ser educadas e algumas, para ser criadas (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

A escola obrigatória tem levado um grande e crescente número de estudiosos a propor que, “[...] a criança seja atendida mais cedo, com única solução para compensar as desvantagens que atingem as crianças mais pobres, dando-lhes melhores chances de sucesso quando mais tarde entrarem na escola” (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

Assim:

O cruzamento de dados do SAEB revela que a nota dos alunos é melhor quando pais e professores se conhecem. Foi comprovado que a nota dos alunos é mais alta quando os pais possuem maior escolaridade ou são mais atuantes na vida acadêmica de seus filhos. Na quarta série, por exemplo, a nota média de Português dos estudantes, cujos pais não conhecem o professor e o diretor é de 165,24. Quando o pai participa da vida escolar do filho, a nota sobe para 174,14. O mesmo acontece em Matemática, 178,11 contra 184,80 (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1999, p. 87).

A educação deve servir para o homem reivindicar direitos e ter meios de acesso aos mesmos:

Podemos dizer, portanto, no que cerne a educação, que a mesma serve não somente para formar 'mão de obra' para o mercado de trabalho - pelo menos não deveria ser essa sua função - mas deve ser uma ferramenta de formação humana, para atuação social, de forma a conhecer e reconhecer sua condição e realidade, sendo capaz de desenvolver ferramentas de transformações conforme necessário acessando seus direitos garantidos em declarações, constituições e leis, garantindo, desse modo, uma igualdade mais justa não em direitos, mas em acesso a eles (FIALHO, 2010, p. 38).

Observa-se que no processo de melhoria da qualidade da educação enfatizar a relação professor-aluno como um dos componentes que possibilitam a melhoria dessa qualidade é de suma importância, pois ao se trabalhar o afeto, trabalha-se, também, o respeito pelo conhecimento. A partir desse ponto, o aluno passa a gostar da escola, se sente motivado a estudar e assim inicia a construção de forma plena seu conhecimento. Conclui-se que a afetividade é importante para que se estabeleça uma relação mais rica e prazerosa entre professores e alunos, favorável, como consequência, à aprendizagem dos conteúdos escolares, mas não como a educação bancária, mas sim tendo o aluno como ator principal na construção de seu conhecimento.

Conforme os autores citados, a configuração “[...] de miséria, de promiscuidade e de carência afetiva na qual vive parte dos alunos da escola pública, hoje, no Brasil”. Daí, o grande desafio para o professor da escola pública, o qual necessita “[...] compreender e oferecer a atenção a esses alunos, a fim de lhes ajudar a progredir no processo de aprendizagem” (CAMARGO, 1997, p. 12). Assim, um professor afetivo, que motiva seus alunos ao conhecimento é aquele realmente centrado no aluno, que compreende suas necessidades e as inclui no planejamento do ensino e que busca desenvolver, na sala de aula, atividades criativas, dinâmicas. Nesse cenário o aluno deseja participar.

Observa-se, portanto, que a afetividade no processo de ensino e aprendizagem é de extrema importância para que se estabeleça uma relação em que o aluno se sinta acolhido pelo professor - e pela escola - e que essa acolhida se faça como uma estratégia de motivação ao aluno para que este construa seu conhecimento, sempre, com o auxílio direto do professor, família e comunidade.

Todo educador sabe que o apoio da família é crucial no desempenho escolar. Segundo um estudo publicado no *Journal of Family Psychology*, da Associação Americana de Psicologia, as crianças que frequentam festas e reuniões familiares têm mais saúde, melhor desempenho escolar e maior estabilidade emocional. E mesmo o SAEB/99 (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), apontou que nas escolas que contam com a parceria dos pais, onde há troca de informações com o diretor e os professores, os alunos aprendem melhor (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

No Brasil, muitos educadores defendem que a família deve, efetivamente, realizar um acompanhamento no tocante ao alcance dos objetivos da escola:

Essa atuação dos pais ainda é bem rara, de acordo com os resultados de pesquisa realizada pelo Observatório do Universo Escolar. Essa instituição ouviu mais de cem pais e educadores da rede pública e privada de todo país e constatou que só 13% das escolas públicas mantêm um relacionamento próximo com a família. Por outro lado, 43,7% dos pais de alunos da rede pública acreditam que, se fossem promovidos mais encontros e palestras interessantes, haveria maior integração com a escola (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

É importante mencionar que pais e professores raramente se entendem, inclusive porque os professores fogem também dos estudos necessários à uma boa formação profissional, e os pais entendem que seu ponto de vista sobre o ensino e disciplina é o correto. Todavia, muitos educadores atribuem aos pais a reponsabilidade de levarem seus filhos com certa bagagem acerca dos princípios da disciplina:

[...] a origem dos problemas de disciplina e apontam como fatores o novo modelo familiar, no qual os adultos permanecem pouco tempo em casa, ou ainda aquele que apresenta uma organização diferente da tradicional. [...] muitas crianças vão à escola para ser educadas e algumas, para ser criadas (RACY; VIEIRA, 2013, p. 2).

Assim sendo, não se pode permitir que a indisciplina, seja a causa motivadora de impedir o papel da escola.

A consciência de que a fase decisiva é a que antecede a escola obrigatória tem levado um número crescente de estudiosos a propor que a criança seja atendida mais cedo, com única solução para compensar as desvantagens que atingem as crianças mais pobres, dando-lhes melhores chances de sucesso quando mais tarde entrarem na escola. O cruzamento de dados do SAEB revela que a nota dos alunos é melhor quando pais e professores se conhecem. Foi comprovado que a nota dos alunos é mais alta quando os pais possuem maior escolaridade ou são mais atuantes na vida acadêmica de seus filhos. Na quarta série, por exemplo, a nota média de Português dos estudantes, cujos pais não conhecem o professor e o diretor é de 165,24. Quando o pai participa da vida escolar do filho, a nota sobe para 174,14. O mesmo acontece em Matemática, 178,11 contra 184,80 (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1999, p. 87).

A educação deve servir para o homem reivindicar direitos e ter meios de acesso aos mesmos:

Podemos dizer, portanto, no que cerne a educação, que a mesma serve não somente para formar 'mão de obra' para o mercado de trabalho - pelo menos não deveria ser essa sua função - mas deve ser uma ferramenta de formação humana, para atuação social, de forma a conhecer e reconhecer sua condição e realidade, sendo capaz de desenvolver ferramentas de transformações conforme necessário acessando seus direitos garantidos em declarações, constituições e leis, garantindo, desse modo, uma igualdade mais justa não em direitos, mas em acesso a eles (FIALHO, 2010, p. 38).

Observa-se que no processo de melhoria da qualidade da educação enfatizar a relação professor-aluno como um dos componentes que possibilitam a melhoria dessa qualidade é de suma importância, pois ao se trabalhar o afeto, trabalha-se, também, o respeito pelo conhecimento. A partir desse ponto, o aluno passa a gostar da escola, se sente motivado a estudar e assim inicia a construção de forma plena seu conhecimento. A afetividade é importante para que se estabeleça uma relação mais rica e prazerosa entre professores e alunos, favorável, como consequência, à aprendizagem dos conteúdos escolares, mas não como a educação bancária, mas sim tendo o aluno como ator principal na construção de seu conhecimento.

Conforme os autores citados a configuração “[...] de miséria, de promiscuidade e de carência afetiva na qual vive parte dos alunos da escola pública, hoje, no Brasil”, se coloca como um enorme desafio para o professor da

escola pública, o qual necessita “[...] compreender e oferecer a atenção a esses alunos, a fim de lhes ajudar a progredir no processo de aprendizagem” (CAMARGO, 1997, p. 12). Assim, um professor afetivo, que motiva seus alunos ao conhecimento é aquele realmente centrado no aluno, que compreende suas necessidades e as inclui no planejamento do ensino e que busca desenvolver, na sala de aula, atividades criativas, dinâmicas. Nesse cenário o aluno deseja participar.

Observa-se, portanto, que a afetividade no processo de ensino e aprendizagem é de extrema importância para que se estabeleça uma relação em que o aluno se sinta acolhido pelo professor - e pela escola - e que essa acolhida se faça como uma estratégia de motivação ao aluno para que este construa seu conhecimento, sempre, com o auxílio direto do professor, família e comunidade.

É importante observar o comportamento dos alunos através de atitudes próprias, possibilitando uma análise do aspecto sócio-psicológico em relação às várias situações vivenciadas no cotidiano escolar.

### **1.2.1.2 Analisando o Aspecto Sócio-Psicológico**

As de *bullying* são encontradas com mais frequência no ambiente escolar. O agressor ou agressores, geralmente esperam uma ocasião em que a vítima esteja sozinha, pois assim não tem como se defender. Às vezes, as vítimas estão com colegas. Mas, esses, apesar de repudiarem esse tipo de violência psicológica, dizem que não podem ajudar, pois têm medo de serem as próximas vítimas.

Muitas crianças, que são vítimas de *bullying* desenvolvem: “[...] medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e geralmente evitam retornar à escola quando esta nada faz em defesa da vítima”. “A fobia escolar, geralmente, tem como causa algum tipo de violência psicológica” (LIMA, 2004, p. 1). Muitos casos de *bullying* ocorrem em salas de aula, sem que o professor tenha conhecimento. Além de conviver com o medo a criança/adolescente:

[...] vítima de *bullying* talvez sejam as que mais sofrem com a rejeição, isolamento, humilhação, a tal ponto de se verem impedidas de se relacionarem com quem ela deseja, de brincar livremente, de fazer a tarefa na escola em grupo, porque os mais fortes e intolerantes lhe impõem tal sofrimento. Também faz parte dessa violência impor à vítima o silêncio, isto é, ela não pode denunciar à direção da escola nem aos pais, sob pena de piorar sua condição de discriminada. Pais e professores só ficam sabendo do problema através dos efeitos e danos causados, como a resistência em voltar à escola, queda de rendimento escolar, retraimento, depressão, distúrbios psicossomáticos, fobias, etc. (LIMA, 2004, p. 1).

Um dos mais cruéis efeitos da pressão sofrida nos casos de *bullying* é quando a vítima se sente condenada à inexistência/invisibilidade, geralmente:

[...] por grupo que combina entre si ignorar um colega, como se ele não existisse, desqualificá-lo na sua competência intelectual, ou rejeitando um pedido seu, etc. Há casos em que esse tipo de vítima passa a sofrer tão baixa autoestima que nem sequer tem forças para desabafar com alguém (LIMA, 2004, p. 2).

Há casos em que a vítima aceita a situação, por medo, e se torna submissa ao agressor.

Quando a violência ocorre na escola cabe aos pais conversar com a direção. É dever desta instituição, ensinar os conhecimentos e promover a inclusão social e psicológica. A escola jamais deve fazer vistas grossas sobre os casos de intolerância de violência psicológica ou física. A escola, principalmente, deve ter uma atitude preventiva contra o *bullying*, começando pela conscientização e preparação de professores, funcionários, pais e alunos (LIMA, 2004, p. 2).

Pelo evidenciado, conclui-se que as crianças vítimas de *bullying* precisam de apoio e até tratamento psicológico. Paralelamente, as crianças agressoras também merecem um tratamento especial em prol de uma recuperação, haja vista que as mesmas estão propensas a cometer violência não só contra os colegas, mas, contra professores e funcionários etc.

Pais e professores devem estar atentos:

[...] sobre a possibilidade real de conviver com uma vítima silenciosa de qualquer tipo de violência, como também conviver com o(s) agente(s) dessa violência. Criança ou adolescente que repete atos de intolerância e de violência para com o próximo pode estar sendo 'autorizada' pelos pais que a veem positivamente como 'esperta', [...] (LIMA, 2004, p. 3).

Segundo pesquisas há:

[...] uma relação de continuidade entre a criança cuja estrutura psíquica é perversa, que cometia atitudes antissociais, e o adulto que comete atos delinquentes ou criminosos [...]. Por vezes, encontramos pessoas cujo conhecimento fez aumentar sua arrogância e insensibilidade em relação ao próximo. Ou seja, embora a formação escolar e universitária não tenha o poder de melhorar a estrutura psíquica do tipo perversa, temos que trabalhar com cálculo e empatia para formar bons cidadãos. [...] se pudéssemos proporcionar tanto uma educação (familiar) como um ensino (escolar), voltados mais para a sabedoria do que para o conhecimento e a informação, talvez pudéssemos trilhar um caminho mais efetivo de prevenção em prol da saúde psicológica e social (LIMA, 2004, p. 5).

Conforme especialistas, as causas desse tipo de comportamento abusivo:

[...] são inúmeras e variadas. Deve-se à carência afetiva, à ausência de limites e ao modo de afirmação de poder e de autoridade dos pais sobre os filhos, por meio de “práticas educativas” que incluem maus-tratos físicos e explosões emocionais violentas (FANTE, 2011, p. 3).

Ainda segundo entendimento dessa autora, as consequências para as ‘vítimas’ desse fenômeno são devastadoras, pois promove no ambiente escolar:

[...] o desinteresse pela escola, o déficit de concentração e aprendizagem, a queda do rendimento, o absentismo e a evasão escolar. No âmbito da saúde física e emocional, a baixa na resistência imunológica e na autoestima, o stress, os sintomas psicossomáticos, transtornos psicológicos, a depressão e o suicídio. No âmbito da saúde física e emocional, a baixa na resistência imunológica e na autoestima, o stress, os sintomas psicossomáticos, transtornos psicológicos, a depressão e o suicídio (FANTE, 2011, p. 3).

Para os agressores:

[...] ocorre o distanciamento e a falta de adaptação aos objetivos escolares, a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas, além da projeção de condutas violentas na vida adulta (INÁCIO, 2013, p. 4)

A maioria dos alunos sentem insegurança, ansiedade, medo e estresse. Tudo isso pode comprometer seu rendimento no processo sócio educacional.

Este fenômeno comportamental atinge a área mais preciosa, íntima e inviolável do ser, a sua alma. A forte carga emocional traumática da experiência vivenciada, registrada em seus arquivos de memória, poderá aprisionar sua mente a construções inconscientes de cadeias de pensamentos desorganizados, que interferirão no desenvolvimento da sua autopercepção e autoestima, comprometendo sua capacidade de auto superação na vida (FANTE, 2011, p. 3).

Dependendo do grau de sofrimento vivido pela criança

[...] ela poderá sentir-se ancorada a construções inconscientes de pensamentos de vingança e de suicídio, ou manifestar determinados tipos de comportamentos agressivos ou violentos, prejudiciais a si mesma e à sociedade, isto se não houver intervenção diagnóstica, preventiva e psicoterápica, além de esforços interdisciplinares conjugados, por toda a comunidade escolar (INÁCIO, 2013, p. 3).

Pelo exposto, conclui-se que medidas preventivas devem ser tomadas como, por exemplo, um programa *antibullying*, envolvendo ao duo 'escola & família'. Caso contrário haverá aumento dos problemas escolares e familiares.

É relevante discutir os problemas que afetam a família para que sejam avaliados e enfrentados de forma coerente como será abordado a seguir.

### **1.2.1.3 Reflexões Concernentes aos Problemas Familiares**

Compreender dificuldades no relacionamento 'aluno e família' é o ponto de partida do trabalho do professor. Isso porque não são todos os alunos que pertencem a famílias que possuem recursos para uma vida digna – muitas trabalham para sobreviver - pai e mãe e em alguns casos irmãos mais velhos são assalariados, ou seja, ganham salário mínimo - não há como nem iniciar nem manter excelência de padrão de vida.

Muitas vezes, é preciso 'dois empregos' para garantir sobrevivência e o mínimo de dignidade, daí os problemas. Os pais não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos filhos na escola, que se sentem abandonados pela família, e a escola não consegue dialogar com a família, uma vez que os pais não dispõem de



tempo hábil para tal. Todavia, o problema não se resume ao fator “tempo”, muitas vezes também os pais são negligentes e a escola também.

Nesse sentido, de acordo com Strick e Smith (2001, p. 39-40), os principais problemas familiares, aqui sintetizados, são:

- Separação: pode ser traumática e trazer sérios problemas emocionais e de aprendizagem se não for bem discutida com os filhos;
- Abandono: causa descontrole, e a criança fatalmente vai enfrentar o fracasso escolar, diminuição da autoestima etc.;
- Dificuldades financeiras: questões econômicas geram outros comprometimentos como, por exemplo:
  - ✓ Desnutrição;
  - ✓ Falta de recursos para adquirir material adequado à aprendizagem;
  - ✓ Irritação, instabilidade, depressão;
  - ✓ Perda do interesse pela aprendizagem, agressividade e desatenção;
- Alcoolismo / drogas / promiscuidade: causam conflitos e tensões, além do risco da criança/adolescente ser um futuro usuário, danificando seu corpo físico, o psíquico e o emocional.

Cabe aqui ressaltar que:

Para amenizar os problemas familiares faz-se necessário uma atmosfera familiar adequada. Para isto, é preciso que cada um cumpra seu papel, sendo eficazes no seu trabalho enquanto pai e mãe, mesmo que separados, devem ser compreensivos e carinhosos, enfatizando valores de respeito e justiça, encorajando a participação da criança em todos os momentos. Quando o problema se estende a dificuldades financeiras, de imediato esses pais devem ser encaminhados a Assistência Social para provimento das necessidades básicas e a busca por trabalho, entretanto no que se refere à criança, deverão ser orientados os pais no sentido de que a punição para as faltas, podem ser repreensões sem dramaticidade e violência, evitando o exagero (BERNARDO, 2009, p. 13-14).

Para prover uma educação ideal, é preciso em primeiro lugar que a criança respeite seus pais e professores, sem medo. Isso requer responsabilidade e

idoneidade e afetividade por parte da família e da escola, fatores que ajudam no combate à violência.

Segundo Vidal (2001), nos dias atuais, a violência e diversas outras problemáticas chegam cada vez mais de forma intensa na sociedade, principalmente entre os jovens constituintes das classes menos favorecidas da sociedade, não estando, no entanto, restrita aos mesmos.

Cada dia mais essa gama de problemas, principalmente a violência dentro das escolas, demonstrando que esse espaço, antes tido como um ambiente estritamente educacional, agora sofre as influências diretas das problemáticas sociais e, no caso da violência, observa-se a existência da mesma, como exemplo, que a mesma está entre alunos, entre professor e aluno, enfim, uma forma generalizada de falta de conduta condizente com o ambiente.

Existem diversos estudos como os de Oliveira, Trento e Rego (2002) ou mesmo de Mészáros (2005), que tentam entender como as problemáticas sociais vêm atingindo o âmbito escolar, não apenas nas relações entre alunos, mas na relação entre alunos e professor, principalmente, pois se observa que essa relação está sendo pautada pelo distanciamento entre docente e discente, determinando um processo de aprendizagem impessoal e cheio de percalços e falta de qualidade no caminho.

A configuração atual da educação brasileira, de acordo com Mészáros (2005), permite essa relação fraquejada, pelo fato de que se busca na escola o papel que a família deveria ter na formação das crianças e adolescentes e, ao não encontrar aquilo que procura a revolta se alastra demonstrando o que hoje pode ser observado tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino.

Considerando a afetividade como 'antídoto', entende-se que o afeto, segundo Veiga (2004), está dentre os diversos itens que a escola deve dar conta. Não que este não exista em casa - em graus diferentes, diga-se de passagem - mas que os alunos, quanto mais carentes, procuram nos professores e quando não o acham desdenham dos mesmos, da escola, da educação como um todo. Mas até

que o ponto o professor ou qualquer outro integrante da equipe pedagógica da escola deve ser envolver afetivamente com o discente?

As crianças/adolescentes no curso de seu desenvolvimento vive uma experiência individual “[...] vive um segundo tipo de experiência que o transforma num ser diferente dos demais, pela sua capacidade de assimilação e apropriação da experiência acumulada pelo gênero humano” (DANTAS, 1990, p. 89).

Para que essa experiência seja válida, deve ser embasada na afetividade, uma vez que cognição e afeto são fatores considerados inseparáveis no âmbito ‘conhecimento humano’. Segundo Ferreira (2004), a afetividade pode ser concebida como:

[...] o conhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contato físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem (FERREIRA, 2004, p. 61).

Assim sendo, tem-se que “[...] aprender é uma forma de desenvolvimento de competências individuais, além de ser um exercício constante em estar de braços abertos para todo e qualquer conhecimento” (SENA, 2015, p. 2). Todavia, crianças que vivem:

[...] em condições familiares adversas parecem favorecer o desenvolvimento da agressividade [...]. Pode-se identificar a desestruturação familiar, o relacionamento afetivo pobre, o excesso de tolerância ou de permissividade e a prática de maus-tratos físicos ou explosões emocionais como forma de afirmação de poder dos pais (LOPES NETO, 2005b, p. 167).

O papel do professor nesse cenário é muito importante, sendo imprescindível demonstrar afeto pelos seus alunos, porque se insensível e desavisado, propiciará ao aluno dificuldades para aprender e medo de ir à escola, por ficar com receio do professor.

Se o professor “[...] se mantiver indiferente ou expressar raiva em relação aos alunos, a tendência é que estas atitudes causem reações recíprocas gerando

um ambiente conflituoso que dificultará a aquisição do conhecimento” (LISBOA, 2011, p. 8), podendo gerar um comportamento típico enquadrado no considerado fenômeno *bullying*.

Por outro lado, se o professor “[...] agir de forma que expresse o seu interesse pelo ‘crescimento’ dos alunos, respeitando suas individualidades, criará um ambiente mais agradável, e propicio para a aprendizagem” (LISBOA, 2011, p. 8).

Assim sendo, tem-se que a afetividade na relação professor-aluno é condição necessária e imprescindível para o desenvolvimento das criança/adolescentes nas escolas.

Neste aspecto segundo Maldonado (1997, p. 38), “[...] é necessário que haja um esforço permanente no estabelecimento de pontes que ligam as pessoas àquilo que elas querem comunicar, para que sejam evitados os mal-entendidos”. O educador deve, então, ter muito cuidado ao transmitir mensagens. Dizer e fazer tudo com a clareza, sinceridade e afeição, sempre pensando nas consequências que podem advir de suas palavras. Assim sendo:

[...] é preciso ter o cuidado de transmitir nossas mensagens com clareza e pensar nas consequências do que dizemos para que nossas palavras tenham força de expressão sem, contudo, transformarem-se em armas que ferem, humilham ou danificam a autoestima dos outros (MALDONADO, 1994, p.38.)

Também nesse sentido, ressalta-se que:

Wallon foi o primeiro a levar não só o corpo da criança, mas também suas emoções, para dentro da sala de aula. Baseou suas ideias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do eu como pessoa. [...] As emoções, para Wallon, têm papel preponderante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades [...] (SANTOS, 2003, p. 30-31).

Segundo esse autor, quando se defende a necessidade de ser trabalhado com e para os professores a questão da afetividade, é por entender o quanto as pessoas estejam bem para poder enfrentar e lidar com os problemas das pessoas que fazem parte do seu ambiente. Assim, um professor

emocionalmente equilibrado consegue intervir de forma adequada nas relações conflituosas na escola – principalmente quanto à indisciplina e *bullying* -, em sua sala de aula, daí a participação na vida de seus alunos com base no respeito e na justiça. Não se pode esquecer, também, o fator ‘motivação’ (SANTOS, 2003).

A palavra motivação significa mover para a ação, vem do termo ‘motivo’ - mov - que significa ‘mover’. Etimologicamente, motivação significaria os motivos que levam as pessoas à ação. O motivo é aquilo que impulsiona o indivíduo a agir de determinada forma.

[...] as pessoas diferem, não apenas em sua capacidade, mas também em sua “vontade”, ou “motivação.” [...] a motivação de uma pessoa depende da força de seus motivos [...]. Os motivos são às vezes definidos como necessidades, desejos ou impulsos no interior do indivíduo. Os motivos são dirigidos para objetivos, e estes podem ser conscientes ou inconscientes. Os motivos são os “porquês” do comportamento. Excitam e mantêm a atividade e determinam a direção geral do comportamento de um indivíduo [...]. Fundamentalmente, os motivos, ou necessidades, são as molas da ação. (HERSEY; BLANCHARD, 2001, p. 12).

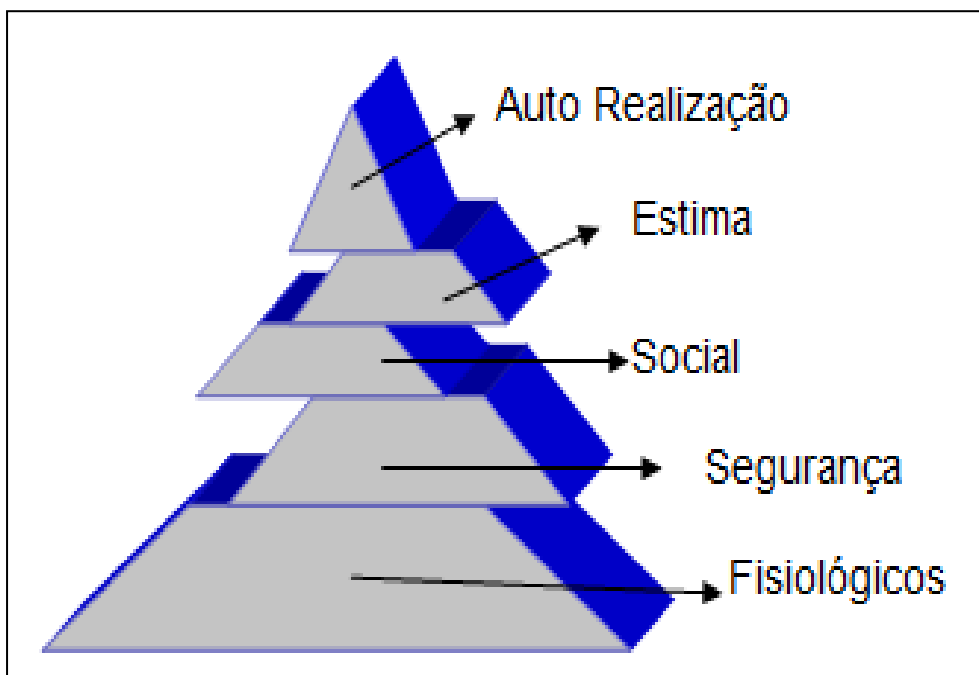
Abraham H. Maslow (1908-1970), psicólogo e consultor americano, considerado um dos maiores especialistas em motivação humana, em 1954 publicou *Motivation and Personality*.

Nessa obra, o autor relata que as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis, numa hierarquia de importância. Sua teoria é conhecida como ‘Hierarquia das Necessidades de Maslow’. Segundo sua teoria, as necessidades humanas se organizam em cinco categorias hierarquizadas. Ele postulou, baseado em suas observações como psicólogo, que existe um padrão geral de necessidades perseguido pelas pessoas na mesma sequência (HERSEY; BLANCHARD, 2001).

Desta maneira, Maslow ‘escalonou’ as necessidades humanas em formato de pirâmide, sendo que na base da figura estão as necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas) e no topo, as necessidades mais elevadas (as necessidades de autorealização). Apesar de propor uma hierarquia das necessidades, onde as necessidades superiores emergem à medida que as

inferiores são satisfeitas, não supõe que as necessidades básicas - chamadas de necessidades primárias (fisiológicas, de segurança, e sociais) - sejam totalmente satisfeitas para então permitir a emergência das necessidades superiores - chamadas de necessidades secundárias (estima e auto-realização).

Ele mesmo indicou que as necessidades nem sempre ocorrerão na ordem sugerida ou nem sempre haverá distinções nítidas entre os vários níveis. O que é relevante nesta teoria é o conceito de hierarquia de necessidades, conforme apresentada na Figura 3:



**Figura 02** - Pirâmide das necessidades.  
**Fonte:** Adaptado de Maslow (1954).

Conforme Zanelli, Andrade e Bastos (2004), que existe uma crença entre os pesquisadores sobre a importância da motivação no desempenho em qualquer tipo de atividade do ser humano, nas mais diversas áreas de atuação do mesmo como, por exemplo, no trabalho. A motivação, portanto, pode ser compreendida como uma forma de reconhecer a complexidade do processo o qual a pessoa deverá desenvolver, assim, ao entender o que deve fazer ele precisa de um 'estímulo' para realizar essa ação.

[...] a origem etimológica da palavra parece ter oferecido a justificativa para a ampliação do seu sentido. Derivada do latim 'motivus', que significa mover, a palavra motivação assumiu o significado de 'tudo aquilo que pode fazer mover', 'tudo aquilo que causa ou determina alguma coisa', ou até mesmo "o fim da razão de uma ação" (BERGAMINI, 2006, p. 36).

Desse modo, pode-se dizer que em se tratando de teoria da motivação se está falando em teoria da ação, pois a cada momento o homem possui ações que são originárias de diversas causas e, também, de diversos contextos, tendo como base aspectos sociais, psicológicos, biológicos, etc.

Zanelli, Andrade e Bastos (2004) colocam que surgiu, portanto, a necessidade da mensuração dessa motivação e como a mesma é influenciada pelos aspectos acima mencionados.

Admitindo-se que a ação humana seja cada vez mais multicausal e contextual, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos, históricos, sociológicos e culturais, as pesquisas sobre motivação passaram a utilizar múltiplos critérios de mensuração, procurando relacionar esse conceito com tantos outros que poderiam dar conta de tal complexidade e que permitissem a ampliação da compreensão da conduta humana.

Motivação, portanto, pode ser definida como uma ação dirigida a objetivos, sendo auto-regulada, biológica ou cognitivamente, persistente no tempo e ativada por um conjunto de necessidades, emoções, valores, metas e expectativas. Esse conceito se constrói sobre um processo psicológico que se baseia em: ênfase, foco, pergunta e resposta (GODÓI, 2002, p. 17).

E ainda, pode-se colocar que:

A ênfase, diz respeito ao que se elege como importante para abordar a motivação (ativação, direção, intensidade e persistência); o foco é o alvo ou objeto de atenção que está intimamente relacionado com a ênfase de abordagem escolhida (estado inicial, alvo, força e manutenção); a pergunta é a indagação que se faz ao objeto, e a resposta é o nível de explicação ou de compreensão que se pretende obter (GODÓI, 2002, p. 18).

Segundo Godói (2002), as teorias da motivação, elege como objeto de estudo uma ou mais das quatro ênfases mencionadas acima. Assim:

A primeira ênfase é na ativação, que se refere ao estado inicial de estimulação, em que se encontra a pessoa. O alvo central de estudo é a indagação do que é capaz de desencadear a ativação, que pode estar localizado extrínseca ou intrinsecamente à pessoa. A segunda ênfase é na direção, que diz respeito ao objeto ou alvo da ação, o que suscita a indagação do nível de consciência da pessoa na escolha desse alvo (GODÓI, 2002, p. 18-19).

A pessoa dirige e controla o alvo ou, ao contrário, a direção está fora de seu controle consciente? Isso, conforme Zanelli, Andrade e Bastos (2004) equivale dizer que a pessoa tem consciência do que ativa a sua ação de estudar, por exemplo, mesmo fora da escola, pois almeja aumentar seu conhecimento ou ter boas notas. Se estiver ocorrendo o contrário, o estudo será atribuído a um impulso incontrolado (fora do controle consciente), que faz com que a pessoa continue estudando sem que ela tenha clareza do alvo de sua ação.

A terceira ênfase:

[...] é na intensidade, que está atrelada à variabilidade da força da ação e que pode diferir ao se admitir que a força dependa de um estado anterior de carência (necessidade ou afeto) ou de um estado posterior a ser alcançado (alvo) (GODÓI, 2002, p. 19).

Por fim:

[...] a persistência da ação é uma tentativa de compreender o fenômeno da motivação pela articulação entre a ativação, a direção e a intensidade da ação, atribuindo sua manutenção a fatores pessoais (necessidades, desejos, traços de personalidade ou impulsos, por exemplo) ou ambientais (tipo de tarefa equipe de trabalho, chefiam, condições físicas, clima organizacional, recursos tecnológicos, salário, recompensas externas, reforço, por exemplo) (GODÓI, 2002, p. 19-20).

Segundo Godói (2002), então, as possíveis combinações das quatro ênfases apresentadas – ativação, direção, intensidade e persistência de conduta - estão na base da construção das teorias da motivação que podem ser vistas na literatura existente sobre o tema.



Há pelo menos, ainda segundo o referido autor, três modelos de classificação das teorias da motivação disponíveis na literatura mundial sobre a temática. O primeiro modelo, segundo Godói (2002), é o da classificação unidimensional “[...] que diferencia as teorias de conteúdo das teorias de processo” (GODÓI, 2002, p. 20). O segundo é o da classificação bidimensional, que inclui além da “[...] dimensão conteúdo versus processo, a dimensão reforçamento versus cognição”. O terceiro e último modelo de classificação, conforme Zanelli, Andrade e Bastos (2004) são o unidimensional que organiza as teorias em um contínuo entre proximidade e distanciamento da ação. Segundo os autores, observam-se nas décadas de 1940, 1950 e 1960 teorias da motivação, sendo que nessas décadas:

[...] as teorias que se sustentam no conceito de necessidade partem da premissa de que há uma energia ou força que excita ou gera uma tensão interna no organismo, experimentada subjetivamente como um impulso ou desejo para agir de modo que se reduza a força deste mesmo impulso, tensão ou desejo. Essas teorias, em certo sentido estariam interessadas em desvendar os aspectos individuais biológicos e psicológicos que desencadeariam impulso ou desejo; em outras palavras, a falta ou a carência de algo a ser suprido. (BASTOS, 2004, p. 150).

Dentre as diversas importantes teorias da motivação, a teoria de Maslow (1943) se baseia muito na experiência clínica:

[...] as necessidades humanas têm origem biológica e estão dispostas em uma hierarquia que deixa implícito o pressuposto antropológico de que o homem tem uma propensão para o autodesenvolvimento e o crescimento pessoal. (ZANELLI; ANDRADE; BASTOS, 2004, p. 150).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Maslow (1943), redefiniram-se cinco necessidades hierarquizadas, agrupadas em três categorias denominadas “(ERC): existência (E), que inclui as necessidades fisiológicas e de segurança; relacionamento (R), que reúne as necessidades sociais e de estima; crescimento (C), que equivale à necessidade de auto-realização”. (ZANELLI; ANDRADE; BASTOS, 2004, p. 150).

Contraopondo-se à Maslow (1943):

[...] a motivação da conduta humana não obedeceria a um sentido apenas progressivo, mas também regressivo, ou seja, descendente. A frustração encontrada na satisfação de necessidades mais elevadas ou abstratas poderia fazer com que a pessoa regressisse ao nível anterior (necessidades mais concretas) em que tenha conseguido bons resultados (ZANELLI; ANDRADE; BASTOS, 2004, p. 151).

Com essa afirmação deixa claro que a motivação da conduta humana não obedeceria a um sentido apenas progressivo, mas também regressivo, ou seja, descendente. Zanelli, Andrade e Bastos (2004, p. 151), ainda chamaram a atenção também para o fato de que “[...] duas necessidades poderiam conjuntamente esta influenciando a orientação da ação da pessoa, o que enfraqueceria a tese de que haveria uma hierarquia de necessidades”.

Mas, contrariando Maslow:

[...] a frustração encontrada na satisfação de necessidades mais elevadas ou abstratas poderia fazer com que a pessoa regressisse no nível anterior (necessidades mais concretas) em que tenha conseguido bons resultados. Chamou atenção também para o fato de que duas necessidades poderiam conjuntamente estar influenciando a orientação da ação da pessoa, o que enfraqueceria a tese de que haveria uma hierarquia de necessidades (ZANELLI; ANDRADE; BASTOS, 2004, p. 151).

Como se observa, a motivação vem sendo ao longo de seu desenvolvimento, um assunto polêmico, bastante estudado conforme o número de teorias apresentadas como exemplos. Porém, pelo evidenciado, nota-se a nítida ligação entre as teorias da motivação, psicologia e a pedagogia, pois quando se aborda a temática educação, se determinam que as ações estratégicas de motivação dentro da escola devem levar em conta as características psicológicas e sociais dos alunos. Desse modo, pode-se dizer que motivar o aluno a estudar não pode se restringir em atividades de traçar metas, objetivos ou notas - avaliação - que devem ser alcançados - e perseguidos -, pois desse modo todo o processo pedagógico seria pautado em uma premissa não construtiva. Cabe ressaltar que o aluno, “[...] precisa ser motivado para um melhor desenvolvimento em sala, entende-se que o aluno motivado pela família tem mais probabilidade de aprendizagem em sala de aula” (SANTOS; LIMA, 2001, p. 3). O processo ensino-aprendizagem:

[...] deve ser analisado se está de acordo com as necessidades de cada aprendente; bem como, avaliar se a metodologia comumente aplicada ao ensino está compatível ao que se espera de um ensinante. Em determinadas situações, o ponto central da análise não deve ser a aprendizagem do aluno, mas sim o tipo de ensino que a escola ou o professor proporcionam. A estrutura pessoal da criança, a dinâmica familiar, seu ambiente afetivo, a condição sócio-econômica e cultural são fatores importantes nesse processo relacionado à motivação. Quando falamos em estrutura pessoal da criança estamos nos referindo a equilíbrio, segurança no que faz e autoconfiança em se mesma. Toda criança só tem esses sentimentos quando bem amparada e compreendida pela família e sociedade. Se os pais estão sempre opinando a partir de uma perspectiva negativa para os filhos, se estão sempre os taxando de inúteis e incapazes, ou usando de zombarias e ironias, a criança tende a se sentir incapaz em tudo que faz resultando em uma pessoa com baixa estima. Quando a criança tem êxito no que faz começa a confiar em suas capacidades, ela tem mais alegria e vontade de viver e certamente de aprender (SANTOS; LIMA, p. 4-5).

É neste sentido de tentar adequar as teorias da motivação ao ambiente familiar e escolar que a questão da afetividade deve ser trabalhada, entre criança e família, aluno e professor. Assim, é possível desenvolver maior empatia em sala de aula de forma que o professor venha entender de maneira mais sensível as dificuldades dos alunos. A partir dessa atitude haverá retribuição à esse afeto como, por exemplo, prestar atenção na aula e realizar as tarefas solicitadas. Isso não porque o aluno tem medo, mas porque o aluno quer entender, enfim, a necessidade de seu desenvolvimento como ser acadêmico e social.

Conquistando o aluno, o professor passa a motivá-lo num processo de construção de conhecimento, cenário em que o primeiro se torna ator principal, participando intensamente do processo de aprendizagem. Nesse sentido, se comprova a importância do professor no processo de melhorias na qualidade do ensino, público atualmente, que conforme observado vem perdendo qualidade a cada dia. A má qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras ocorre por motivos diversos como, por exemplo, a má remuneração do professor, o que reflete na qualidade das aulas. Esse reflexo é sentido pelos alunos e, desse modo, existe uma troca de animosidades em que um ensina por ensinar e o outro não aprende assim, daí a ausência de uma estratégia de motivação e afetividade.

Os problemas relacionados à família estão ligados ao histórico da história e se tornaram alvo de muitos teóricos que suscitaram vários debates norteados a partir da participação da escola como agente auxiliar da sociedade. Sendo assim, faz-se necessário dispor sobre a discussão e o debate teórico sobre esse assunto.

### **1.3 Discussão e Debate Teórico Referente ao Histórico da Família**

Guirado (2004, p. 73), em relação ao cotidiano que se perpetua no ambiente escolar define que as relações entre “[...] professores, diretores, orientadores, crianças (são vivenciadas) como relações naturais”, embora não sejam, pois são geridas pelos sujeitos das relações. Mas, que a ação destes sujeitos “[...] não está sendo percebida como instituída, ou seja, como a que produz esta ordem natural”. A escola se apropria, enquanto instituição educacional, do conhecimento e é por ele e, por meio dele, que deveria se dar a relação entre professor e aluno. “[...] a escola, desde o ponto de vista institucional, equivaleria basicamente às práticas concretas de seus agentes e clientela, tendo a relação professor-aluno com núcleo fundamental” (AQUINO, 2008, p. 50).

Dessa forma, a escola, como espaço institucional responsável pela educação, quando percebe que a indisciplina está interferindo em seu objetivo maior - promover a educação – se preocupa no sentido de encontrar solução para este problema. Porém, como constatado em Lepre (1999, p. 112), os professores geralmente situam a origem da indisciplina no aluno no ambiente familiar, ou seja, “[...] na falta de limites dada pelos pais, na dificuldade em respeitar regras, na falta de afeto ou em problemas pessoais não definidos”.

Nesse viés, Aquino (2008, p. 23) defende que a solução está em “[...] reforçar, no aluno, o sentimento de ser moral”. Cabe aqui, citar Tiba (1999, p. 140) quando afirma que “O ambiente escolar deve se de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos”.

Cabe aqui mencionar que:

[...] a importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família (BOCK et al., 2009, p. 143).

A família é a base do ser humano, trata-se de um conjunto de pessoas:

[...] que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construírem algo e de se complementarem. E é através dessas relações que os seres humanos tendem a tornarem-se mais afetivos e receptivos, eles aprendem a viver o jogo da afetividade de maneira adequada. Mas para que essa adequação ocorra é preciso que haja referências positivas, responsáveis encarregados de mostrar os limites necessários ao desenvolvimento de uma personalidade com equilíbrio emocional e afetivo. Para as crianças e adolescentes, as referências são pessoas, palavras, gestos que irão proporcionar a formação da identidade. Por isso, crianças e jovens que estabeleçam vínculos de harmonia nos seus momentos de decepções, e que possam receber carinho, atenção e compreensão irão desenvolver uma identidade sadia, conseguindo suportar frustrações até o momento adequado para realizar seus desejos (RIGO, 2006, p. 2).

E, a escola é uma instituição social “Responsável pela educação escolar, é um espaço destinado ao trabalho pedagógico formal, ao entendimento de regras, à formação de valores, éticos e morais, ao exercício da cidadania” (BRAMBATTI, 2006, p. 6).

Porém:

[...] quando falta ao educando/filho um ambiente familiar saudável e equilibrado, no qual ele convive com uma desestrutura familiar (ausência do pai ou da mãe), ele se deixa levar pelo impulso em direção à irresponsabilidade ou inconsequência, gerando assim ações inadequadas ou insensatas que irão prejudicar a formação de seu caráter ou da sua personalidade. Quando a escola é despreparada tanto no seu quadro funcional, como também não cumpre o seu papel social na formação do educando, verifica-se que se têm a partir desse desinteresse escolar/pedagógico indivíduos desestimulados e incapazes de prosseguirem em busca de seu lugar na sociedade. Gerando assim, alunos desmotivados, indisciplinados e com baixa autoestima (BRAMBATTI, 2006, p. 6).

Segundo Montandon e Perrenoud (1987, p. 7), “[...] de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte de cada família”. Nessa direção:

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometido com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano (PARO, 2000, p. 30).

A relação família-escola requer dos professores:

[...] uma tomada de consciência de que, as reuniões baseadas em temas teóricos para falar dos problemas dos educandos, sobre notas baixas, não proporciona um início de parceria. A escola deve buscar construir por meio de uma intervenção elaborada e consciente a criação de espaços para reflexão e experiências de vida numa comunidade educativa, instituindo acima de tudo a aproximação entre as duas instituições (família-escola) (RIGO, 2006, p. 4).

Com o tempo as experiências vividas formam a personalidade da criança/adolescente. “Na adolescência, torna-se potencialmente capaz de contestar tudo aquilo que sinta não ser ele mesmo” (KALINA; GRYNBERG, 2002, p. 15).

[...] as primeiras contestações, geralmente, ocorre no ambiente familiar, onde o adolescente começa a questionar comportamentos que lhes são impostos como se fossem leis e passa a exigir da família e do ambiente que o cerca, respostas coerentes aos seus questionamentos. Isso significa a entrada do indivíduo numa nova realidade, com a qual ele vai se relacionar de forma particular e que lhe permitirá reconhecer-se enquanto sujeito. É nessa tentativa que o indivíduo se permite experimentar diversas situações, abstraindo dessas experiências para si, um novo sentido para a sua vida, redefinindo sentimentos e valores. É claro que essa nova consciência de si traz consigo uma série de experiências primeiras que, consciente e/ou inconscientemente, marcaram o vivido na infância desse indivíduo. E é esse novo sujeito que, dentro do contexto em que vive, assumirá novas formas de se posicionar diante da vida, e de responsabilizar-se por si mesmo (SILVA, 2011, p. 14).

Sobre as transformações e conflitos ocorridos a partir do processo de modernização, a socióloga Vaitsman (1994) esclarece que:

[...] o desenvolvimento da sociedade capitalista, mais tarde sociedade industrial moderna, levou a uma redefinição não só da relação entre as classes, mas também das relações de gênero. A família privatizou-se e transformou-se em família conjugal moderna, perdendo suas funções produtivas - segundo a concepção econômica que passou a representar como produtivas apenas as relações exercidas na esfera do trabalho remunerado. Construía-se um mundo feminino, privado, da casa, que passou a se colocar como oposto a um mundo público, da rua, que se tornou, no imaginário social e na ideologia oficial, um mundo masculino. (VAITSMAN, 1994, p. 29-30).

Sabe-se que “[...] o comportamento individual e a formação do juízo moral são moldados por meio de valores sociais, transmitidos principalmente pela família e pela escola”. (AMARAL, 2007, p. 8).

Entretanto, “[...] experiências vividas no próprio cotidiano familiar, algumas delas relacionadas ao afeto, responsabilidade e ao estabelecimento de limites, podem constituir importantes fatores na proteção desses jovens [...]” ao “[...] se relacionarem na escola e comunidade”. (INEM; BATISTA, 1997, p. 72).

Os mesmos autores consideram como fatores protetores importantes, quatro formas de prazer:

- Gostar de si próprio, a autoestima, o sentir-se bem na sua pele e ser capaz de tomar decisões;
- Prazer da relação aprofundada com os outros, da relação de intimidade e o prazer da relação de solidariedade;
- Viver em harmonia com o desenrolar do tempo, saber ocupar-se, divertir-se ou mesmo não fazer nada e não se aborrecer;
- Prazer do futuro, projetos, ser capaz de experimentar, de certa forma, já hoje, o prazer que se imagina para o futuro, não viver em função do presente, do prazer imediato, mas ser capaz de ter sempre presente também o futuro.

Ao se promover fatores protetores, automaticamente tem-se mudanças estruturais. “É preciso que nos interroguemos se na vida familiar, na educação, na escola, nos locais de habitação, nos empregos, nas redes sociais, nas leis, na

participação política, esses fatores são promovidos ou se, pelo contrário, são contrariados” (WINNICOTT, 1996, p. 83).

Esse comportamento exige maturidade emocional que, obviamente o indivíduo por ser ainda uma criança/adolescente ainda não alcançou. “O adolescente questiona a conhecida vida familiar, os conceitos tradicionalmente aceitos, as regras e padrões pré-estabelecidos, em busca de algo que seja realmente seu” (KALINA; GRYNBERG, 1974, p. 14).

Para Winnicott (1993, p. 115), “esta é uma fase que precisa ser efetivamente vivida, e é essencialmente uma fase de descoberta pessoal. Cada indivíduo vê-se engajado numa experiência viva, num problema do existir”. Trata-se de um período em que abundam experiências, dúvidas, questionamentos e comportamentos um tanto contraditórios.

Segundo Winnicott (1993, p. 136), o indivíduo só atinge sua maturidade emocional quando a família proporciona um “[...] caminho de transição entre o cuidado dos pais e a vida social. E deve-se ter presente que a vida social é em muitos aspectos uma extensão das funções da família”.

Cabe nesse momento citar o ECA, capítulo IV, parágrafo único (BRASIL, 1999), “[...] é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”, ou seja:

[...] trazer as famílias para o convívio escolar já está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente o que está faltando é concretizá-lo, é pôr a Lei em prática. Família e escola são pontos de apoio ao ser humano; são sinais de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais significativos serão os resultados na formação do educando. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2).

É notório que a participação da mãe e pai na educação formal de seus filhos deve ser constante e de forma consciente, haja vista que a relação entre escola e família é considerada simultânea e complementar.



De acordo com Spodeck e Sarachpo (1998, p. 167), “O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal”. Nessa direção, alerta ainda os autores que: “Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e a aprendizagem na escola e em casa possa se complementar mutuamente” (SPODECK; SARACHPO, 1998, p. 167).

A família tem a função de complementar à formação do indivíduo, pois são responsáveis diretos, no entanto a função de oferecer a educação formal é responsabilidade da escola, então ambas são corresponsáveis por toda a formação da criança e adolescentes. Observa-se, então, o quanto é necessário que essas duas instituições - família e escola - mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade.

A troca de ideias entre educadores e pais trará soluções mais rápidas aos problemas enfrentados pelas crianças. “Quando a escola, o pai e a mãe falam a mesma língua e têm valores semelhantes, a criança aprende sem conflitos e não joga a escola contra os pais e vice-versa” (TIBA, 2002, p. 183).

Nesse viés refere-se que:

Para que o desenvolvimento da personalidade das crianças seja harmonioso é necessário que seu ambiente familiar traduza uma atmosfera de crescente progressão educativa. Todavia, nota-se que todas as instituições e especialmente a escola deve não só apoiar e respeitar os esforços dos pais e responsáveis pelos cuidados, atenção e educação das crianças, e que devem também colocar-se em posição efetiva de gerar iniciativas dirigidas à elevação e aprimoramento social e educacional de seus educandos e respectivas famílias (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2).

A escola por sua proximidade com a família constitui-se como elo importante “[...] na busca de mecanismos que favoreça um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a sociedade” (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2).

Ações de caráter pedagógico - que as escolas podem dirigir para favorecer as famílias - devem fazer parte de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) considerando-se os grandes e sérios problemas sociais, tanto da escola como da família, reflete os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Repensar sobre o papel e sobre a função da educação escolar, seu foco, sua finalidade, seus valores, é uma necessidade essencial: isso significa considerar características, ânsias, necessidades e motivações dos alunos, da comunidade local e da sociedade em que ela se insere. A escola tem necessidade de encontrar formas variadas de mobilizações e de organização dos alunos, dos pais e da comunidade, integrando os diversos espaços educacionais que existem na sociedade (BRASIL, 1998, p. 10).

A CRFB de 1988 - Cap. III, Seção I, art. 206 ao promulgar os princípios basilares do ensino, especifica um desses princípios, em seu inciso VI, “[...] a gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, a LDBEN 9.394/96 estabelece:

Art. 3º- o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

“Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Embora não se observando uma clara determinação nesses artigos cumprida na totalidade do universo público, percebe-se pontos positivos como, por exemplo a intenção de que a responsabilidade do ensino seja compartilhada por toda a comunidade escolar: equipe administrativa, corpo docente e discente e pais e responsáveis dos alunos, bem como a comunidade onde a escola está inserida como estabelece os artigos transcritos abaixo:

Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

VI. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII. Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13 - Os docentes incumbir-se-ão de:

I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 13).

Ao assegurar a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola, a LDBEN retira da instituição de ensino o peso de ter que se adaptar a projetos criados por outras pessoas.

Cabe ressaltar que as pessoas, muitas vezes não conhecem a verdadeira realidade da escola, e o contexto onde se insere. A LDBEN proporciona à escola:

[...] agilidade, flexibilidade e eficiência ao tornar-se artífice do seu processo de ensino-aprendizagem, ao ter que diagnosticar suas deficiências e necessidades e, a partir delas, traçar objetivos, desenvolver metas e criar estratégias, de maneira conjunta, que visem alcançar a qualidade do ensino que se propõe (SILVA, 1999, p. 2).

Ao estabelecer e assegurar uma ponte entre a escola e a comunidade, por meio do instrumento democrático que é o Conselho Escolar, a LDBEN/96, permite benefícios não só pedagógicos, mas afetivos, emocionais e psíquicos aos educandos. Isso ocorre decorrente da união da família e mundo escolar, por serem esses dois espaços os de maiores proporções em suas vidas. Se essa união é harmoniosa, não há dúvidas que o desenvolvimento ideal da criança estará garantido.

Na escola, a gestão democrática: pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários por meio de:

[...] supõe ações e atitudes desprovidas de autoritarismo, porém repletas de solidariedade, humildade, responsabilidade e comprometimento com o ensino e com os educandos, por parte de todos os atores que atuam no cenário educacional, especialmente o diretor da escola, de quem deve partir a convocação e o estímulo para o compartilhamento das atividades educacionais, sem medo de sentir eclipsado pelo sucesso da comunidade. A escola que assim pautar suas ações estará alicerçando também as bases para constituir-se numa escola cidadã, isto é, num espaço democrático onde direitos e deveres são exercidos e usufruídos coletivamente e igualmente, oportunizando principalmente aos educandos, finalidade maior de sua existência, a chance de se tornarem cidadãos críticos, leitores e participantes do mundo que os rodeia e do qual são partes integrantes, como fazedores de sua história (SILVA, 1999, p. 3).

O Conselho Escolar - órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar - é muito importante, uma vez que se trata do espaço onde as questões educativas são discutidas e na prática político pedagógica da escola, exerce as seguintes funções: deliberativa; consultiva; fiscal; mobilizadora. Sendo o referido Conselho composto por todos os segmentos da Comunidade Escolar e local ele pode ampliar a forma de participação da comunidade e determinar uma nova relação com:

[...] o espaço público, envolvendo-se em decisões relacionadas à elaboração, execução e controle das atividades desenvolvidas nesse local. Agindo assim a comunidade poderá construir o que necessita, ou seja, uma escola que vá ao encontro de seus interesses e anseios (SILVA, 2013, p. 38).

Uma escola que contribua para a formação de um homem criativo, crítico e construtivo, pois estará também: ajudando a organizar um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Ao participar da administração escolar, o colaborador torna menos cansativo “[...] o trabalho para a equipe de direção e há maiores possibilidades de que se consiga mais organização e melhor qualidade nas atividades desenvolvidas” [...] (SILVA, 2013, p. 4).

Isso por que cada um tem sua responsabilidade com o objetivo maior que é o aluno que aprende respeitando a cultura local e as diferenças individuais tornando-se cada dia um cidadão mais criativo e capaz de mudar a si próprio e também o mundo. Quando a escola e a família:

[...] conseguirem estabelecer uma parceria na maneira como irão promover a educação de seus educandos/filhos, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão aos poucos superados. Todavia, para que isso aconteça é necessário que a família realmente participe da vida escolar de seus filhos. Que a família tenha comprometimento, envolvimento com a escola, gerando assim, na criança/adolescente um sentimento de amor, sentir-se amparado e valorizado como ser humano (RIGO, 2007, p. 3).

Ensinar é:

[...] transmitir o que você sabe para quem quer saber, portanto é dividir sua sabedoria. Mas é uma estranha divisão que não segue as leis matemáticas, porque você divide, mas não perde o que era seu pelo contrário, pode ganhar o que nem lhe pertencia. Ensinar faz o mestre rever seus próprios conhecimentos com possibilidades de atualizá-los. Os sentimentos de gratidão, admiração e respeito do aprendiz alimentam a alma do mestre. Portanto ensinar é também trocar (TIBA, 1996, p. 142).

A tarefa de cuidar de um ser humano em formação é muito difícil, pois os educadores têm que:

[...] trabalhar com os conflitos gerados pela impulsão dos jovens em direção à satisfação rápida. [...] A escola atual, de modo geral, apresenta maior disponibilidade em aceitar um relacionamento mais próximo com os pais. [...] O caminho percorrido para se chegar a tal interação foi um tanto difícil, em consequência das transformações políticas, econômicas e sociais, das rupturas de paradigmas. Os objetivos da escola como também da família nos dias de hoje deverão procurar tornar a criança/adolescente apta a assumir responsabilidades, tomar decisões, aprender qualquer ofício, desenvolver suas habilidades, como também orientar o educando filho na medida em que demonstre necessidade. A escola não deve apenas visar à construção do conhecimento, mas a formação de valores, atitudes e personalidade do aluno (BRAMBATTI, 2010, p. 11).

A escola precisa “[...] de uma aproximação com a realidade do aluno e da própria comunidade na qual ela está inserida. O aluno também precisa ser incentivado a pensar por si próprio e buscar os conhecimentos de seus interesses, nas bibliotecas, museus etc.” (BRAMBATTI, 2010, p. 11-12).

Nessa direção, ressalta-se que os papéis da família e da escola modificaram-se ao longo das décadas e a tão temida repressão ficou para trás. Nesse sentido, pode-se dizer que “[...] a relação entre a educação,

escola/família/sociedade deve ser alvo de uma transformação contínua” (RIGO, 2006, p. 2).

Nesse cenário, as escolas devem ser:

[...] mais ativas e participativas despertando no aluno o desejo de aprender. O apoio e a coesão familiar podem proporcionar as crianças uma estrutura mais equilibrada e sadia, para crescerem e tornarem-se cidadãos conscientes de seu papel na comunidade e sociedade sendo capazes de interagir e intervir na realidade (BRAMBATTI, 2010, p. 12).

Segundo essa autora, há muito se sabe que a participação ativa dos pais na vida dos filhos faz toda diferença. Essa participação deve se iniciar em casa e se estender à escola (BRAMBATTI, 2010).

A escola e a família:

[...] cada qual com seus valores e objetivos específicos na educação de uma criança/adolescente, constituem uma estrutura intrínseca, onde quanto mais diferentes são mais necessitam uma da outra. Desse modo, cabe a toda sociedade, não apenas aos setores relacionados à educação, transformar o cotidiano da escola e da família, através de pequenas ações modificadoras, para que esta (a família) compreenda a importância dos objetivos traçados pela escola, assim como o seu lugar de corresponsável nesse processo (família) (BRAMBATTI, 2010, p. 13).

Um exemplo claro é que os filhos desde a mais tenra idade tem como exemplo o comportamento dos pais.

Assim sendo, família e escola:

[...] devem aproveitar as possibilidades de estreitamento de relações, porque o ajuste entre ambas e a união de esforços para a educação das crianças e adolescentes deve redundar, sem dúvida nenhuma, em elemento facilitador da aprendizagem e da formação do cidadão (BRAMBATTI, 2010, p. 13).

A mesma autora afirma que a escola precisa sentir-se:

[...] desafiada a repensar a prática pedagógica, considerando que os estudantes são crianças/adolescentes que apresentam características singulares e que se faz necessário manter um trabalho de parceria com as famílias, pois, se a escola deseja ter uma visão integral das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que deve desempenhar o bem-estar, englobando as diversas dimensões do ser humano. Visto que se crianças/adolescentes e sua família sabem aonde a escola quer chegar, se estão envolvidos no dia a dia de que são os principais beneficiários, poderão participar com mais investimentos e autonomia na busca do sucesso nessa empreitada que é o aprender e, principalmente, na formação de um ser humano que desenvolva suas potencialidades físicas, espirituais e funcionais, através de trabalhos criativos, envolvendo também o meio social em que vivem, acompanhando a modernidade e evolução do mundo (BRAMBATTI, 2010, p. 9).

A família é considerada como referência de proteção e socialização das pessoas. Quando estruturada, é responsável pela formação de valores culturais, éticos, morais e espirituais transmitidos há várias gerações. Esses valores no ambiente familiar vão contribuir para a formação do caráter da criança/adolescente, nos quesitos: sociedade e escola.

Na sociedade atual é cada vez mais significativa a participação dos pais na formação e na educação de seus filhos. Porém, se tem observado que a família está deixando para a escola a responsabilidade da educação das crianças, não está havendo de fato, uma integração entre esses dois sistemas no que concerne a participação dos pais na formação e na educação dos filhos. Poucas famílias acompanham seus filhos no tocante ao seu rendimento escolar, principalmente as pertencentes às camadas mais populares. Infelizmente a consequência desse fato, ou seja, da não integração família/escola, é que os filhos, infalivelmente não vão se tornar um adulto capaz de contribuir de forma positiva para melhorias da sociedade em que vive.

Por muito tempo, a sociedade considerou como único saber aquele aprendido na escola. Quando a criança ingressava na educação formal, os conceitos aprendidos na família eram desprezados para que os novos saberes estabelecidos nos parâmetros estabelecidos pela escola. Com essa prática, a família passou a considerar-se incapaz de educar a criança, depositando na escola todo o poder e responsabilidade para fazê-lo (DELVAN; RAMOS; DIAS, 2002, p. 58).

Felizmente, essa realidade mudou. Hoje se observa “[...] uma exaltação da necessidade de se estabelecer um efetivo diálogo entre a escola e a família [...]”. (FARIA FILHO, 2000, p. 45), pois já se sabe que a parceria desses dois

sistemas é de fundamental importância para o processo ensino-aprendizagem das crianças e jovens uma vez que a aprendizagem não está apenas nos conteúdos escolares. As ações de caráter pedagógico:

[...] que as escolas podem dirigir para favorecer às famílias devem fazer parte de seu projeto e para que isso possa acontecer é fundamental que as ações em favor da família sejam desenvolvidas e presididas pelos princípios da convergência e da complementaridade. Nesse sentido é importante que o projeto inicial se faça levando em conta os grandes e sérios problemas sociais tanto da escola como da família, como reflete os parâmetros curriculares [...] repensar sobre o papel e sobre a função da educação escolar, seu foco, sua finalidade, seus valores, é uma necessidade essencial: isso significa considerar características, ânsias, necessidades e motivações dos alunos, da comunidade local e da sociedade em que ela se insere. A escola tem necessidade de encontrar formas variadas de mobilizações e de organização dos alunos, dos pais e da comunidade, integrando os diversos espaços educacionais que existem na sociedade (ZANELLI; ANDRADE; BASTOS, 2004 p. 2).

Assim, a escola deve incluir a família nas ações dos projetos pedagógicos - intenção de a escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade -, o que significa:

[...] enfatizar ações em seu favor e lutar para que possa dar vida às leis. Mais do que criar um novo espaço para tratar das questões da família ou da escola, a própria escola deve articular seus recursos institucionais, de maneira a assegurar que as reflexões, os debates, os estudos e as propostas de ação possam servir de embasamento para que o desenvolvimento social se concretize por meio de práticas pedagógicas educativas efetivas (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2).

Ainda segundo essas autoras:

Conectar a inter-relação escola-família de forma mais estreita significa construir e desenvolver comunidades nas quais poderemos satisfazer nossas necessidades básicas ao aspirar uma melhor qualidade de vida para as gerações futuras. Para isso precisamos não só aprender sobre os princípios de convivência comunitária como também exercitar esses princípios por meio de relações mais frutíferas e comprometidas com o desenvolvimento educacional e social. Precisamos revitalizar nossas comunidades colaborando para colocar claramente os princípios da inter-relação numa prática de relações sociais fortalecidas pelo respeito, pela eficácia das ações e pela luta por uma cidadania digna (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2).



Já se percebeu a necessidade que Ferreira, Anequim e Bino (2009, p. 2) dispõem: “[...] aprender princípios de convivências comunitários como também exercitar esses princípios por meio de relações mais frutíferas e compromissadas com o desenvolvimento educacional e social”. Enfim, “[...] que tanto as comunidades escolares como as familiares colaborem para colocar claramente os princípios da inter-relação numa prática de relações sociais fortalecidas pelo respeito, pela eficácia das ações e pela luta por uma cidadania digna” (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2).

Tanto as comunidades familiares como as comunidades familiares:

[...] não podem permanecer distanciadas em seu processo de desenvolvimento e funcionamento organizacional, mas devem estar vinculadas e abertas aos recursos educacionais que dispõem e determinar por sua historicidade a dimensão cognitiva e educativa que pretendem aplicar no processo de desenvolvimento humano, e mais precisamente no acompanhamento das novas gerações (SIQUEIRA, 2007, p. 30).

Sabe-se que professores, coordenadores pedagógicos, funcionários e direção creem na importância da ajuda dos pais para o bom desempenho dos alunos na sala de aula. Todavia, “A contribuição que os pais podem dar para o processo pedagógico escolar precisa ser levada em conta para evitar o risco de se ignorar algo que é imprescindível para o bom desempenho dos alunos” (PARO, 2001, p. 72).

Vale salientar, para essa contribuição tenha excelência de qualidade é imprescindível que a família tenha alicerces duradouros e princípios, ou seja, que seja unida e indissolúvel enquanto possível, principalmente em torno do desenvolvimento dos filhos. Sendo assim, a relação conjugal dos pais, seja ela casamento, divórcio ou recasamento, tem uma representatividade significativa na construção pedagógica e social de seus filhos.

## CAPÍTULO II - CASAMENTO, DIVÓRCIO E RECASAMENTO

Nesse capítulo se apresenta um estudo teórico sobre o casamento, divórcio e recasamento, partindo de uma perspectiva histórica, mostrando que na atualidade, há um declínio dessa prática condicionada às mudanças econômico-sociais vivenciadas pela sociedade, por conseguinte, houve profundas modificações na instituição casamento e na formação da família que antes era considerada como nuclear aquela representada por pai, mãe e filhos.

Nesse sentido, segundo Ballone (2003) em reportagem da revista Veja:

Os casamentos acabam em divórcio, na Inglaterra, são 40%. No Brasil a incidência também não para de subir, pois, segundo dados do IBGE, em 1985 um casal se divorciava para cada nove casamentos e em 1995, essa proporção era de um divórcio para cada quatro uniões. Mas esses números não interferem na incidência do casamento. O problema é psico-fisiológico, ou seja, tem um componente psíquico e um fisiológico (que todos têm) mantendo a vocação para casar. É mais ou menos como o jovem que, psicofisiologicamente, acha que sua juventude vai durar para sempre. Em relação ao casamento, todos acreditam que não dão certo os casamentos dos outros. Dessa forma, quem se casa continua achando que seu casamento, só o seu, será para sempre (BALLONE, 2003, p. 1).

Essa alteração de comportamento é explicada por Nazzari (2001) que elucida as mudanças na sociedade, na família e no próprio casamento.

Nesse viés, Gomes e Paiva (2003) informam que o casamento é sempre tido como o propulsor do contexto familiar, ou seja, é a partir do casamento que se forma uma família com bases sólidas, o que vem a contribuir no desenvolvimento dos filhos, principalmente quando crianças e em fase do processo ensino e aprendizagem nas escolas.

Nessa família “[...] a necessidade primordial do casal se centraria em ter filhos, desconsiderando de certa forma as questões da própria conjugalidade” (WINNICOTT, 1997, p. 64).

No entanto, o modelo de família vem sendo moldado ao longo do tempo, incorporando aspectos de moral, ética, religiosidade e costumes que foram se tornando parte de um núcleo de convivência e, apesar dos filhos terem se tornado a finalidade primordial do casamento, outros aspectos também se inseriram no universo conjugal como é possível observar a seguir.

## **2.1 Entendendo e Contextualizando o Histórico do Casamento**

Para alguns autores a história do casamento tem diferentes vertentes. Monsanto (2005, p. 9) afirma que “[...] a origem do casamento como uma instituição histórica tem suas raízes fundamentadas principalmente no aspecto religioso”. Este autor acrescenta ainda que “[...] no cristianismo, o casamento ou matrimônio, foi instituído por ordem divina no Jardim do Éden, por ocasião da criação do homem e da mulher” (MONSANTO, 2005, p. 9).

No entanto, conforme informa Marlene Heuser<sup>7</sup>, a história do casamento provém da Roma antiga. A cerimônia era caracterizada por uma cerimônia religiosa: a noiva usava vestimenta especial e arranjo preso nos cabelos - flores brancas (representando felicidade e vida longa) e espinhos (para afastar os maus espíritos). Oliveira (2003, p. 1) considera que mais tarde foram acrescentadas as vestes da noiva “[...] o véu, referenciando à deusa greco-romana Vesta, protetora do lar, simbolizando a honestidade e a virgindade, virtudes imprescindíveis para uma boa prole e a continuação do ‘sangue’, segundo os costumes da época”.

Quando se fala em casamento no Brasil deve-se, também, comentar brevemente sobre o dote, de origem europeia. Os portugueses, colonizadores do Brasil no século XVI, trouxeram o cristianismo e outros acessórios europeus. Segundo a lei e os costumes portugueses, dar dote à uma filha era dever dos pais, igual ao dever de alimentar e cuidar dos filhos, todavia limitado conforme as posses da família (ALMEIDA, 1987).

---

<sup>7</sup> Consultora de Relacionamento Amoroso e Interpessoal. Centro de Desenvolvimento Pessoal Golden Years. Disponível em: <[www.goldenyears.com.br](http://www.goldenyears.com.br)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

Em seus estudos Nazzari (2001), constatou que, no século XVII, na cidade de São Paulo/SP, praticamente a maior parte dos proprietários concedia à suas filhas grandes dotes para o sustento do novo casal. Assim sendo, as mulheres -esposas - contribuíam com a maior parte das terras, do gado, das ferramentas agrícolas e escravos. No início do século XIX, o dote era menor – logo desapareceria a tradição do dote. As noivas recebiam dotes de conteúdo muito diferente, e nem todas as filhas de um casal recebiam dotes.

No século XX, no Brasil, desaparece o costume do dote, pois ao noivo era atribuído algumas alcunhas como, por exemplo, caça-dotes - homens pobres ou remediados que buscavam um bom casamento, monetariamente falando – saiam à captura de moças ricas para garantir seu futuro.

Para explicar essa alteração de comportamento, Nazzari (2001, p. 232), explica essas mudanças na sociedade, na família e no casamento, segundo este autor, “[...] o Brasil mudou de uma sociedade hierárquica, *ancien regime* [...]”, uma sociedade verticalmente - dividida em clãs familiares -, que com o tempo transformou-se em uma sociedade dividida horizontalmente - em classes.

Logo depois a extinção do costume do dote, no Brasil surge os contratos matrimoniais, que estabelecia um sistema diferente de propriedades de bens no interior do casamento. Esses contratos tinham por objetivo proteger os bens de cada um, e refletiam a desigualdade econômica de cada um também. Assim, os contratos obrigavam as pessoas a encontrarem um companheiro de igual situação econômica que a sua (NAZZARI, 2001).

Hoje, casamentos burocráticos e duradouros quase não existem mais, o que existe são famílias misturadas e reestruturadas, madrasta, ex-marido (mulher), pai-substituto, antiga esposa, tendo conotação negativa, aumentando as dificuldades para as famílias que estão tentando elaborar esses relacionamentos. Quando se refere ao outro desta forma, mostra-se que há dependência de relacionamentos passados para definir o presente ou enfatizar uma situação de ausência. Nesse cenário, enfrentar momentos que antecedem o recasamento consciente de que:

[...] leva um bom tempo para que cada um se acomode aos novos lugares é uma atitude positiva, que levará os membros daquela família em formação a reagir melhor às dificuldades inerentes aos papéis que estão começando a vivenciar. Não existem fórmulas ou receitas para que a nova união seja um sucesso. Cada um de nós é único e singular e cada conjunto de pessoas envolvidas nesta experiência gera dinâmicas únicas e singulares (BRUN, 2001, p. 21).

Atualmente, a maioria dos recasamentos ocorre depois do divórcio, sendo que antigamente, um segundo casamento estava sempre relacionado à morte de um dos parceiros. Nesse sentido, Brun (2001, p. 21) afirma que “mas, seja por viuvez ou separação, misturar as dificuldades inerentes a este luto com a fase inicial do recasamento é expor a nova relação a uma quantidade de estímulos e exigências que poderão ser fontes de profundos mal-entendidos”.

O divórcio envolve dor e perda, mas o que prevalece é qualidade da relação estabelecida antes, durante e depois da separação (HACK; RAMIRES 2010). Assim, quando se fala em recasamento, deve-se considerar que possíveis:

[...] episódios dolorosos [...] até traumáticos podem ter ocorrido antes da relação atual. O peso de cada uma destas histórias e a forma como foram digeridas, vão tingir, com intensidades variáveis, as situações de desafio que todos terão de enfrentar até se acomodarem à nova organização (BRUN, 2001, p. 21).

Ainda de acordo com esse autor a fase depois do divórcio:

[...] por suas idas e vindas emocionais, é uma fonte muito fértil de desentendimentos e está sujeita a descargas psíquicas desproporcionais. A duras penas, o grupo familiar se reorganiza em família uniparental e vai superando a ‘síndrome da cadeira vazia’. Dependendo de como a perda anterior foi vivida, do tempo levado para digerir essa perda e do espaço que cada um deu a si próprio e aos outros membros da família para atravessar esta fase de mutilação e dor, teremos mais ou menos condições emocionais para incorporar as novidades trazidas com um recasamento. As dificuldades decorrentes da inevitável troca de lugares serão mais bem resolvidas se este processo for mais satisfatoriamente elaborado. (BRUN, 2001, p. 21).

Dessa forma, se cada pessoa se der o tempo para elaborar questões não resolvidas ou dificuldades enfrentadas no casamento e/ou no divórcio, tem maior possibilidade de se fortalecer emocionalmente para continuar a vida, e

consequentemente maior tranquilidade para lidar com as questões que surgem. Sendo assim, dar um tempo para elaborar cada fase, seria não sobrepor sentimentos e vivências, se fortalecendo emocionalmente para novas experiências.

O divórcio, por definição é a anulação ou dissolução do casamento de suas responsabilidades sociais e jurídicas para com o cônjuge. No entanto, o divórcio não significa que o casamento foi nulo, pois existirá uma continuação do contato marital relacionado aos filhos, prova de um passado que existiu. No caso do casamento nulo, os procedimentos diferenciam do processo de divórcio (PUCCI; OLIVEIRA, 2005).

### 2.1.1 Abordagem Referente ao Casamento Nulo

Quando se dispõe sobre o casamento nulo, é possível enveredar por duas vertentes, com relação às nuances religiosas e jurídicas. Segundo Pucci e Oliveira, (2005), para igreja, sobretudo, a católica, há preceitos doutrinados revestidos da fundamentação bíblica e da filosofia cristã que se resume no *brocardo in dubio pro matrimonio*, a qual discorre o casamento deve ter uma proteção especial e atuante do Estado, pois que se trata do alicerce da sociedade. Na visão jurídica, o casamento nulo se apresenta inválido e ineficaz, pois decorre "da falta de qualquer dos requisitos legais da formação do ato ou de expressa disposição da lei" (AMARAL, 2003, p. 524).

Ainda mais curioso do que o casamento inexistente:

[...] sem embargo do que possa ter ocorrido no mundo dos fatos, é o casamento nulo, um ser fantasmagórico, que é e não é, no próprio plano jurídico. Existe, mas não vale. Existe, mas pode ser apagado, como se jamais houvera existido. É relativamente fácil apontar os casos de casamento nulo, porque nosso Código adota, quanto a ele, um sistema fechado de nulidades. O casamento só é nulo nos casos expressos em lei. Já no que diz respeito ao inexistente, o sistema é aberto. A lei nem sequer fala em casamento inexistente, muito menos dita os casos em que tal ocorre. A inexistência do casamento é deduzida dos requisitos estabelecidos por lei, para que ele exista no plano jurídico (TESHEINER, 2000, p. 1).

Nulo é, por exemplo:

[...] o casamento do pai com a filha, assim como a estranha união do neto com a avó. É também nulo o casamento de irmãos. É também nulo o casamento de um homem com a mãe de sua falecida esposa, ou seja, o casamento do genro com a sogra. Nulo igualmente o casamento de quem já é casado, pois não se permite, no Brasil, que um homem tenha mais de uma esposa ou a mulher mais de um marido (TESHEINER, 2000, p. 2).

É também anulável o casamento, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro. (CCI, art. 218). No novo Código Civil, inciso IV, art. 1.550, é anulável o casamento “do incapaz de consentir ou manifestar de modo inequívoco o consentimento”.

Juridicamente, a anulação do casamento é alvo da instituição do ‘Divórcio’, ato regulamentado pelo Novo Código Civil e que merece um destaque quando é abordada a hipótese de anulação do casamento.

## **2.2 O Divórcio em Debate**

O conceito de divórcio é a ruptura de um casamento válido, decretada em vida dos cônjuges, por motivo previsto em lei, é algo mais complexo do que a separação judicial, embora, ambos sejam causa da dissolução da sociedade conjugal (art. 2º, inc. IV da Lei do Divórcio).

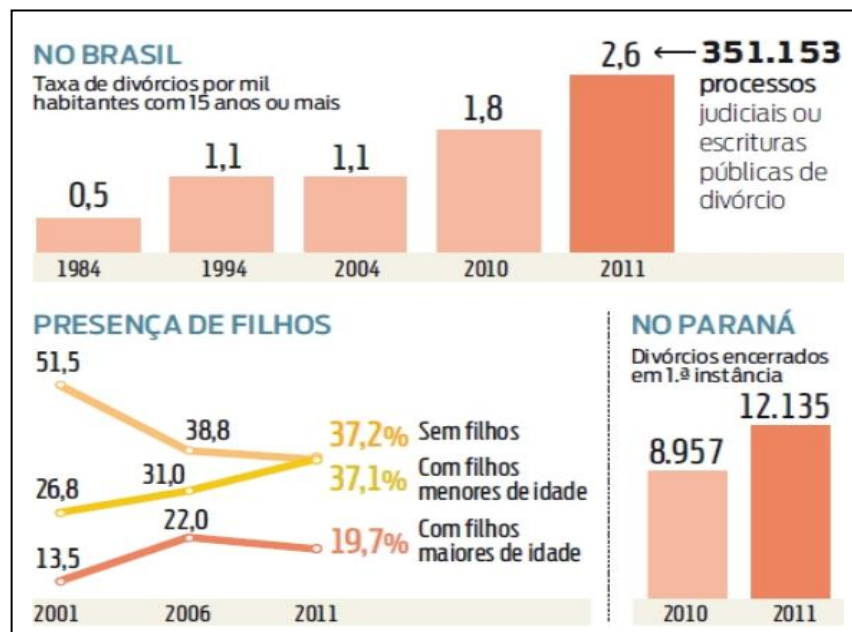
O divórcio põe fim ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso, determinando o fim do vínculo conjugal, ou seja, ao ser dissolvido o vínculo matrimonial permite que os divorciados possam se casar novamente, o que não é possível quando da separação judicial. Todavia, a separação judicial e o divórcio estão relacionados, haja vista que a separação judicial representa a preliminar do divórcio, uma vez que haja vontade dos cônjuges em fazê-lo.

Como na anulação de casamento, o divórcio só é declarado por sentença, por meio do chamado ‘processo necessário’, e sempre no pressuposto

de uma causa legal expressa, a Lei do Divórcio, em seu art. 2º, parágrafo único, dispõe que, o divórcio só dissolve o casamento válido, e a sentença que o decreta tem eficácia *ex nunc*, só no futuro; a causa jurídica só pode ser superveniente à celebração, restando incólumes os efeitos produzidos na vigência da sociedade conjugal.

A mera: [...] separação de fato [...] pode constituir causa jurídica e da separação judicial ou do divórcio. (art. 5º, parágrafo 1º e art. 40, da Lei do Divórcio) (CAHALI, 2002, p. 991).

O gráfico apresenta na figura 03 mostra a taxa de divórcio no Brasil até 2011:



**Figura 03** – Taxa de divórcios no Brasil registrada em 2011.

**Fonte:** IBGE – Infografia – Gazeta do povo (2011).

Diante do exposto, o Quadro 03 apresenta passos fundamentais para que pós-divórcio as pessoas possam se reestabilizar e prosseguir desenvolvimentalmente:



<b>Divórcio – Fases</b>	<b>Processo emocional de transição Atitudes essencial</b>	<b>Questões Desenvolvimentais</b>
<b>A decisão: divorciar-se</b>	Aceitação da incapacidade de solucionar as tensões conjugais o suficiente para manter o relacionamento	Aceitação da própria participação no fracasso do casamento
<b>Planejando a separação do sistema</b>	Apoiar arranjos viáveis para todas as partes do sistema	- Resolver cooperativamente os problemas de custódia; - Manejar a família ampliada com relação ao divórcio
<b>Separação</b>	- Disposição para continuar um relacionamento co-parental cooperativo e o sustento financeiro conjunto dos filhos; - ênfase à resolução de se dedicar à esposa.	Luto pela perda da família intacta; - Reestruturação dos relacionamentos conjugal e progenitor-filhos - Realinhamento do parentesco com a família ampliada: reforço da associação com a ampliação da família da esposa

**Quadro 3** – Deslocamentos do ciclo de vida familiar.

Fonte: Adaptado de Melo (2012, slide 10).

Diante dos dados apresentados, vale salientar que os fatores de diferenciação entre recasamentos são: “[...] o estado civil anterior ao recasamento dos cônjuges; a presença ou ausência de crianças de casamentos anteriores; o significado dos casamentos anteriores para os recasados” (LOBO, 2005, p. 12).

Em se tratando de relacionamento conjugal, independentemente do tipo de família, há consenso na literatura de que os conflitos conjugais podem trazer prejuízos não só para os cônjuges, mas também para o desenvolvimento dos filhos [...] Um desses conflitos refere-se à co-parentalidade, que é entendida como a cooperação entre ambos os genitores na criação e educação de seus filhos (SZELBRACIKOWSKI; DESSEN, 2007, p. 15).

A quebra de convivência dos pais, a separação judicial e o divórcio não abalam a integridade do poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro, ao contrário de países como a França e a Itália, nos quais o exercício da autoridade parental é alvo de regulamentação judicial após a separação ou o divórcio e recai sobre o cônjuge detentor da guarda.

Nessa ordem de ideias, indaga-se acerca da diferença entre a guarda compartilhada e a guarda única com amplo direito de visitação e efetiva participação do genitor não guardião nas questões fundamentais dos filhos. Se o

poder familiar não for atingido pela separação ou pelo divórcio, se o genitor - que não detém a guarda - pode se envolver e deliberar acerca dos pontos essenciais de sua prole - o que ocorre na guarda única -, se a guarda compartilhada só se mostra realizável na hipótese de bom relacionamento entre os genitores, é duvidoso que o compartilhamento da guarda dos filhos pode ocorrer independentemente da regulamentação judicial (HACKNER, 2003).

Segundo essa autora, tal conceito tem significação efetiva em países que arranham a integridade do poder familiar, após a separação ou o divórcio, relativamente ao genitor não guardião. Compartilhar a guarda é exercer plenamente o poder familiar, não sendo preciso que a guarda seja judicialmente instituída como compartilhada. A imposição judicial da guarda compartilhada não é fator determinante da convivência conjunta dos filhos e pais após a separação.

O efetivo co-exercício do dever parental expressa a guarda compartilhada, apenas possível com a postura ética dos pais e com o concreto exercício da paternidade responsável pelos genitores separados ou divorciados, seja a guarda jurídica única ou compartilhada.

As modalidades do divórcio são: a) divórcio conversão: os cônjuges separados judicialmente a mais de um ano podem requerer a conversão em divórcio, porque a instituição matrimonial já está totalmente falida, uma vez que não houve reconciliação entre os cônjuges; b) divórcio remédio: ou divórcio falência: não são consideradas as causas da separação judicial, para que ele seja concedido. Este é possível, desde que comprovada a separação de fato por mais de dois anos, conforme disposto no art. 226, §6º, da CRFB de 1988, excluindo qualquer discussão sobre a provável causa culposa da separação.

A lei n. 7. 841, de outubro de 1989, revogou o art. 358 do Código Civil e alterou dispositivos da Lei n. 6.515/77, estabelecendo, conforme preceito constitucional, prazo de mais de um ano da separação judicial (art. 36, parágrafo único) ou dois anos consecutivos de separação de fato (art. 40).

No divórcio direto consensual ou litigioso, os deveres de coabitação e fidelidade recíproca cessam juridicamente com a sentença de dissolução do casamento. O art. 18 do CC dispõe que: “Extinta a comunhão, e efetuada a divisão do ativo e do passivo, cessará a responsabilidade de cada um dos cônjuges para com os credores do outro por dívidas que este houver contraído”. Assim sendo, desde que ocorre o divórcio e partilha de bens respectivos, os cônjuges estão desobrigados de assumir dívidas contraídas por qualquer um deles.

Em relação aos filhos, “[...] o divórcio não modificará os direitos e os deveres dos pais [...]” (art. 27), ou seja, o estabelecido no processo de separação judicial se manterá, quanto aos direitos e obrigações dos pais para com os filhos como, por exemplo: guarda alimentação, educação e visita etc. Todavia, esta regra da Lei de Divórcio, pode ser revista para modificar o direito de guarda, a pensão alimentícia, a visita etc. Mesmo que um ou os dois cônjuges se casem novamente, os direitos e deveres com os filhos permanecem. Art. 27, “O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos. Parágrafo único. O novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos também não importará restrição a esses direitos e deveres”.

Em relação ao citado acima que a pensão alimentícia pode ser modificada, pode-se afirmar que não só os alimentos fixados na sentença poderão ser alterados a qualquer tempo, mas também os alimentos convencionados na separação amigável e homologados pelo juiz ou mesmo aqueles conseguidos por meio de ação de alimentos previstas na Lei 5. 478, de 1968. Segundo Greay, (1996, p. 10), “[...] viver a dois sempre foi uma experiência difícil e dolorosa”. Assim sendo:

A experiência mostra claramente que um casamento bem constituído é uma poderosa fonte estabilizadora do ser humano. A experiência também mostra que um casamento mal sucedido é uma experiência patológica altamente destrutiva para as pessoas envolvidas. Um casamento feliz influi em todas as outras dimensões da personalidade, humanizando-as e integrando-as. Igualmente, sucessos ou fracassos nas outras áreas, influem sobre o casamento, consolidando-o ou destruindo-o<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Portal Posthaus. (2015, p. 1). Disponível em: <<http://www.geocities.ws/seijirovix/TextosCasamento/avidaadois.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

Quando há pouca maturidade, o casamento:

[...] acaba se tornando um lugar de expressão de egoísmo e de destruição, um lugar de exercício do poder. [...] o amor é a negação da manipulação do parceiro, é a negação da posse, é a negação do egoísmo. O amor é um conjunto de emoções-sentimentos que leva a confirmar o outro na sua identidade e em seu projeto de vida. [...] o amor precisa de manutenção, de cuidado, senão se enfraquece e extingue. Este cuidado comporta, entre outras coisas, o investimento na relação e no crescimento dos parceiros (GREAY, 1996, p. 10).

Nesse cenário o maior engano é ter esperança de reverter a situação quando a mesma é irreversível, a distância entre os dois é muito grande, não dá mais tempo.

De acordo com o psicanalista Israel Charny (2012):

Escreve William Howells: A textura matrimonial suporta uma tenção à qual nenhum outro relacionamento humano pode ser submetido sem ser lesado. E, as vezes, uma pessoa sem nenhuma intenção de ferir, apenas pela sua existência, pode ser prejudicial a outra. Entretanto, às vezes, o elo entre marido e mulher é mais forte que qualquer dano que se possam causar. Por outro lado nenhum casal de adultos consegue provocar mais dano ao outro do que marido e mulher (CHARNY, 2012, p. 1).

Para Charny (2012, p. 2) “[...] empiricamente a grande maioria dos casamentos está sujeito a profundas tensões destrutivas, visíveis ou não.” Define também o casamento da seguinte forma: ‘[...] é um relacionamento carregado de conflito e tensão, cujo sucesso exige um perfeito equilíbrio entre amor e ódio’. (CHARNY, 2012, p. 2).

O mesmo autor declara que:

Ao longo de minha vida profissional coligi histórias de males deliberadamente causados: deslealdades, tolerância zero para falhas do companheiro, brigas com unhas e dentes sobre assuntos como dinheiro, religião e sexo. ‘Se eu tivesse de definir meu marido, disse-me uma paciente, baseada nos abusos e na dor infligida, acho que teria de considerá-lo meu pior inimigo’. [...] outro psicólogo sugere que marido e mulher são ‘inimigos íntimos’ (CHARNY, 2012, p. 2).

Quando as pessoas se casam têm em mente muitas expectativas românticas. Todavia as tensões e conflitos:

[...] começam com a morte destas expectativas. A inimizade aparece porque as expectativas não realizadas tornam-se metáforas para todas as falhas do companheiro. Isto porque levamos também para o casamento desejos inconscientes e sentimentos mal resolvidos da infância, e, orientados pelo passado, fazemos exigências no casamento sem perceber que as estamos fazendo (CHARNY, 2012, p. 2).

Ao lado do companheiro(a), procura-se atender os anseios e objetivos de desejos do passado. Porém:

[...] às vezes, odiamos nosso companheiro ou companheira por não satisfazer esses desejos antigos e impossíveis. Expectativas impossíveis, necessidades não satisfeitas e díspares são fontes contínuas de tensão e desentendimento conjugal. Produzem a parte infernal do casamento. E, embora grande parte de nosso objetivo de vida esteja em viver nessa instituição, ela aparentemente jamais foi inteiramente confortável para nenhum dos sexos. Na verdade, tem sido sempre a fonte principal de sofrimento humano. A sensação de uma profunda tensão entre homem e mulher tem impregnado a vida da nossa espécie desde tempos imemoriais, até onde os estudos dos mitos e rituais nos permitam examinar o sentimento humano. (CHARNY, 2012, p. 3).

Segundo esse autor:

Esse sofrimento nos dominará até que as mulheres se libertem do papel de bode expiatório - ídolo - mantenedora - devoradora. Esse sofrimento continuará a impregnar os relacionamentos entre homens e mulheres até que homens e mulheres criem juntos seus filhos. (CHARNY, 2012, p. 3).

Nesse cenário, Charny (2012, p. 4) questiona: “A guerra entre os sexos pode resultar do fato de as mulheres criarem os filhos?”.

A psicologia, de certo modo, apoia esse ponto de vista. É preciso lembrar que os meninos, no processo de formação de sua identidade sexual, precisam se desligar do elo que os une à mãe. As meninas podem ser meninas continuando a se identificar com a figura materna, mas os meninos não podem. Assim a relação íntima torna-se uma coisa confortável e valiosa para as mulheres, ao passo que uma intimidade muito grande torna-se uma ameaça para os homens. Essa diferença entre os sexos produz um distanciamento tão grande que, marido e mulher geralmente vivem como ‘estranhos íntimos’. ‘Quero que ele fale comigo’. ‘Quero que ele me diga o que sente’. ‘Quero que ele tire a máscara e seja vulnerável’. São queixas constantes das mulheres (CHARNY, 2012, p. 4).

O mesmo autor esclarece que:

A mulher precisa compartilhar sentimentos, ouvir os sentimentos dele, falar sobre os dela, e essa necessidade entra em choque com a relutância masculina de tratar desse assunto. Os homens procuram autonomia, as mulheres desejam intimidade. Essa diferença talvez seja a principal responsável pelas tensões conjugais. Os estudos revelam que mais mulheres do que homens estão insatisfeitos com o casamento. É maior o número de mulheres que se queixam dos maridos. Mais mulheres do que homens falam de problemas conjugais. Mais mulheres do que homens consideram seus casamentos infelizes e se arrependem do casamento que fizeram. Mais mulheres do que homens já pensaram em separação (CHARNY, 2012, p. 4).

Nessa direção, esse autor ressalta que:

A esses estudos podem-se acrescentar os seguintes resultados: as mulheres correspondem mais às expectativas dos maridos que eles às delas. As mulheres fazem mais concessões e adaptações (CHARNY, 2012, p. 5).

Contudo:

[...] a despeito dos problemas conjugais e das avaliações negativas, mais mulheres do que homem vêem o casamento como uma fonte de felicidade. Com sua maior necessidade de amor, companheirismo e relacionamento duradouro, elas se agarram ao casamento por mais difícil que seja. (CHARNY, 2012, p. 6).

Informa ainda esse autor:

Contemplando o futuro do casamento, Jessie Bernard acredita que ele sobreviverá, embora as exigências que os homens e mulheres fazem do casamento jamais possam ser plenamente satisfeitas. Ela diz que homem e mulher, não importa que tipo de união seja, continuarão a desapontar-se e a dar prazer um ao outro. E o casamento, diz ela, continuará a ser um relacionamento "intrinsecamente trágico", no sentido de simbolizar um conflito insolúvel entre desejos humanos incompatíveis. E devemos nos lembrar sempre que não existe amor humano sem ambivalência (CHARNY, 2012, p. 6).

Pelo exposto, conclui-se que:

[...], em toda união matrimonial existem dois casamentos: o dele e o dela. E o dele, quase sempre, é melhor. Contudo, a despeito dos problemas conjugais e das avaliações negativas, mais mulheres do que homens veem o casamento como uma fonte de felicidade. Com sua maior necessidade de amor, companheirismo e relacionamento duradouro, elas se agarram ao casamento por mais difícil que seja. Contemplando o futuro do casamento, acredita-se que ele sobreviverá, embora as exigências que os homens e mulheres fazem do casamento jamais possam ser plenamente satisfeitas. O homem e mulher, não importa que tipo de união seja, continuarão a desapontar-se e a dar prazer um ao outro. E o casamento, continuará a ser um relacionamento “intrinsecamente trágico”, no sentido de simbolizar um conflito insolúvel entre desejos humanos incompatíveis (CHARNY, 2012, p. 6).

Para esse autor, não se pode esquecer que “[...] não existe amor humano sem ambivalência” (CHARNY, 2012, p. 4). Por outro lado, em casos de crises conjugais, os cônjuges querem se magoar mutuamente, porém, segundo Blanco (2014, p. 2) há como evitar essas intempéries por meio das seguintes atitudes:

- 1- Conversar com o companheiro, falar sobre sua filosofia do dinheiro e descobrir a do outro. Chegar ao um denominador comum;
- 2- Conversar sobre sonhos e planos e decidir o papel do dinheiro para atingir estes objetivos;
- 3- Priorizar estes objetivos juntos. Ter certeza que as necessidades de ambos serão realizada utilizando o melhor da habilidade financeira de cada um;
- 4- Determinar como serão gerenciados os assuntos financeiros do dia a dia;
- 5- Decidir quem será responsável pelo pagamento das contas;
- 6- Definir um valor que cada um poderá gastar todo mês sem ter que consultar o outro;
- 7- Determinar como serão tomadas as decisões de investimentos de longo prazo;
- 8- Manter os registros de gastos atualizados numa planilha ou *software* específico como *MS Money* ou *Quicken*;<sup>9</sup>
- 9- Manter-se informado. Os planos devem ser flexíveis e revistos ao menos uma vez por ano para certificar-se que os objetivos continuam os mesmos a que ambos estão confortáveis com a manutenção da conta conjunta. Conta conjunta cria um senso de unidade que é vital para uma relação. Ao separar o dinheiro, se desabilita uma integração que deve estar presente numa relação de longo prazo. Apesar de que, às vezes, contas separadas permitem que cada indivíduo mantenha sua independência, podendo fortalecer a relação.

---

<sup>9</sup> *Software* gestor de contas financeiro pessoal. Este programa ajuda as pessoas a gerir todas as suas contas pessoais. É desenvolvido pela empresa Intuit, dos EUA.

Conforme a mesma autora, mesmo com tudo correndo bem e com votos de um casamento duradouro e feliz é preciso considerar as estatísticas:

A cada dois casamentos, um acaba em divórcio;  
 As mulheres vivem mais do que os homens;  
 Atualmente, a maioria dos casos de divórcio envolve casais que foram casados por um longo período;  
 Após o divórcio, a maioria dos homens tem seus padrões de vida elevados, enquanto os das mulheres caem. O que pode acontecer se o casamento não der certo? Pensou-se em divórcio? Como viveria daí para frente? Um divórcio é sempre devastador e se não se tiver noção de como vão as finanças pode ser ainda pior. O que deve ser feito?  
 Ter ao menos uma conta corrente em nome próprio, mesmo que seja conjunta;  
 Ter ao menos um cartão de crédito próprio;  
 Se não estiver trabalhando, comece a pensar no que poderá fazer para se sustentar. Pretende-se seguir uma carreira que requeira educação e treinamento, comece já;  
 Ter cuidado com dívidas feitas pelo casal;  
 Ter sempre uma lista atualizada dos bens. Isto inclui imóveis, carros, móveis, equipamentos eletrônicos, objetos mantidos em cofres de aluguel, objetos de arte etc.;  
 Manter registro das despesas gerais (BLANCO, 2014, p. 2).

Estas tarefas requerem tempo e planejamento. Quando de repente o marido deixa a mulher o divórcio surge como algo inesperado. Daí a necessidade de procurar um advogado, pois as finanças da família correm riscos. É preciso lembrar nessas ocasiões que sem marido é possível viver, sem dinheiro não (BLANCO, 2015). Além disso, surge o problema da situação dos filhos no processo do divórcio.

### **2.3 Contextualizando as Crianças no Processo do Divórcio**

Com o divórcio, surgiu, também, o seguinte questionamento: qual a situação das crianças nesse processo? Diante dessa questão, o prognóstico, através da psicologia produziu uma série de afirmações explicitadas:

[...] assegurou que seria muito melhor para os filhos lidar com a separação dos pais que assistir às suas brigas cotidianas e à sua constante infelicidade. Geralmente, acrescentou que, por mais que seja doloroso, o divórcio, para a criança, seria uma crise passageira. (CALLIGARIS, 2000, p. 1.)



Já Azevedo (1992) em seu estudo, evidenciou: os comportamentos e os sentimentos das crianças filhos de pais separados; investigou a incidência dos comportamentos das crianças na escola e na família; investigou a incidência dos comportamentos das crianças na escola e na família que permanece ou não com a família e conclui que na dinâmica familiar e na escola predominam os comportamentos inadequados.

A separação dos pais não afetou, significativamente, a qualidade dos sentimentos da maioria dos filhos em relação ao genitor (a) ausente do lar; as crianças que não recebiam visitas dos genitores ou não às recebiam regularmente, tenderam ao desempenho escolar e a incidência dos comportamentos inadequados exibidos pelas crianças na escola e na família e os sentimentos negativos vivenciados pelas mesmas, no término das visitas dos genitores, configurou-se como possível associação dos efeitos da separação dos pais sobre o comportamento e sentimento dos filhos.

Remião (1994), em sua pesquisa buscou compreender alguns fenômenos decorrentes da separação dos pais, os quais exerceram influências na vida de seus filhos ao atingirem a idade adulta. Pesquisou as percepções e sentimentos de seis sujeitos de ambos os sexos, oriundos das camadas médias urbanas, nascidos de família do tipo nuclear, Rio Grande do Sul. Foi desenvolvida uma abordagem qualitativa da pesquisa com a utilização do método compreensivo de base fenomenológica e uma reflexão teórica na perspectiva psicanalítica, a partir de contribuições bem atuais nas aproximações julgadas, entre a fenomenologia e a psicanálise como teoria geral. A investigação propiciou a articulação dos dados, em um todo abrangente e os temas detectados foram, as relações familiares, de trabalho, parceiras amorosas e de amizades.

Nesses termos, o moderno Direito de Família é comprovadamente complexa no que diz respeito às diversidades de conflitos que surgem interdisciplinarmente dos ramos de ciência em busca de solução dos casos quando posto ao julgamento judicial, emergindo a necessidade premente da convocação do psicólogo clínico-jurídico ou psicólogo jurídico, pois tais discussões incluem a psicologia no Direito de Família.

## 2.4 Psicologia e Direito de Família

Juristas revelam que, “[...] na maioria dos casos, os problemas emocionais e as questões jurídicas encontram-se entrelaçados” (LUCAS, 2009, p. 30). É muito comum os filhos serem utilizados neste momento difícil de separação. A raiva, a mágoa, o rancor, faz com que o genitor que ‘ganhou’ a guarda procure afastar a prole do outro.

A competência para resolver o litígio é do administrador da justiça, o Juiz, que procura dar a guarda àquele que reúna melhores condições, estabelecendo, também critérios para a visitação.

Para ajudá-lo a cumprir essa tarefa, o Juiz, que aplica o conhecimento jurídico na avaliação do melhor interesse da criança, recorre, muitas vezes, ao trabalho de psicólogos que atuam junto às Varas de Família para apontar o genitor mais apto à guarda da criança.

Muitos psicólogos argumentam, no entanto, que, devido à pluralidade de situações e necessidades que apresentam os filhos, dificilmente podem dar respostas frente ao impasse da escolha e que, ao fazê-lo, estariam efetuando um julgamento, atribuição que não lhes cabe. Cabe ressaltar que não há instrumentos de avaliação que designe o que é melhor para pais, mães e filhos.

Listas com qualidades essenciais para a manutenção da guarda foram exaustivamente enumeradas por diversos autores na tentativa de buscar a padronização dos fatores a serem avaliados, servindo para o desenvolvimento de testes com a finalidade de selecionar um conceito de bom guardião. Como exemplo pode-se citar o *Single Parenting Questionnaire* apresentado por Stolberg e Ullmann (1983) contendo 88 itens de múltipla escolha, objetivando avaliar a capacidade do pai que ficou só após a separação.

Testes como o *Children’s Reports of Parental Behavior* de Schaefer (1965) que visava discernir sobre a percepção das crianças a respeito do

comportamento de seus pais também foram divulgados como recursos para se obter informações para a definição da guarda.

O livro 'No melhor interesse da criança' (PEREIRA, 2000), que exerceu grande influência junto às decisões judiciais, indica que a guarda deve ser atribuída ao adulto responsável pelos cuidados com a criança e apresenta o conceito de genitor psicológico - com quem a criança possui maiores vínculos emocionais. No entanto, os críticos dessa obra argumentam que tal visão limita o interesse da criança à opção 'pai e mãe' o que sugere, então, a filiação unilateral. Além do entendimento de que é preciso incentivar tanto o pai, quanto a mãe, a serem genitores, ou pais psicológicos, argumenta também que o direito à visita quinzenal do pai que não permanece com a guarda, conforme padrão praticado é interpretado como contribuindo para a demissão do genitor de seu papel.

No Brasil, prevalece nos tribunais a prática de atribuir a guarda dos filhos à mãe, cabendo ao pai visitas quinzenais. Dessa forma, observa-se uma limitação à um relacionamento mais estreito entre pais e filhos. Segundo Maria Fernanda Rivas - professora de Visita de Departamento de Economia, Universidade Carlos III de Madrid, Spain -, essa prática também ocorre na Argentina e esta distinção pode acarretar prejuízos na medida em que não existem mães e pais ideais, apenas mães e pais presentes ou ausentes. Naturalmente o ideal seria que os mesmos estivessem sempre presentes (RIVAS, 1995).

Há casos em os dois genitores tem todas às condições para assegurar uma excelente educação aos seus filhos. Essa situação dificulta a decisão sobre quem será o cônjuge guardião. A procura do 'melhor interesse da criança', alvo de críticas de diversos autores, leva muitos pesquisadores à conclusão de que esta aferição dá margem a várias interpretações e entendimentos, conforme os diferentes interventores, possibilitando decisões jurídicas baseadas em valores presumidos. Rivas conclui, também que o debate sobre os interesses da criança não pode ser frutífero, enquanto isolado do entendimento sobre direitos e deveres parentais.

Por meio de avaliação psicológica como o Teste Autoavaliativo Multifatorial de Adaptação Infantil (TAMAI) e o Inventário de Percepção Parental

(PPI) os pesquisadores comprovam que, independentemente de ser a mãe ou o pai, em razão de estarem mais próximos deste, percebendo o outro como o vilão da situação. Observam ainda que, comumente, no primeiro ano de separação dos pais, os filhos apresentam percepções semelhantes em relação a estes, mas que após dois ou três anos a percepção já é em larga escala a favor do genitor guardião.

Para as pesquisadoras Wallerstein e Kelly (1980) o alinhamento com o pai guardião permanece mais estável por influência de um reforço diário. Concluem as autoras que em dois terços dos casos analisados nas suas pesquisas, o relacionamento emocional dos filhos com o pai guardião piora ao longo do primeiro ano de separação conjugal em decorrência das dificuldades que os pais vivenciam nesse período.

Diante dos dados colhidos nestas pesquisas a proposta na determinação da guarda ao genitor com quem a criança tem maior ligação emocional não se sustenta, pois, normalmente, os casais demoram em oficializar a separação e, mesmo que logo o façam, é necessário um tempo para o trâmite do processo na justiça.

O intervalo transcorrido junto ao genitor que fica com a criança já é suficiente para estabelecer alianças ou alinhamentos. Skolnick e Skolnick (1996) perceberam que por não suportarem as desavenças intermináveis com a ex-esposa e por não aceitarem o papel de pais eventuais a que são relegados, alguns acabam por se ausentar completamente da vida de seus filhos.

A interpretação das disposições constantes na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) acerca da liberdade de opinião e de expressão dos menores de idade levantam controvérsias. Uns interpretam que depois de certa idade as crianças de pais que se separam já podem escolher com quem querem morar, enquanto para outros esses direitos não podem servir de incentivo para a criança opinar sobre a separação de seus pais, tomando posição contra ou a favor deles. Normalmente a criança prefere ter os pais convivendo junto a ela, por isso a separação não revela a sua vontade.

Há quem traduza como extremamente saudável a postura de alguns filhos ao optarem por não tomar partido no conflito existente entre seus pais. Brito (1999) defende que:

Ouvir a criança, dar-lhe o direito de expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas é uma prática que deve ser empreendida constantemente. No entanto, atribuir a decisão de guarda ao proclamado 'desejo' da criança torna-se um erro de interpretação da normativa quando se desloca aos menores de idade responsabilidades que estão em desacordo com suas necessidades e interesses de sujeitos em desenvolvimento, forçando-os a decidir impasses judiciais (BRITO, 1999, p. 178).

Vários países já adotam a atribuição da guarda ou autoridade parental conjunta, seguindo a indicação do artigo 9º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança - menores de idade devem ser educados pelos dois pais - e o princípio de igualdade jurídica entre homens e mulheres que consta nas respectivas Cartas Constitucionais.

No Brasil, o ECA (1990) recomenda que o Estado deve assegurar a criança no tocante a que a mesma desfrute da dimensão afetiva necessária e ideal para o seu desenvolvimento. Dessa forma, começa-se a compreender que, ao se conferir a guarda a um dos genitores, está-se, na realidade, valorizando um dos pais em detrimento do outro e contribuindo-se para afastar aquele que não habita com o filho.

Théry (1997) considera que as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos levaram a compreender que a criança pode e deve conviver com o pai e a mãe, mesmo no caso de os mesmos sejam separados e não formarem mais um casal, Essa situação denomina-se 'autoridade parental conjunta'.

Nesse viés, cita-se que a Assessoria Psicossocial formada por psicólogos e assistentes sociais está vinculada ao Juízo da 3ª vara de Família, onde os mesmos fazem assessoramento ao magistrado pela atividade de perícia - art. 420 do Código de Processo Civil (CPC) (1973). A Assessoria é efetuada por meio de relatos dos dados coletados, oferecendo sugestão ao Magistrado sobre quem

estaria mais bem aparelhado, do ponto de vista técnico, para assumir a guarda dos menores de idade.

Os atendimentos são feitos por dupla formada por psicólogo e Assistente Social que promovem atendimentos individuais às partes e às crianças. Os casais separados buscam a Justiça para resolver questões como: guarda de filhos e relacionamentos insatisfatórios que os impedem de chegar a decisões de sua competência, assim esta busca pela Justiça se traduz em um pedido de ajuda e é a partir dela que a assessoria encontra espaço para intervir.

O divórcio, não é um processo que decreta o fim da família, mas uma de suas transformações possíveis. De certa maneira existem lacunas sobre o conceito de família como, por exemplo, “[...] pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente pai, mãe e os filhos”. (FERREIRA, 2004, p. 775). Mas, se essa definição restrita fosse correta, sogras e cunhados não seriam considerados membros da família, e pela lei são. Segundo Ferreira (2004), família são pessoas do mesmo sangue, porém mais uma vez não inclui como parentes os já citados, nem filhos adotivos.

Nichols e Schwartz (1998) definem ‘Família Binuclear’ - pai e mãe separados, que moram em residências diferentes - como uma família composta por dois grupos familiares, cada um deles dirigido por um dos pais que possuem uma estrutura familiar com áreas comuns. Assim, desenvolvem os pais litigantes um caminho de cooperação. A maioria dos ex-casais que vêm à Justiça disputar questões de seus filhos, de fato não alcançaram o ‘divórcio psíquico’, deveriam vivenciar sentimentos de aceitação, autoconfiança, independência e autonomia e considerar confortável o novo estilo de vida, porém não deixar de ajudar os filhos. Esta fase familiar binuclear é fonte de sofrimento, principalmente para seus filhos.

Também os atendimentos multifamiliares - recentemente iniciado -, são processos de solicitação de guarda de uma criança por um parente, onde não envolve litígio com os pais do menor de idade, criando assim uma rede de autoajuda em busca de soluções para problemas no seio familiar ou na comunidade.

O objetivo dos psicólogos e assistentes sociais é que as pessoas cheguem a um acordo quanto ao impasse que gerou o litígio. Em seus pareceres descrevem a dinâmica familiar das partes, mostrando a complementaridade nesta relação e a corresponsabilidade de ambos na manutenção dos sintomas. Somente quando esse acordo é impossível, é que se oferece ao Magistrado uma sugestão técnica, discutida e explicada para a família. No processo de divórcio uma questão é considerada como uma das mais importante: a mediação e a guarda compartilhada, assunto do próximo subtópico.

#### 2.4.1 Mediação e Guarda Compartilhada

A guarda de crianças é um dos temas no processo do divórcio que envolve áreas afins da Psicologia. Esse assunto reflete e influencia a cultura da sociedade. Quando de decisões acerca da guarda compartilhada, é preciso associar a as mesmas com a questão ética, ou seja, privilegiar o interesse da criança conforme a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, art. 3º, parágrafo 1: “Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o maior interesse da criança”.

Os sistemas jurídicos mais avançados são regidos por esse princípio supralegal - o do melhor interesse da criança - e desde 1989 passou a integrar a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. No ordenamento jurídico brasileiro, o princípio está implícito no texto da CRFB (1998), no ECA (1990), e no Código Civil (2002). Mas a lei não define o ‘Maior interesse da criança’. Assim, cabe ao magistrado investigar se estão sendo observados tais interesses acima dos interesses dos adultos. Muitas vezes, os genitores esquecem esse superior interesse, quando do divórcio ou da união estável. Dessa forma, há um desentendimento total no tocante à guarda. Daí a necessidade de maior integração entre as partes interessadas ou pertinentes: juízes, representantes do Ministério Público, advogados, assistentes sociais, psicólogos e psicanalistas.

A mediação - meio termo por meio de um acordo - nos casos de guarda de crianças é ainda pouco utilizada, porém, a perspectiva é de muita disseminação no futuro, devido a sua facilidade, praticidade e rapidez em resolver conflitos. No caso de divórcios geralmente o acordo de mediação prevê desde separação de bens até a guarda de crianças. No caso da guarda busca-se geralmente a guarda compartilhada onde o pai e mãe podem 'dividir' a guarda do filho bem como suas responsabilidades. A mediação pode ser feita por qualquer pessoa, desde que capaz, ou seja, com curso superior e habilitada para tal função.

Quando os casais se separam – divorciam – a maioria partem para um recasamento. É importante compreender como acontece o processo de recasamento e sua finalidade como reconstrução da família nos moldes jurídicos e religiosos atualmente.

## **2.5 Compreendendo o Recasamento**

O recasamento trata-se de uma reestruturação pessoal e familiar, partir de um reinvestimento em uma nova união conjugal e novas relações familiares derivando desta, novos núcleos familiares que irão estabelecer parâmetros de convivência com o intuito de aproximar os diversos lados envolvidos.

No entendimento de Marcondes (2006) com relação ao recasamento:

[...] pesquisadores apontam que as segundas ou subsequentes uniões de homens e mulheres com filhos exercem um impacto significativo na vida familiar e nas redes de parentesco, envolvendo um conjunto complexo de relações referentes à anterior e a nova união e a redefinição de direitos e responsabilidades familiares. Entretanto, a mensuração e o contexto de reconstituição ou recomposição das famílias permanecem pouco explorados por estudos sobre famílias (MARCONDES, 2006b, p. 1).



Realmente, há poucas pesquisas no tocante aos recasamentos na literatura científica (BUMPASS; SWEET; MARTIN, 1990). Recentemente estas uniões conjugais eram concebidas, principalmente devido ao adultério.

Enquanto o primeiro casamento representa um limite relevante na trajetória para a vida adulta, se considerava o recasamento como uma simples restauração de aspectos da vida adulta depois de um período de viuvez ou dissolução conjugal, desconsiderando as variações e implicações das segundas uniões na vida de homens, mulheres e crianças. Todavia, em um cenário social de altas taxas de divórcios e separações saber quem recasa, em que condições e o impacto das segundas e subsequentes uniões na dinâmica de nupcialidade da população são questões importantes para a compreensão do processo mais recente de transformações na formação, composição e organização das famílias (MARCONDES, 2004, p. 3).

Enfim, é pouco o conhecimento acerca de situações de divórcio e recasamentos. Esses:

[...] têm influenciado projetos e comportamentos de constituição e organização familiar de homens e mulheres. Alguns trabalhos levantam a hipótese de que os homens divorciados tenderiam a ser mais receptivos a terem filhos em uma nova união, independente do número de filhos que já tenham, pelo fato deles não conviverem com os filhos. Ter a guarda dos filhos dificultaria para as mulheres divorciadas investirem em novos relacionamentos e também seria um fator negativo na intenção de ter novos filhos (DUMA, BALIEIRO, 2006b, p. 1).

Segundo Marcondes (2006a) em relação às dinâmicas familiares, restaurar um ambiente familiar no contexto de um novo casamento denota para homens e mulheres ter que harmonizar um número de “[...] relações potencialmente conflituosas: prole de uniões distintas, a nova relação conjugal e a permanência do contato com a(o) ex-parceira(o) em função dos filhos em comum (COSTA; DIAS, 2012, p. 75). Hoje, o casamento é referido na literatura pertinente como uma espécie de contrato, com forma prescrita em lei que só existe mediante condições determinadas. Trata-se de a união legítima de um homem e uma mulher com o objetivo, *à priori*, de fundar e manter um lar. Todavia:

Ao longo do percurso de construir uma família, o ser humano vai acumulando novas identidades àquelas que naturalmente adquiriu no seu existir. Os indivíduos negociam suas particularidades com intenção de constituir uma parceria conjugal tornando-se marido e mulher, negociam então seus projetos com o propósito de terem filhos tornando-se pai e mãe. Marido e mulher, pai e mãe, diferentemente do indivíduo, são nomeações que nos referem ao outro e pressupõem interação. Algumas vezes as pessoas conseguem acumular essas identidades - indivíduo, par conjugal, par parental. Algumas vezes abandonam a identidade anterior frente a mais recentemente adquirida. Eventualmente resolvem não dar continuidade ao casal conjugal e se divorciam. Ao se divorciarem, quer como indivíduo, casal conjugal ou casal parental, sofrem a dor inerente ao abandono de um projeto que culturalmente aprenderam não deve ser abandonado, ou que no legítimo exercício do livre arbítrio, é reconhecido como de sua autoria (KOTZIAS, 2002, p. 16).

Paralelamente ao casamento há a separação judicial, instituição que antes constava no direito brasileiro, sob a denominação 'desquite', mas que pós-CRFB de 1998 ampliando conceitos aprovou, ou seja, a lei permite que um indivíduo realize mais de um casamento. Cabe ressaltar que, como consequência da separação entre os cônjuges, há a polêmica questão da guarda dos filhos que, controversa e injustamente, na prática, não é um assunto que diz respeito a estes últimos, pois seu destino não é decidido pelos mesmos (MAZIA, 2004).

Acredita-se na necessidade de se aprender a ser marido, mulher, pai, mãe para viver em família. Isso porque para a criança a família é o primeiro grupo social com o qual ela começa a interagir. Sendo assim, "este grupo caracteriza-se por sua representatividade e desempenho social em pequena dimensão, que se funde a outros grupos sociais, formando a sociedade humana como um todo" (MOTTA, 2002, p. 128).

O crescimento de uma criança num ambiente turbulento em que os pais brigam por motivos fúteis, apenas para se ferirem mutuamente, pode trazer graves resultados como, por exemplo, a transformação de uma criança inocente em um adulto agressivo, doente. Consequências: futuro marido e pai doente (BRANDÃO, 2002).

O recasamento pode causar impacto dependendo da fase do ciclo de vida em que a família se encontra. Normalmente, cônjuges em diferentes fases do ciclo de vida enfrentam maiores dificuldades, uma vez que não se pode de uma hora para outra adquirir ou apagar experiências. Sendo assim, em termos emocionais, o casal

precisa viver um processo em que ambos precisam aprender a funcionar em várias fases diferentes do ciclo de vida, simultaneamente e fora de sua sequência normal.

Outra questão importante é:

[...] a reação dos filhos ao recasamento, considerando-se vários fatores como: o grau de reconhecimento de perdas profundas anteriores; o tempo decorrido entre os casamentos, em que as perdas anteriores foram manejadas; a extensão em que a perda ou conflitos familiares anteriores foram realmente resolvidos; o reconhecimento e a aceitação das questões emocionais importantes para os filhos na época do recasamento, e os métodos, considerando-se a idade deles, para lidar com as referidas questões (ALMEIDA, 2007, p. 3).

O quadro 3 apresenta o ciclo de vida familiar no recasamento:

<b>Etapas</b>	<b>Atitude essencial</b>	<b>Questões desenvolvimentais</b>
<b>Incentivando o novo relacionamento</b>	Recuperação em relação a perda do primeiro casamento ('divórcio emocional' adequado)	Recomprometimento com o casamento e com a formação de uma família, com disposição para lidar com a complexidade e ambiguidade
<b>Conceituando e planejando o novo casamento e a nova família</b>	Aceitar os próprios medos e os do novo cônjuge e dos filhos em relação ao recasamento e à formação de uma família por segundo casamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalhar a honestidade nos novos relacionamentos para evitar a pseudomutualidade</li> <li>- Planejar a manutenção de relacionamentos financeiros e de co-paternidade cooperativos com os ex-cônjuges</li> <li>- Planejar como ajudar os filhos a lidarem com seus medos, conflitos de lealdade, e condição de fazer parte dos dois sistemas</li> <li>- Realinhamento dos relacionamentos com a família ampliada para incluir o novo cônjuge e filhos</li> <li>- Planejar a manutenção das conexões das crianças com a família do(s) ex-cônjuge(s)</li> </ul>

**Quadro 4** – Formação da família recasada – um sumário desenvolvimental.

**Fonte:** Adaptado de Melo (2012, slide 12).

Estudiosos do recasamento como, por exemplo, Visher e Visher (1998); McGoldrick e Carter (2001); Coleman, Ganog e Fine (2000) unanimemente entendem que: “[...] os membros das famílias recasadas enfrentam muitas

dificuldades devido ao ato de a sociedade, terapeutas etc. utilizarem a família nuclear intacta como um modelo de família ideal” (LEVIN, 1997, p. 03).

Tratando-se de formatos de família “[...] fica evidente a existência de uma hierarquia na qual a família nuclear ocupa uma posição privilegiada. Famílias recasadas, uniparentais e com outras configurações são vistas como ‘alternativas deficientes’” (TRAVIS, 2003, p. 40). No intuito de ilustrar a posição ocupada pelo modelo de família nuclear na cultura ocidental contemporânea, Travis (2003) cita o trabalho de Dorothy Smith, que:

[...] introduz o modelo denominado SNAF (*Standard North American Family*, como o formato de família ao qual todos os outros serão direta ou indiretamente comparados. Esse modelo é considerado um código ideológico que, em analogia a um código genético, reproduz suas formas características e normas por meio da linguagem. Como exemplo dessa reprodução, [...] menciona a expressão *working mothers*, utilizada em inglês para designar as mães que trabalham fora (TRAVIS, 2003, p. 40).

Em um trabalho que tem como objetivo confrontar a parcialidade:

[...] percebida em relação à família nuclear em pesquisas sobre famílias recasadas, [...] as pressuposições em relação ao modelo de família nuclear permeiam nossa visão da família recasada. Acrescenta que, os próprios pesquisadores estão inseridos em uma cultura que coloca a família nuclear na posição exemplar com a qual todas as demais configurações familiares serão comparadas e, como modelo privilegiado pela sociedade, domina valores e crenças (TRAVIS, 2003, p. 40-41).

Quando a família recasada permanece não institucionalizada não há:

[...] não há estruturas sociais apropriadas para validá-la e apoiá-la, fazendo com que a família nuclear - tradicional - continue a ser o modelo cultural padrão. [...] pesquisas sobre o recasamento buscam respostas para perguntas sobre as relações existentes entre enteados, padrastos e madrastas por meio da abordagem do processo denominado *deficit-comparison approach* - comparação por déficit -, que compara essas relações àquelas de famílias nucleares (TRAVIS, 2003, p. 41-42).

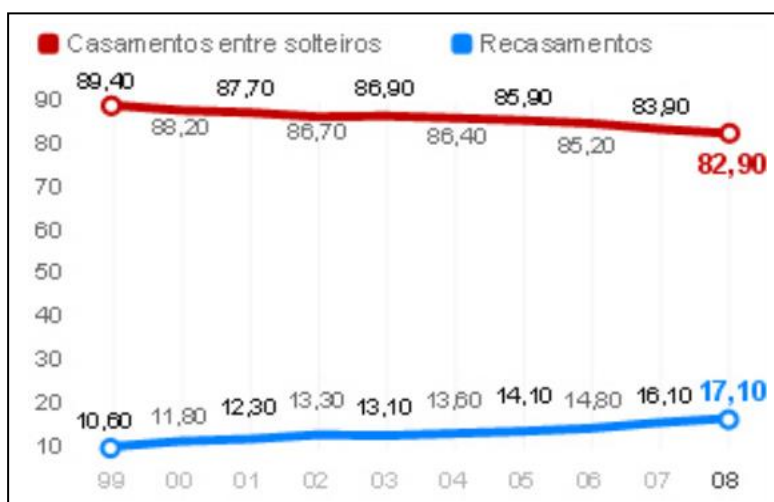
Partindo desse tipo de abordagem, a família recasada aparece como deficiente.

[...] embora muitos estudiosos já tenham apontado para a necessidade de mudança de abordagem nas pesquisas, este fato parece não ter tido qualquer influência nas suposições fundamentais correntes que padrastos e madrastas devem ter como padrão o modelo parental, tal como definido pelo modelo de família nuclear (TRAVIS, p. 2003, p. 41).

Cabe aqui mencionar que:

[...] embora já tenham sido feitas críticas e recomendações para que as pesquisas voltem seus focos para os tipos de relações funcionais na situação de recasamento, ao invés de privilegiar as comparações entre os dois formatos de família, tais sugestões parecem não ter tido um impacto suficientemente forte para transformar as antigas suposições (TRAVIS, p. 2003, p. 41).

Para se entender a dinâmica familiar no recasamento é preciso rever os papéis dos membros de uma família tradicional em que algumas funções familiares foram socialmente selecionadas por gênero como, por exemplo, cita-se a mulher, responsável pelo cuidado com os filhos, pela organização doméstica e pelo relacionamento emocional do sistema familiar. Já nas famílias recasadas, a seleção de papéis é pertinente à relação histórica entre pai/mãe biológico e filhos. (MCGOLDRICK; CARTER, 2001). O gráfico da figura 5 mostra estatisticamente a proporção de casamentos entre solteiros e de recasamentos:



**Figura 4** – Casamentos e recasamentos.  
Fonte: IBGE, 2010.

Assim, a família vem passando por uma reconstrução, apresentando uma “[...] ‘combinação multiforme’, isto é, a família está mudando o seu ‘perfil e o traçado de suas relações” (BRUN, 2001, p. 12).

Segundo Azevedo (2004), quando da separação dos pais, seja por qual motivo for, choque e desajustes ocorrem na vida da criança, e isso interfere no seu desenvolvimento posterior. Apesar da turbulência emocional do momento da separação, só há uma forma de tornar a situação menos traumática: o diálogo. Foram levantadas diversas conceituações sobre família e recasamento para chegar à temática ‘família reconstituída’, ou seja, a estrutura familiar na qual ao menos um dos adultos é um padrasto ou uma madrasta.

### 2.5.1 A Família Reconstituída

Há muitos tipos de família como, por exemplo, família nuclear tradicional, família reconstituída etc., o que prova que família é uma instituição movida pela criatividade/necessidade da sociedade. Nessa direção, a família nuclear:

[...] onde pai, mãe e filhos conviviam na mesma casa, tem se modificado, com as mudanças culturais e sociais, deixando de ser o único modelo de relacionamento das famílias. Após o sofrimento do divórcio, onde o grupo familiar altera o seu perfil, algumas pessoas se retraem na quietude e outras partem para novos relacionamentos, na tentativa de acertarem ou encontrarem a felicidade na segunda vez. É quando ocorre o re-casamento. Quando um dos parceiros tem filhos do relacionamento anterior, a nova família que se forma pode ser chamada de reconstituída ou binuclear (KOTZIAS, 2002, p. 29).

Para a mesma autora, a família tradicional em que casal e filhos:

[...] vivem sob o mesmo teto e o paternalismo comanda, deixou de ser o único modelo de relações entre as pessoas. Com este processo de mudança, as dificuldades enfrentadas pelas famílias também são diferentes. [...]. As dificuldades encontradas pelas famílias reconstituídas são basicamente diferentes como o fato de partirmos do princípio que existe um vínculo progenitor-filho que antecede o vínculo conjugal. No primeiro casamento, o casal passa pela fase de adaptação e cria um vínculo antes de lidar com os filhos, o que não ocorre no recasamento. Além disso, experiências conjugais anteriores mal resolvidas podem influenciar no novo relacionamento (KOTZIAS, 2002, p. 5).

Para essa pesquisadora, problemas no recasamento podem ocorrer quando um dos parceiros ou os dois tem filhos de relacionamentos anteriores. Nesse sentido, a intervenção terapêutica pode ajudar a reorganização dos membros da nova família. Cabe aqui mencionar que na década de 1960:

Ao assistirem ao aumento acelerado da taxa de divorcialidade e do número de recasamentos no total dos casamentos, os cientistas sociais americanos começaram a interessar-se pelo recasamento e pelas crianças que viviam com um padrasto ou uma madrasta. No entanto, entre os anos 30 e 60, já tinha surgido um conjunto de pesquisas sobre o recasamento e a conseqüente organização familiar a que este acontecimento obriga, cujos resultados nelas alcançados se tornaram pontos de partida para um grande número de investigações. Ao longo de quase um século de investigações ficou a saber-se muito mais sobre as famílias recompostas: o seu crescimento demográfico, estrutura, desenvolvimento e dinâmicas. Para além da diversidade interna destas configurações, todos os tipos de famílias recompostas partilham dinâmicas e características estruturais específicas e únicas, o que as diferencia dos outros tipos de arranjos familiares (LOBO, 2005, p. 91)

Em um estudo ilustrado com pesquisa de campo se buscou compreender como crianças e pré-adolescentes vivenciam a separação e novas uniões parentais:

[...] o tipo de vínculo que essas crianças e pré-adolescentes haviam estabelecido com seus pais constitui-se como um importante fator de resiliência no enfrentamento das transições familiares. Naqueles que apresentavam um estilo de apego seguro, segundo a hipótese que formulamos, constatamos menos dificuldades. Os sintomas apresentados por ocasião da busca de atendimento pareciam estar relacionados à crise gerada pela situação de transição (HACK; RAMIRES, 2010, p. 191).

Esses autores, por meio sua consulta à bibliografia pertinente entendem que a separação ou divórcio quase sempre gera uma crise, com conseqüentes ajustes, que podem ou não dar certo. Nessa direção, muitos pesquisadores têm estudado as relações familiares de crianças com:

[...] problemas de comportamento exteriorizado, sobretudo, por suas implicações no desenvolvimento humano, ao longo do curso de vida. Os fatores de risco que contribuem para o surgimento e manutenção desses problemas estão relacionados às características da criança, aos processos familiares e às influências dos pares, comunidades e escolas. (SZELBRACIKOWSKI; DESSEN, 2007, p. 33).

Os limites da família são definidos:

[...] pelos laços de afetividade e intimidade que as pessoas mantêm umas com as outras, não apenas pelo parentesco por consanguinidade ou pelo sistema legal que rege as relações familiares. Isto significa que a família não é mais vista apenas como um sistema nuclear composto por pai, mãe e seus filhos biológicos, mas incorpora também outras pessoas que fazem parte de sua rede de relações e com quem há afinidades. Assim, considerar a família como unidade de análise significa levar em consideração o desenvolvimento das relações entre os subsistemas, de acordo com os princípios básicos da “teoria sistêmica da família”. (DUMAS. BALIEIRO, 2012, p. 1).

Nessa direção, a família reconstituída é a estrutura familiar originada do casamento:

[...] ou da união estável de um casal, na qual um ou ambos de seus membros tem filho ou filhos de um vínculo anterior. Em uma formulação mais sintética, é a família na qual ao menos um dos adultos é um padrasto ou uma madrasta. [...] Nesta categoria entram tanto as novas núpcias [...] de pais viúvos ou mães viúvas como de pais divorciados e de mães divorciadas e pais e mães solteiros. Alude, assim, não só a reconstituição como o estabelecimento de um novo relacionamento, no qual circulam crianças de outro precedente. (SZELBRACIKOWSKI; DESSEN, 2007, p. 33).

De acordo com esses autores, “Esta nova forma de família tem sido pouco investigada, tornando-se invisível ao Direito, que não desenvolveu normas adequadas que sancionem como pode funcionar e nem oferece modelos institucionais que a guie”. (SZELBRACIKOWSKI; DESSEN, 2007, p. 2). Quando o casal se separa a família não acaba, todavia se transforma. Nessa direção assim esclarece Cano et al. (2009, p. 215), “[...] a estrutura se altera com a dissolução da conjugalidade, embora a família, enquanto organização, se mantenha”.

E, “Quando se fala de família, por mais que se relativizem os conceitos e os termos utilizados, geralmente a ideia ainda está muito associada à imagem de pai, mãe e filhos” (CANO et al., 2009, p. 219).

Cabe frisar que, há uma posição e um status diferenciado para a:



[...] família nuclear, enquanto que às famílias reconstituídas caberia uma posição de menor destaque. Entretanto, nos dias de hoje, já não é tão incomum ouvir descrições de outros padrões e diferentes organizações familiares (CANO et al., 2009, p. 219).

Gomes (2009), a psicologia, entre outras áreas, vem discutindo:

[...] as mudanças que estão ocorrendo na família, principalmente nas últimas décadas, tendo como referencial histórico o modelo de família tradicional, ou seja, a família constituída pelo casal parental e filhos. Denominamos novas configurações familiares a outras formas de se relacionar e de viver junto, que, necessariamente implica numa ampliação do termo “família”, como consequência da contemporaneidade. São padrões complexos de relacionamento que acabam gerando situações conflituosas entre os membros e um sentimento de “orfandade” nos filhos (GOMES, 2009, p. 67).

É preciso atentar para a necessidade cada vez mais de se refletir acerca das novas constituições familiares:

[...] advindas do surgimento do divórcio - as famílias reconstituídas - e seus desdobramentos e consequências no dinamismo do novo grupo familiar assim formado, bem como no desempenho dos seus papéis: O padrasto (que assume o lugar de pai) na nova família, mas que abdica da função paterna na família anterior. O enteado, às vezes age e se sente como filho, numa revivescência edípica com o novo casamento da mãe. A esposa atual, que novamente se torna mãe, agrega todos os filhos e nega a existência de uma história familiar passada. A mulher, que de repente se vê ameaçada frente à figura intrusa de um enteado, etc. [...] Famílias reconstituídas é algo novo na literatura psicológica, já que sua etiologia ou gênese reporta-se há algumas décadas atrás, considerando-se o cenário brasileiro (GOMES, 2009, p. 68).

Para essa pesquisadora, a psicologia discute o modelo de família tradicional e “[...] padrões complexos de relacionamento que acabam gerando situações conflituosas entre os membros e um sentimento de ‘orfandade’ nos filhos” (GOMES, 2009, p. 67).

O quadro 4 apresenta uma síntese da relevância da pesquisa realizada acerca desse capítulo no período referente à 2005-2010:

Autor(es)	Ano	a) Objetivo; b) metodologia; c) amostra; d) conclusões
<b>Lobo</b>	2005	<p>a) Revisar pesquisas empíricas norte-americanas sobre o recasamento e as famílias recompostas e realçar algumas questões pertinentes; c) pesquisa bibliográfica; c) vários livros e artigos; d) conclusões?</p> <p>i) o recasamento é uma forma de casamento e as famílias envolvidas são famílias do recasamento com problemas como todas as outras, só que um pouco mais complexos nas configurações a seguir a um divórcio e com crianças de um casamento anterior/famílias recompostas; ii) casamento/divórcio/recasamento/redivórcio: analisar considerando-se outros momentos de transição numa trajetória conjugal; iii) os recasamentos dão origem a grupos domésticos cujos membros têm diferentes expectativas, concepções de vida e padrões de comportamento.</p>
<b>Benghozi</b>	2005	<p>a) abordar questão do dilaceramento traumático como a expressão de um desmalhe dos continentes psíquicos individuais, familiares e comunitários; b) pesquisa bibliográfica; c) Considerou-se a resiliência familiar como a capacidade da própria família de reconstruir os laços psíquicos. A psicoterapia unicamente individual conduz a uma evolução clínica limitada.</p>
<b>Szelbracikowski e Dessen</b>	2007	<p>a) discutir, brevemente, a influência das relações parentais e conjugais em famílias de crianças pré-escolares com problemas de comportamento exteriorizado; b) pesquisa bibliográfica exploratória; c) livros e artigos diversos; d) necessidade de investigar este tipo de problema sob a perspectiva do desenvolvimento humano. Necessário compreender os comportamentos exteriorizados em uma perspectiva cultural, particularmente a agressão, uma vez que esta é um produto da subcultura familiar e da cultura em geral.</p>
<b>Cano et al.</b>	2009	<p>a) elucidar questões teórico-metodológicas sobre divórcio e recasamento; b) pesquisa bibliográfica empírica; c) livros e artigos diversos; d) modificações nas famílias, nos últimos anos, decorrentes do divórcio e recasamento, acarretam também modificações nas concepções dos relacionamentos, em que se observa a convivência de padrões familiares “tradicionais” e “modernos”. Muitas pessoas que vivenciam estes relacionamentos ainda se sentem como ‘desviantes’.</p>
<b>Gomes</b>	2009	<p>a) propor medidas preventivas, visando eliminar esse sentimento de abandono parental; b) relatos de casos clínicos; c) 3 relatos; d) complexidade de relações que permeiam a família reconstituída, gerando assim um ambiente familiar que não pode promover a saúde entre seus membros - se por um lado a contemporaneidade abre um leque de múltiplas possibilidades de se relacionar no âmbito familiar, incluindo varias facetas do “ser família” hoje, por outro lado coloca frente a uma complexidade de situações que podem despertar sentimentos, sintomas e novas patologias, que lançam um desafio para a produção contínua de conhecimentos, que por sua vez produzam propostas interventivas, sejam elas do campo da clínica ou do social, mas que permitam uma existência mais feliz a todo ser humano.</p>
<b>Hack e Ramires</b>	2010	<p>a) apresentar revisão da literatura científica que aborda os relacionamentos pais-filhos no contexto das transições familiares relacionadas à separação e/ou divórcio parental, enfocando reações, experiências, concepções e sentimentos dos filhos, especialmente os adolescentes; b) pesquisa bibliográfica; c) livros e artigos diversos; d) destaca-se a importância da natureza das relações entre pais e filhos e a continuidade desses laços após a separação.</p>

**Quadro 5** - Amostra.

Fonte: O Autor (2015).

A base de dados de todos os artigos pesquisados para essa amostra foi pertinente à *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Na sequência uma discussão comparativa sobre os achados - artigos de 2005 a 2010 - de acordo com os descritores: família, cônjuge, casamento, recasamento e reconstituição.

- Família:

- ✓ Lobo (2005): há muitos tipos de família no Brasil e no mundo, mas sem classificação;
- ✓ Benghozi (2005): a resiliência familiar é a capacidade da própria família de reconstruir os laços;
- ✓ Szelbracikowski e Dessen (2007): a família tem a função de transmitir não somente genes, mas também significado e cultura. Cada família, com sua maneira particular de manter a motivação e o significado entre seus membros são interpretados como representação de uma cultura particular, um tipo de unidade que produz modos comuns de comunicar-se com o mundo externo e avaliar suas experiências. Nesta perspectiva, a família é a principal via de transmissão de significados e cultura para a criança;
- ✓ Cano et al. (2009): as modificações nas famílias, nos últimos anos, acarretam também modificações nas concepções dos relacionamentos, em que se observa a convivência de padrões familiares “tradicionais” e “modernos”.
- ✓ Gomes (2009): novas configurações familiares a outras formas de se relacionar e de viver junto, que, necessariamente implica numa ampliação do termo ‘família’;
- ✓ Hack e Ramires (2010): não há mais um modelo único de família, com pai, mãe e filhos biológicos morando juntos. O divórcio trouxe um leque de novas configurações e organizações familiares.

- Cônjuges:
  - ✓ Lobo (2005): uma estrutura mais complexa é aquela em que tanto o homem como a mulher foi casado anteriormente, ambos foram pais e trouxeram consigo as crianças para a nova família;
  - ✓ Benghozi (2005): a construção do laço de aliança conjugal é uma forma de remalhagem recíproca dos continentes familiares das famílias de origem de cada cônjuge. Na medida em que a malha é tecida sobre uma trama que une laço de filiação e laço de afiliação, a construção de um laço afiliativo permite gerar uma abertura do continente genealógico secundário para uma dor do laço de filiação;
  - ✓ Szelbracikowski e Dessen (2007): a construção do laço de aliança conjugal é uma forma de remalhagem (filiação e afiliação) recíproca dos continentes familiares das famílias de origem de cada cônjuge;
  - ✓ Cano et al. (2009): a separação não extingue o casamento; ela estabelece um tempo, de, no mínimo, um ano, para que os cônjuges decidam o que realmente almejam;
  - ✓ Gomes (2009): cônjuges correm o risco de não serem felizes caso não haja reflexão e entendimento;
  - ✓ Hack e Ramires (2010): com o afastamento entre pais e filhos após a separação, a quantidade de tempo não é suficiente, embora seja difícil mensurar o que seria 'tempo suficiente'. O problema se instala quando os pais, além de considerarem os cônjuges como 'ex', passam a enquadrar suas crianças na categoria de 'ex-filhos';
  
- Casamento:
  - ✓ Lobo (2005): a perspectiva microsociológica deve ser uma opção teórica na análise do processo social que afeta os indivíduos em qualquer casamento específico;
  - ✓ Benghozi (2005): os dilaceramentos dos continentes familiares se reatualizam por ataques contra o *setting*, como expressão de um ataque

contra os laços. A resiliência é uma metáfora que permite continuar a sonhar;

- ✓ Szelbracikowski e Dessen (2007): os valores e as crenças parentais constituem o principal ponto de contato entre a cultura social mais ampla e a cultura pessoal, exercendo influência nas práticas dos genitores dirigidas às suas crianças;
  - ✓ Cano et al. (2009): o estresse parental está fortemente associado a relações de apego inseguras, ao abuso e à parentalidade autoritária e rude, bem como à pobreza, à depressão materna e a crianças hiperativas, com doenças crônicas e autismo severo;
  - ✓ Gomes (2009): muitas vezes a satisfação alcançada numa dada esfera (conjugal), pode representar a perda e o sofrimento advindo pela deterioração em outra (parental);
  - ✓ Hack e Ramires (2010): as crianças mais jovens podem ser as mais afetadas pelo divórcio parental, porque são menos capazes de compreender os eventos familiares, mais propensas a se culpar e a se sentir abandonadas e têm menos acesso a possíveis apoios por meio de relacionamentos fora da família;
- Recasamento:
    - ✓ Lobo (2005): ainda hoje, no início do novo milênio, os cientistas sociais, sejam eles europeus ou norte-americanos, manifestam nos seus trabalhos uma forte tendência para considerarem o recasamento e as famílias recompostas como um problema social, e, em contrapartida, olharem para a família tradicional do primeiro casamento - família nuclear - enquanto o paradigma por meio do qual todas as outras formas de vida familiar devem ser “julgadas”.
    - ✓ Benghozi (2005): a remalhagem afiliativa repara a desmalhagem do laço de filiação rompido. É preciso buscar dispositivos de apoio dos continentes recíprocos entre a dimensão humana individual, a do casal e

a da família no espaço privado, a capacidade de um espaço social e de um espaço comunitário;

- ✓ Szelbracikowski e Dessen (2007): devido à falta de laços biológicos e de uma história familiar conjunta, verifica-se que há uma ambiguidade nos papéis de responsabilidade de padrastos e madrastas, ocorrendo, frequentemente, certa resistência e problemas de comportamento da criança (enteada), especialmente no início do recasamento;
  - ✓ Cano et al. (2009): o divórcio e o recasamento, de fato, são elementos que alteram diretamente a estrutura e a dinâmica familiar, modificando padrões sociais e proporcionando outras configurações familiares à sociedade;
  - ✓ Gomes (2009): cada novo arranjo familiar a partir de re-casamentos, observa-se um movimento de valorização do conjugal sobre o parental com prejuízo aos filhos;
  - ✓ Hack e Ramires (2010): casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade;
- Reconstituição:
    - ✓ Lobo (2005): as famílias recompostas prende-se com o processo casamento - divórcio - recasamento - redivórcio, ou seja, a análise de qualquer um destes acontecimentos deve ter sempre em conta os outros momentos de transição numa trajetória conjugal;
    - ✓ Benghozi (2005): a resiliência familiar revela a capacidade da própria família de reconstruir os laços psíquicos;
    - ✓ Szelbracikowski e Dessen (2007): os problemas de comportamento exteriorizado são mais frequentes em crianças cujos pais são divorciados e recasados do que em crianças cujos pais não são divorciados;
    - ✓ Cano et al. (2009): evidenciam a necessidade da criação de programas de prevenção e promoção à saúde das famílias, pois a reorganização da vida familiar demora alguns anos;

- ✓ Gomes (2009): na família reconstituída, além da necessidade de muito diálogo é preciso haver delimitação das funções de cada um é fator extremamente importante, as funções conjugais, parentais e fraternas necessitam de clara explicitação;
- ✓ Hack e Ramires (2010): a sensação de abandono e desamparo cria uma situação de vulnerabilidade, propiciando o aparecimento ou a potencialização de desajustes. Porém é preciso acrescentar que em muitos casos a fragilidade nos relacionamentos entre pais e filhos já é constatada muito antes do divórcio.

Em todos os trabalhos abordados, de certa forma as opiniões se assemelham no entendimento de que se mantêm em evidência a família nuclear. E também que se no casamento havia conflitos, no recasamento também haverá. Tanto no casamento quanto no recasamento, depois do divórcio, os filhos são os mais afetados, seja pela sensação de abandono e mal estar. Sentem-se lesados nos quesitos: finanças, conforto e afetividade. Tudo isso tem como consequência, o desamor, o *stress*, a culpa, a inimizade e até a violência.

Também há concordância quanto à realidade que para se reconstituir uma família é preciso tempo. Daí a necessidade da resiliência familiar para conciliar padrastos, madrastas filhos da relação anterior e filhos da relação atual.

Nesse viés, entra em cena a Psicoterapia de Família e Casal. Entende-se que só mesmo por meio da terapia a harmonia entre fatores negativos dos tipos de casamentos abordados pode ser regatada.

## CAPÍTULO III - CONSTRUINDO O CONHECIMENTO DA PSICOTERAPIA DE APOIO

### 3.1 Conceitos Acerca de Teologia

A Teologia é considerada como ciência só de uma maneira analógica, já que ainda utiliza métodos rigorosos para o tratamento de seus dados, seu objeto último é a realidade de Deus. Desde a perspectiva de Deus se pode olhar a realidade toda, tanto o mundo material como o humano, mas a realidade mesma de Deus escapa aos sentidos, o que faz que o objeto da Teologia seja a inteligibilidade da fé que procura entender aquilo que crê. A Teologia não é a mesma fé; procede da fé, interpretá-la, se esforçar para compreendê-la por meio de uma reflexão sistemática.

A teologia é um conjunto que abarca [...]palavra, descoberta do sentido próprio, reflexão a base do esforço racional e histórico, através de símbolos, de cultura de vida [...]. A Teologia, denominada 'ciência da fé' se relaciona como tal com a ciência e com a fé (VILANOVA, 1992, p. 7).

O ponto de partida da Teologia é o ato de fé, que leva o teólogo a pesquisar vínculos históricos e antropológicos da revelação, ou seja, as manifestações do atuar de Deus no mundo e na história. A ordenar, a submeter a um trabalho de elucidação de suas afirmações.

O teólogo realiza este trabalho por meio de métodos rigorosos, que podem considerar-se científicos, quanto às disciplinas que ordenam conhecimentos, induzem ou deduzem leis, fazem aplicações. O método da Teologia é o caminho para atingir o conhecimento teológico, trate-se da teologia dogmática, fundamental, latino-americana, feminista, espiritual, pastoral.

O teólogo utiliza o método científico ao realizar processos que por sua natureza mesma conduzem à construção do saber teológico. Por analogia com o trabalho das ciências. Este trabalho é denominado 'trabalho científico'.



Mas a utilização destes procedimentos deve ser antecedida por uma espécie de *sapientia*, (fruto da fé), que possibilite pensar teologicamente (VILANOVA, 1992).

O ato da ciência é inseparável do exercício do método científico:

A Teologia é filha não só da fé senão também da razão. Está sempre se construindo com os métodos de seu tempo. Desde que nasce como ciência, com Sto. Tomás de Aquino, nasce com os métodos dedutivos que o Aquinate toma de Aristóteles . Parte da revelação, como de 'primeiros princípios' [...] verdadeiros e verdadeiros. Destes, o teólogo deduz conclusões (VILANOVA, 1992, p. 7).

O teólogo parte do fato da Revelação como de sua fonte. O objeto de sua fé, as verdades que crê, - *fides quae creditur / a fé criada* - estão no lugar que têm os 'fatos' das ciências empíricas. Este é o ponto axial da reflexão teológica. (VILANOVA, 1992).

Desde este ponto de partida, o teólogo pesquisa os dados históricos e antropológicos da Revelação, com a ajuda das ciências positivas, a este primeiro momento da investigação teológica se lhe chama momento positivo da teologia.

Depois o teólogo transcende racionalmente estes dados para chegar a um segundo momento, que é o momento especulativo, em que o teólogo procura a inteligibilidade desses dados na comunidade de fé no presente. Por um lado, ao teólogo se lhe exige uma fidelidade às origens de sua fé; por outro, ele estabelece diferenças. É necessário que expresse, nas categorias do ser humano contemporâneo, a validade de seus princípios.

Esta busca compromete a seriedade de um trabalho, às vezes, interdisciplinário, que se submete aos mesmos esforços que a razão emprega para avançar em outros saberes, aos que a Teologia oferece um último sentido.

Cabe distinguir, em Teologia, entre método e métodos. O método teológico escuta a realidade toda, tudo o consciente e compreensível pela razão, à luz da realidade de Deus quem lhe dá, a todas as coisas e ao ser humano mesmo, seu último sentido.

Vale ressaltar que, o estatuto epistemológico da Teologia transcende o dos outros saberes. Seu lugar está além da mesma Filosofia, enquanto um exercício da razão, que toma de si mesma sua capacidade de entendimento da totalidade, enquanto à Teologia lhe compete a escuta da Palavra revelada (BACICH, 2000). A Teologia está em função da missão como o está a Igreja mesma. A missão da Igreja no mundo é a tarefa de acercar a mensagem da revelação, a Cristo mesmo, a todos os seres humanos, a todas as culturas, em todos seus problemas.

Para tanto, a Teologia tem de abrir-se a todos os saberes com seus próprios métodos, todos aqueles que lhe têm de servir como instrumento de aproximação à realidade de cada ser humano, de cada cultura, em seu mundo. Os métodos das ciências humanas lhe contribuem à Teologia diferentes modos de aproximação à realidade do gênero humano, do mundo e lhe oferecem a possibilidade de um entendimento cada vez mais ampla, não só da Palavra de Deus quanto palavra revelada por modos humanos, senão de diferentes aproximações à realidade em que o destinatário da fé vive sua vida. Todos os métodos de investigação são, pois úteis à reflexão teológica. Disso dá conta a teologia contemporânea.

Desde a concepção moderna das ciências, ao interior de nossa cultura científico-técnica, a Teologia se abriu aos aportes da reflexão antropológica e à importância que se lhe concede no mundo às ciências históricas. Seu interesse pelos fenômenos empíricos, a faz indutiva, desde a praxe cristã.

A Teologia sempre tem estado unida à cultura e nossa época está eminentemente centrada no científico-técnico. Vale enfatizar, o caso das ciências biológicas e a tecnologia, que propuseram, nas últimas três décadas, mais perguntas à Teologia que em todos os séculos anteriores.

É preciso que a Teologia ainda em seus esforços investigativos aos da Biotecnologia em sua reflexão sobre o ser humano e suas produções. Estes novos problemas geram novas formas de fazer Teologia. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade da investigação se voltam quase obrigatórias.

Ao teólogo lhe compete conhecer a consciência os fenômenos sobre os que constroem seu discurso, trate-se da investigação genética, da clonagem, ou do diagnóstico da morte humana. Também o Direito e as Ciências Sociais e Políticas, e ainda Econômicas, terão sua palavra sobre os grandes problemas do mundo. Destas reflexões se nutrem a Escatologia Teológica, a Pastoral, as missões.

Em síntese, é preciso que ao fazer um trabalho de investigação, se utilize dados tanto das ciências empíricas, como das que são fruto da reflexão teórica. Se o trabalho se dirige precisamente à obtenção ou confrontação destes dados, é preciso organizar um processo lógico para a construção do saber teológico (RESTREPO, 2000).

Na obra de Ruben Alves *Variações sobre a vida e a morte* (2005), no capítulo 'A verdade da heresia', denominado pelo autor de 'Feitiço Erótico-Herético da Teologia', o autor faz uma reflexão sobre a relação entre poder e teologia. No texto em foco, argumenta que as construções de 'verdade' das pessoas muitas vezes servem como instrumento de dominação. Comenta também sobre o lugar privilegiado de fraqueza na Bíblia e tradição cristã, por meio de uma teologia poética, cuja principal preocupação é com o corpo e com a vida em sua dimensão real.

Para Alves, Deus é um Grande Mistério está muito além de tramas verbais; Deus é bondade. O autor deixa acreditar que Bíblia é clara sobre o perdão, mas também é clara quanto à justiça de Deus; o justo viverá da fé. Deus é a luz que as pessoas precisam para se enxergar como são. Deus é manifestação poética mesmo em horas difíceis. Deus está sempre vivo para quem vive a vida eterna.

Concordando com Rubens Alves, os irmãos Boff, no tocante à Teologia da Libertação acreditam que "Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a teologia da libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja" (BOFF; BOFF, 1993, p. 40).

Para Rubem Alves a Teologia como crítica nunca foi bem recebida no meio protestante, uma vez que:

[...] a teoria protestante de conhecimento não permite teologia como tarefa crítica, exploratória, criadora, pois que isto pressupõe que o pensamento cristalizado no passado não é absoluto. A tarefa não é criar conhecimento novo, mas justificar o conhecimento velho (ALVES, 1979, p.115).

Por outro lado, esse autor também critica a educação no meio protestante afirmando que ela segue um esquema reprodutivo e não criativo. “Saber a verdade é repetir a verdade [...] O essencial é que o que é dito seja aquilo a que se está acostumado a ouvir” (ALVES, 1979, p.113).

O que Rubem Alves denuncia são “[...] mecanismos de controle de pensamento que determinam o que é heresia e o que é ortodoxia [...] esses conceitos são definidos por quem detém o poder” (ALVES, 1979, p.108).

O problema não era rebeldia, e sim, falta de crítica. A necessidade de uma nova reforma protestante está Heresia e ortodoxia são palavras criadas pelos ortodoxos. Mas, como já indicamos antes, ortodoxos são aqueles que tiveram o poder para impor as suas ideias. Heresia e ortodoxia têm muito pouco a ver com falsidade e verdade. São formas transversas de indicar perdedores e ganhadores. Ora, não se conhece nenhuma situação em que os ganhadores tivessem tido qualquer interesse em abrir mão do poder. O poder deseja sempre perpetuar-se. E esta perpetuação exige também a perpetuação das ideias que dão aos poderosos a sua aura divina. Vitória é interpretada como verdade e a derrota é idêntica à falsidade (ALVES, 1979, p. 276).

Quanto ao abuso de poder afirma que a última palavra sobre a verdade revelada “[...] não é a voz desta verdade, mas é a voz que, pelo seu poder político, é capaz de silenciar os dissidentes e declarar a questão como encerrada”. (ALVES, 1979, p. 127). Em consonância com Alves (1979), Gutierrez (1985) defende que há três níveis de significado do termo libertação:

a) Nível da libertação econômica, social e política. [...] pressuposto para uma real e ação política transformadora. [...] processo de transformação efetivada sociedade; b) Nível da libertação do homem e da história. [...] corresponde à utopia, enquanto denúncia da ordem vigente e anúncio de uma nova ordem das coisas. Neste nível alarga-se o horizonte da libertação econômica, social e política, enriquecida com um valor antropológico. Libertação diz respeito à construção de um homem novo numa nova sociedade, significando uma permanente revolução cultural e; c) Nível da libertação do pecado (GUTIERREZ, 1985, p.44-45).

Para esse autor, o combate á pobreza é: Teologia da Libertação.

Esse estudo permitiu conhecer mais profundamente a Teologia da Libertação, de um Rubens Alves, Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, como por exemplo: embora a teologia da libertação germinasse em toda a América Latina com Gustavo Gutierrez na Colômbia, foi aqui no Brasil que esse movimento alcançou maior dimensão. Rubens Alves e os irmãos Boff são alguns nomes de destaque.

Concordando com os três autores, tem-se que Deus é amor, benevolência e amor. Quem não entende isso na Bíblia deveria estudá-la melhor. Realmente é preciso dar vazão a uma reforma nos estudos teológicos, não alterá-los, apenas modernizá-lo, viabilizá-lo. E finalmente há de se concordar que a pobreza antecipa a morte das pessoas que pedem a oportunidade de viver plenamente tudo que deveram, por direito, viver. Porém, infelizmente, capitalismo, globalização e, conseqüente 'poder' também influenciam a Igreja e vias correlatas.

É nessa 'tecla' que Rubens Alves bate incessantemente: pobreza. Que advém de injustiças sociais, má distribuição de renda, e principalmente de excesso de poder, e falta de democracia. Faltando tanta coisa cabe ao homem, falta de fé.

No tocante a Teodicéia ou teologia Natural, como indica no nome 'Teodicéia' há um aventurar-se para o divino. Segundo Thomaz (2005), o termo Teologia é literalmente estudo de Deus (*theos*, Deus, *logos*, estudo). Este termo foi citado *à priori* em Platón em 'A República', direcionado ao entendimento da natureza divina por meio da razão, em oposição ao entendimento literário. Depois Aristóteles empregou o termo em numerosas ocasiões, com dois significados:

- Como o ramo fundamental da ciência filosófica, também chamada filosofia primeira ou ciência dos primeiros princípios, ou Metafísica;

- Como pensamento mitológico imediatamente prévio à Filosofia, em um sentido pejorativo e, sobretudo usado para chamar ‘teólogos’ os pensadores de outrora não-filósofos como, por exemplo, Hesíodo<sup>10</sup> e Ferécides de Siro<sup>11</sup>.

Agustín de Hipona tomou o conceito teologia natural (*theologia naturalis*) da grande obra ‘*Antiquitates rerum divinarum*’, de Marco Terencio Varrón, como única teologia verdadeira de entre as três apresentadas por Varrón: a mítica, a política e a natural. Sobre esta, situou a teologia sobrenatural (*theologia supernaturalis*), considerada superior por ser baseada nos dados da revelação<sup>12</sup>.

A teologia sobrenatural, situada fora do campo de ação da Filosofia, não estava por baixo, senão acima desta, e a considerava sua serva, que a ajudaria no entendimento de Deus.

Teodicéia, hoje, é um termo considerado como sinônimo de teologia natural foi criado no século XVIII por Leibniz (1969) como título de uma de suas obras: ‘*Essais de théodicée*’ - Ensaio de Teodicéia.. Leibniz ressalta a necessidade do absoluto, ou seja, em Deus a essência não se distingue de sua existência e por isso se trata de um Ser Necessário. Sua essência envolve a existência, isto é, Deus é Causa. A transcendência se vê mais claro quando Leibniz sublinha do que a essência de Deus não se pode chegar a compreender em sua totalidade por um entendimento limitado.

Trata-se de um Deus que é razão, um ser constituído pelo conjunto das verdades, de razões, de requisitos de todas as coisas tanto possíveis como existentes, que são ou se identificam com o entendimento divino. A conclusão da prova pelas verdades eternas desemboca num Deus que é Sabedoria, pois Ele o conhece tudo, Mas, onde fica sua vontade, que afinal de contas é a que outorga a existência das coisas?

---

<sup>10</sup> Poeta oral grego da Antiguidade, geralmente tido como tendo estado em atividade entre 750 e 650 a.C.

<sup>11</sup> Filósofo grego pré-socrático e professor de Pitágoras e responsável por lhe transmitir os conhecimentos sagrados da reencarnação e do karma.

<sup>12</sup> Portal Teologia Pastoral SJRP. Definição de teologia. Disponível em: <<https://teologiapastoralsjrp.wordpress.com/2012/03/28/definicao-de-teologia/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

A vontade joga um papel secundário, pois ela elege entre os possíveis o que é melhor, e o que faz que o mundo no que vivemos não seja tudo o que Deus é, senão fruto de uma eleição divina. Por isso este mundo é o melhor dos possíveis.

O sistema de Spinoza consistia em dizer que não há nada contingente, senão que tudo, o Um-Tudo é necessário, e por esta mesma razão, um necessitarismo radical e absoluto, nega a possibilidade de que possa ter uma finalidade. A finalidade é o filho bastardo da ignorância. Poderia dizer que para Leibniz, é impossível o Ser necessário, é impossível o possível.

A ciência, arrogantemente, conseguiu criar um sistema em que a verdade poderia ser investigada e testada e se tornou concorrente da Igreja. Essa última quando se depara com a ciência rejeitando a fé, sem considerar que a fé também ajuda a ciência, pois a torna mais humana. No entanto, faz-se necessário conceituar e estabelecer a compreensão da Psicoterapia nos diversos aspectos que envolve a convivência humana.

### **3.2 Conceituando e Estabelecendo a Compreensão de Psicoterapia**

De acordo com Valente (2012, p. 1), Psicoterapia é: “A ciência ou arte de tratar e resolvermos problemas ou distúrbios psíquicos (mentais, emocionais e psicossomáticos), por meios ou procedimentos exclusivamente psíquicos”. Trata-se de um método que trata de problemas de natureza emocional, por um profissional treinado e meios psicológicos. A prática psicoterapêutica surge como uma necessidade para ajudar o ser humano nos seus aspectos emocionais, anímicos ou intelectuais em conflito.

Os principais tipos de psicoterapia são:

- Psicoterapia analítica: sistema psicanalítico fundado por Jung (2001) - desde 1902 - teve por modelo, originalmente, a psicanálise freudiana.

- A psicoterapia de apoio: lida com as dificuldades da existência em todas as formas que o sofrimento humano como, por exemplo, pânico, ansiedade, depressão, fobias, crises profissionais, etc. O terapeuta usa o quadro teórico com que habitualmente trabalha para compreender o que é dito pelo cliente e jogado por ele na relação, na medida em que a psicoterapia de apoio não decorre diretamente de nenhuma escola, usando técnicas de diferentes origens.

Qualquer linha de psicoterapia exige disposição ao estudo e à investigação, honestidade de propósitos, procura inaceitável da verdade sobre o ser e respeito ao semelhante.

A psicoterapia é uma assistência psicológica que ajuda as pessoas a resolver conflitos. Nessa direção, conforme Cordioli (1997) psicoterapia é uma forma de tratamento de problemas emocionais, por um profissional treinado e gabaritado para tal. O tratamento consiste em uma relação profissional com um paciente, com o objetivo de extinguir padrões perturbados de conduta em prol do desenvolvimento positivo da personalidade do indivíduo.

Para muitos autores a psicoterapia aparece como uma natural e lógica sequência de psicanálise. No estudo que realizam da evolução da técnica psicanalítica, ou da terapêutica psicanalítica distinguem cinco períodos:

- Hipnose catártica;
- Sugestão em estado de vigília;
- Associação livre;
- Neurose transferencial;
- Reeducação emocional.

Szpilka e Knobel (1968) considera que a técnica psicanalítica baseia-se em quatro aspectos fundamentais:



- A estimulação da regressão;
- A emergência da neurose transferencial;
- A elaboração;
- A mutação de objetos internos por meio dos mecanismos de projeção e interjeição fundamentalmente, e associados a outros mecanismos de defesa que cada sujeito tem à sua disposição.

Sintetizando, a psicoterapia responde a sintomas como, por exemplo, baixa autoestima e depressão. Passos no/do tratamento: a) aliança terapêutica; b) ajudando o paciente a origem dos sintomas; c) ajudar o paciente a conceber novas formas de vida.

### 3.2.1 Buscando a Historicidade da Psicoterapia

Com o objetivo de:

[...] tratar remover ou modificar sintomas de natureza emocional e promover o crescimento e o desenvolvimento da personalidade, surgira, em meados do século XIX, as psicoterapias no Ocidente. Estas variam em relação às escolas filosóficas, às perspectivas epistemológicas e às teorias e aos métodos que utilizam como orientação de suas intervenções práticas. (PERES, et al., 2007, p. 137).

Historicamente, a psicoterapia tem “Suas raízes estão desde a Antiguidade, das mais diversas formas culturais, por meio do curandeiro, danças xamanísticas, poções, Buda, etc.” (STONE, 2005)<sup>13</sup>.

Freud foi um dos fundadores da psicoterapia.

---

<sup>13</sup> In: Portal Educação. Histórico da Psicoterapia. 2012, 2f. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/16769>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Mas depois dele vieram outros tantos; alguns o seguiram, outros acrescentaram e outros ainda se distanciaram radicalmente. A psicanálise, a psicoterapia de orientação analítica, a psicoterapia de apoio, a psicoterapia de grupo, a psicoterapia humanista, a existencial, a cognitivo-comportamental, além de outras [...]. O mais importante é que todas têm o seu valor, suas indicações e contraindicações. Uma não é melhor que a outra. [...] em qualquer uma das psicoterapias é importante que o terapeuta tenha empatia, simpatia e inteligência, minimamente.<sup>14</sup>

Hoje, a Psicoterapia moderna:

[...] tem tomado corpo científico, durante estes últimos cinquenta anos e hoje começa a ser estudada e disputada igualmente pelo especialista médico-psiquiatra e pelo especialista psicólogo-clínico, que exclusivamente querem incorporá-la a suas respectivas áreas ou matérias [...] (VALENTE, 2012, p. 1).

Todavia, a maioria dos médicos e psicólogos nega sua “[...] validade científica e eficiência terapêutica” (VALENTE, 2012, p. 1). No entanto, a psicologia moderna fala da contratransferência voltada para a psicoterapia.

### 3.2.2 A Contratransferência em Psicoterapia

Quando ocorre a contratransferência há sentimentos produzidos no terapeuta pelo paciente:

Esta pode ser considerada como uma valiosa pista para ajudar a compreender o que está acontecendo ao paciente, bem como o efeito que ele tem sobre as pessoas em suas relações externas. A contratransferência poderá também ajudar o terapeuta a identificar a natureza da transferência do paciente. Em psicoterapia psicanalítica a base psicanalítica, a compreensão mais aproximada do inconsciente do sujeito em terapia pode dar-se através de uma utilização adequada da contratransferência. O processo elaborativo que leva um terapeuta a uma interpretação. A contratransferência neurótica levará a pseudo-interpretações baseadas em preconceitos, e o processo que aí se desenvolverá terá muito pouco de psicoterapêutico e muito de doutrinação (KNOBEL, 1896, p. 27)

---

<sup>14</sup> Portal da Educação. Op. Cit.

Segundo esse autor, “Dentro do exercício de psicoterapia breve, os conhecimentos da contratransferência são fundamentais para uma vivência contratransferencial extremamente útil” (KNOBEL, 1896, p. 27)

Quanto a Psicoterapia focal, em situações de emergência, muitos tipos de crises, depressões reativas ou reações ansiosas ou fóbicas, problemas repentinos de desajustes emocionais e conflitos intercorrentes em processos neuróticos, caracteropáticos e até psicóticos exigem esta modalidade de intervenção terapêutica pautada em planejamento e foco (KNOBEL, 1986). ‘Foco’ ou conflito focal conflito atual que o paciente está vivendo que o faz procurar um psicoterapeuta. O conflito focal deriva de um conflito infantil, não resolvido. O fator tempo na psicoterapia breve, não tem apenas uma conotação estritamente temporal. Há três tipos de tempo:

- Tempo existencial;
- Tempo vivencial ou experiencial e;
- Tempo conceitual cronológico.

Já a Psicoterapia Breve é uma psicoterapia de tempo e objetivos limitados, que exige reflexão e capacidade de renúncia. No caso o psicoterapeuta se torna um simples interlocutor – treinado – com o intuito de para ajudar ou aliviar uma situação focal (KNOBEL, 1986).

No tocante a uma teoria da técnica da psicoterapia breve, cita-se a proposta do livro de Knobel (1986) é psicanalítica e as contribuições de Freud e de toda escola psicanalítica, por que em suas inúmeras manifestações, são as que “[...] mais colaboraram para desenvolver técnicas psicoterapêuticas, nas quais, aplicando esses conhecimentos, foi possível chegar ao que se conhece hoje como Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica”.

Para a prática psicanalítica:

[...] e suas formas psicoterápicas derivadas é necessário ter claro que nossa função e nosso papel na sociedade é o de simples terapeutas (ajudantes, assistentes) de pessoas que necessitam de nosso conhecimento e nossa formação especializada (KNOBEL, 1986, p. 7).

Um psicoterapeuta que trabalha com uma orientação psicodinâmica:

[...] não pode deixar de contestar o sistema opressor, denunciar a discriminação social, política ou religiosa, e lutar por uma convivência humana e justa para todos. Não é um 'doutrinador' ideológico, é um terapeuta que deve, por seus conhecimentos, ter a capacidade de dissociar-se tecnicamente de uma forma na qual, [...] possa identificar-se projetivamente com quem lhe consulta e, ao mesmo tempo, observar, o mais objetivamente possível, sua própria conduta e a de seu paciente na relação terapêutica [...]. Isto se faz extensivo à toda tarefa terapêutica dentro de uma psicoterapia de orientação psicanalítica (KNOBEL, 1986, p. 7).

O trabalho de um psicoterapeuta com seu paciente depende de uma 'aliança terapêutica'. Para se construir uma aliança terapêutica é ter em mente que a possibilidade de realizar uma psicoterapia de apoio só acontece se, a partir da entrevista, conseguir estabelecer uma relação suficiente para que ambos, psicólogo e paciente, desejem continuar e aprofundar, no sentido de produzir algum tipo de mudança no paciente. Efetivamente, uma das particularidades de qualquer intervenção psicoterapêutica é o fato de assentar diretamente na qualidade da relação que se vai estabelecendo - a mudança ocorre na e pela relação. A fase inicial da psicoterapia é essencial, pois é nesta fase que ocorrem a maior parte das desistências do processo psicoterapêutico.

O *drop-out* - fenômeno observado (auditivo ou visual) - pode ocorrer por variadas razões:

- Incongruência em termos de objetivos terapêuticos entre o psicólogo e o cliente - esta incongruência pode estar ligada a expectativas irrealistas -; deste modo, os objetivos devem sempre ser estabelecidos considerando não apenas os resultados da avaliação, mas também o pedido do cliente;
- Impossibilidade em estabelecer um foco, ou seja, um objetivo - acontece com frequência quando o pedido não é do próprio;

- Dificuldade em estabelecer uma boa relação - por exemplo, quando não há vontade genuína de mudança.

Assim, o início da psicoterapia de apoio tem dois objetivos fundamentais:

- Estabelecimento da relação - período em que psicólogo e cliente buscam um vínculo para servir de suporte para a comunicação; é um tempo de conhecimento mútuo em que se aconselha que o psicólogo ofereça uma disponibilidade suficiente, uma atitude atenta e capacidade para entender o pedido, as dúvidas e os medos do cliente;
- Determinação da tarefa psicoterapêutica - projeto terapêutico que se pode estabelecer de acordo com um conjunto de fatores - problemática do cliente; necessidades e expectativas do cliente; avaliação do psicólogo sobre os recursos do cliente; estabelecimento de um foco.

Nesse cenário, cita-se a importância da aliança terapêutica estabelece-se nesta fase inicial e é essencial para o cumprimento do contrato; esta relação implica empatia, confidencialidade e confiança e define-se como sendo uma forma particular de colaboração ativa entre a relação 'terapeuta e cliente' que assenta por meio de um acordo em que responsabilidades e papéis de ambos estejam bem definidos.

Luborsky, Singer e Luborsky (1975) definiram o conjunto de atitudes e comportamentos essenciais para a construção da aliança terapêutica:

- Ser receptivo aos problemas e objetivos do cliente;
- Demonstrar entender e aceitar o cliente (perceber o que impede a empatia), dando espaço para que o outro fale sobre seus problemas e respectivas soluções - isto é possível utilizando a verbalização direta de um sentimento de compreensão e por meio de técnicas de securização;
- Perceber progressos por parte dos pacientes;
- Acreditar e demonstrar que o paciente é capaz de se entender a si próprio (de forma mais direta ou mais sutil) - por exemplo, reenviando as perguntas para o outro e dar espaço para que a pessoa siga a sua própria linha de pensamento;

- Considerar uma tarefa conjunta como trabalho terapêutico, porque é na relação que podem acontecer as mudanças - dar preferência à utilização do 'nós' enquanto intervenção;
- Frisar experiências positivas da relação terapêutica;
- Apoiar o paciente quanto á manutenção de defesas úteis e atividades construtivas;
- Manter uma escuta terapêutica - trabalho ativo de atenção, seleção e elaboração do material trazido pelo cliente - não apenas ouvir, mas selecionar e elaborar os conteúdos do discurso e estabelecer conexões entre o material do cliente e o conflito focal previamente delimitado.

A aliança terapêutica vai-se fortalecendo à medida que o cliente e o terapeuta vão conseguindo um entendimento comum sobre o que constitui o problema do cliente, a sua natureza e a estratégia a ser adaptada para o remover ou modificar. A aliança terapêutica é um fator comum responsável pela eficácia da terapia. A mesma tem sido considerada um elemento fundamental em todas as formas de psicoterapia. (RECHE; SILVA. 2003).

Às pessoas que se encontram em desconforto psicológico, indica-se Psicoterapia de Apoio. Nesse cenário, a aliança terapêutica entre psicólogo e paciente é fundamental. Na sequência maiores esclarecimentos sobre técnicas da Psicoterapia de Apoio.

### **3.3 Psicoterapia de Apoio: Objetivos e Técnicas**

A Psicoterapia de apoio tem como objetivos:

- Restabelecer o equilíbrio psicológico
- Diminuir os sintomas ou prevenir um agravamento da sintomatologia;

- Reforçar as defesas - não se trabalham conteúdos inconscientes de uma forma óbvia, de modo a não aumentar a ansiedade e, conseqüentemente, a sintomatologia;
- Melhorar a adaptação ao meio exterior, modificando comportamentos.

Segundo Cordioli (1997), as psicoterapias de apoio podem ainda procurar:

- Promover o crescimento emocional e;
- A aquisição de maturidade emocional.

Conforme Alexander e French (1956), os procedimentos básicos da psicoterapia de apoio são:

- Gratificação das necessidades de dependência durante situações de tensão;
- Redução da tensão por meio da ab-reação;
- Revisão objetiva da situação de tensão, possibilitando ao paciente um melhor discernimento;
- Apoio às defesas neuróticas quando o ego está incapaz de lidar com material inconsciente;
- Manipulação da situação de vida quando as situações externas forem particularmente difíceis.

Neste sentido, devem, considerar-se como contraindicações:

- Indivíduos que não conseguem manter uma aliança terapêutica - honestidade - com o terapeuta;
- Indivíduos sem motivação para a mudança;
- Sintomas que impliquem ganhos secundários difíceis de serem abandonados.

Do ponto de vista da técnica, a psicoterapia de apoio varia conforme a formação e personalidade do terapeuta, mas, de um modo geral, as atitudes mais frequentes são de alguma diretividade – pode-se mobilizar não só os recursos

internos, como também os recursos externos (a sugestão) - no sentido duplo de sugerir e suggestionar -, a persuasão e a securização, partindo sempre do respeito pela autonomia e liberdade do outro, favorecendo a responsabilidade pelas próprias escolhas. Neste modelo, o terapeuta utiliza-se mais a si próprio, favorecendo a identificação e funcionando como um ego auxiliar.

As técnicas utilizadas em psicoterapia de apoio estão parcialmente dependentes da orientação teórica do terapeuta, na medida em que as técnicas são utilizadas de forma distinta de terapeuta para terapeuta.

Outros fatores que podem afetar a escolha das técnicas a utilizar são as circunstâncias em que decorre a psicoterapia, as características do próprio cliente e os objetivos terapêuticos delineados.

#### Entendendo as Técnicas de Sugestão:

- Sugestão: tem como objetivo induzir uma ideia ou sentimentos, produzindo modificações na vontade expressa pelo cliente; sugerem-se várias alternativas e nunca apenas uma - porque esta seria tomada como indicação -, discutindo com o cliente vantagens e inconvenientes de cada uma delas e deixando ao paciente a responsabilidade da decisão - é preciso utilizar cuidadosamente esta técnica, isto porque pode aumentar os níveis de dependência e de imaturidade;
- Controle ativo: apenas desempenhamos funções de ego auxiliar quando consideramos que a pessoa não está em condições de decidir por si própria - esta técnica tem mais a ver com os recursos externos disponíveis - falar com a família, com a assistente social, com outros técnicos, pedir à pessoa para adiar uma decisão -; o controle ativo deve referir-se a aspectos concretos e parcelares dos recursos externos do cliente;
- Aconselhamento: explicitação, sugestão ou recomendação por parte do terapeuta de atitudes ou decisões do cliente, visando reforçar o paciente ou aspectos saudáveis da sua personalidade, reduzir sintomas ou evitar crises; na orientação e aconselhamento, damos sugestões diretamente relacionadas com os recursos internos que se estima que a pessoa tem;



- **Securização:** técnica em que o terapeuta tranquiliza o cliente em prol de sua autoestima por meio da expressão de concordância com uma ideia, pensamento, atitude ou decisão; pode passar pelo elogio. Mas, mais importante do que elogiar é reforçar o raciocínio e as soluções que a pessoa apresenta para as suas próprias dificuldades (esta técnica relaciona-se com o *holding* e com a contenção das ansiedades).
- **Ventilação:** dar à pessoa a possibilidade de demonstrar os afetos de uma forma catártica - purificação espiritual por meio do emocional -, o que é importante em termos de aliança terapêutica, abrindo espaço para o uso de outras técnicas que aprofundem e deem sentido à necessidade e ao valor dessa expressão de sentimentos; a ab-reação pode surgir de forma espontânea ou provocada quando de uma psicoterapia.

#### Entendendo as Técnicas de Autoconhecimento:

- **Clarificação:** devolver ao outro de uma forma mais articulada o que foi dito, promovendo o aumento do autoconhecimento, da compreensão geral das próprias estruturas cognitivas, da integração dos processos mentais e do autocontrole - permite ao cliente perceber melhor os seus sintomas, afetos, atitudes e aspectos da realidade e as relações que se estabelecem entre todos esses elementos;
- **Confrontação:** colocar lado a lado conteúdos diferentes sobre o mesmo tema ou incoerentes entre o conteúdo verbal e o não-verbal - a confrontação pode ser destrutiva - despontando sentimentos de agressividade, ou construtiva -, provocando retraimento inicial, mas acabando por dar oportunidade a novos desenvolvimentos -; esta técnica tem como objetivo aumentar o autoconhecimento e a capacidade de discriminação das realidades interna e externa, esclarecer dúvidas do entrevistador e esclarecer dimensões específicas de conteúdos/personalidade do entrevistado;
- **Educação:** dar informação de caráter pedagógico e informativo relacionada com situações relevantes para o cliente - numa primeira fase tenta-se perceber o que é que a pessoa já sabe sobre o assunto.

Só se aplica a técnica quando se percebe que o problema é verdadeiramente falta de informação - é importante informar, mas mais importante será a pessoa sentir-se aceita, contida, desculpabilizada, securizada.

Diante do exposto, é preciso enfatizar que a Psicoterapia realiza um enorme esforço para validar os mecanismos de avaliação utilizados através da comprovação de da efetividade e de resultados, seja qual for a abordagem teórica e/ou técnica adotada, existe a necessidade de obter evidências baseado na experiência em si.

### **3.4 Mecanismos de Avaliação da Psicoterapia de Apoio**

A avaliação deve abranger muito mais que o proposto ao iniciar o processo psicoterapêutico e muito menos que a sintomatologia objetiva pode apresentar. A interpretação é a hipótese real do acontecer inconsciente, em que o somente o paciente pode avaliar, primeiro inconscientemente e depois por meio de vivências e condutas, visíveis pelo terapeuta e depois para o meio ambiente. Em outras palavras, trata-se uma metodologia impar porque se baseia: a) no conhecimento científico diverso; b) no conhecimento do inconsciente, em uma psicologia não-matemática c) na psicologia do irracional, a da alma e dos valores humanos (KNOBEI, 1986).

O processo de avaliação é um elemento essencial para todas as abordagens psicoterapêuticas.

Um objetivo central do processo de avaliação é o diagnóstico da doença do paciente e a descrição do problema, de modo que ele possa ser tratado adequadamente. Outra meta importante do processo de avaliação é estabelecer uma relação terapêutica que aumente o interesse e o comprometimento do paciente com a psicoterapia. Uma avaliação completa deve ajudar o terapeuta a selecionar a abordagem de tratamento adequado, a qual deve ser individualizada para atender as necessidades e os objetivos específicos do paciente (HALES; YUDOFKY; GABBARD, 2012, p. 1305).

Para esses autores, uma avaliação e respectivo diagnóstico determinam se a psicoterapia de apoio é adequada para o paciente. Quando da primeira vez, normalmente:

O terapeuta não sabe o grau de deficiência e psicopatologia ou os pontos fortes do indivíduo em questão, Portanto a entrevista inicial deve começar com a tentativa por parte do terapeuta de compreender o motivo que levou o paciente a buscar tratamento. Todos os pacientes devem receber uma avaliação completa tanto dos problemas presentes como de sua história. Ao fim da avaliação, o terapeuta deve entender o problema do paciente, seus relacionamentos interpessoais, sua função diária e sua estrutura psicológica ou executiva. A avaliação não deve ser simplesmente uma série de perguntas e respostas, mas a exploração da vida do paciente, a entrevista deve ajudar a motivar o paciente para o tratamento e promover a aliança terapêutica, bem como promover os objetivos da psicologia de apoio, a saber: aliviar sintomas e manter, restaurar ou melhorar a autoestima, as habilidades adaptativas e as funções psicológicas ou do ego. Na psicoterapia de apoio, avaliação terapêutica normalmente envolve o uso de interpretações desse tipo de abordagem, como reforços, tranquilização, encorajamento, esclarecimento e confrontação (HALES; YUDOFKY; GABBARD, 2012, p. 1305).

A entrevista inicial visa vários aspectos. O primeiro deles, dentro do que se considera como técnica psiquiátrica é a anamnese: observação dos elementos que participam dos traços e os motivos que o encaminharam à psicoterapia. A entrevista inicial é uma função fundamental que abrange além desse aspecto fundamental, também o aspecto clínico.

Naturalmente algumas técnicas excluem a possibilidade de exame clínico do paciente; assim a psicanálise é tomada como incompatível com o exame clínico.

O exame neurológico, por exemplo, se traduz em condições de técnicas que segundo os analistas, impedem o contato mais ímpessoal do analista. Todavia, há analistas que fazem o exame completo do cliente, mesmo depois de encaminhado para acompanhamento psicoterapêutico (ANIBAL, 2005).

### 3.5 Acompanhamento Psicoterapêutico

Trata-se de uma combinação de técnicas específicas, a Psicoterapia de apoio e a Psicoterapia de Esclarecimento, caracterizando a prevenção e/ou tratamento psicológico como um acompanhamento psicoterápico breve, focalizado na situação vital atual, na problemática emergente da pessoa e nos fatores desencadeadores e/ou nas consequências da crise.

O objetivo da Psicoterapia de apoio é: “A atenuação ou supressão da ansiedade e de outros sintomas clínicos, como meio de favorecer um retorno à situação de homeostase anterior à descompensação ou crise” (FIORINI, 1991, p. 51). A estratégia básica desta técnica é o estabelecimento de um vínculo terapêutico que encoraje, proteja e ao mesmo tempo oriente. A função do terapeuta é encorajar de forma diretiva.

Na Psicoterapia de esclarecimento o objetivo é “[...] desenvolver o paciente uma atitude de auto-observação e um modo de compreender suas dificuldades diversas do que é fornecido pelo senso comum. Isto é, mais próximo do nível se suas motivações e de seus conflitos” (FIORINI, 1991, p. 53).

Além dos objetivos envolvidos na Psicoterapia de Apoio, a Psicoterapia de esclarecimento alcança ou busca alcançar uma imagem global das inter-relações, centralizada em focos de compreensão, e se destina a clarificar a situação de crise. A estratégia fundamental desta técnica consiste no estabelecimento de relação de questionamento, cujo foco é o esclarecimento das conexões entre a biografia e a transferência de vínculos básicos agressivos para as relações atuais e sintomas (FIORINI, 1991).

Sobre a importância e o como ouvir ao paciente, sem dúvida alguma, é mais difícil ouvir do que falar; um ditado talmúdico diz que, se as palavras são prata, o silêncio é ouro. Aprender a ouvir um paciente é o maior desafio que enfrenta um psicoterapeuta. Quando este, no início da formação, pergunta ao supervisor o que

dizer ao paciente, é também para não seguir ouvindo. A tarefa terapêutica, para ser bem desenvolvida, exige que o terapeuta se abra ao discurso do paciente.

Mas, em geral, os psicoterapeutas são muito silenciosos, não dizem quase nada, só ouvem, não riem etc. Estas são as questões centrais nas psicoterapias: como ouvir, o que falar, quando falar, limites do tratamento, psicoterapias, com indicações claras e precisas, de como ouvir, ou de quando falar ao paciente. Toda tentativa, e muitas são feitas, de standardizar as psicoterapias, não são autoritárias e pouco terapêuticas. O ser humano precisar ser entendido, este é um dos objetivos terapêuticos. Aprender a ouvir é importante, pois só a partir daí - e não apenas da teoria acumulada - é possível entender a angústia, o sofrimento. O terapeuta que sabe muito sobre seu paciente pode, às vezes, não ouvir novas e decisivas dimensões que se abrem em uma sessão.

Ouvir, abrir-se ao outro, implica certa elaboração do seu narcisismo e tolerância com o sofrimento humano. Adotar uma atitude passiva, em atenção flutuante - atitude básica do terapeuta -, só lentamente é possível aprender.

Muitas vezes é mal entendida esta questão do silêncio, que passa a ser quase um valor em si mesmo. Às vezes, os pacientes se queixam dos longos e intermináveis silêncios dos terapeutas, e podem ter razão. Sigmund Freud não foi, pelos seus relatos e dos pacientes, um analista muito silencioso. De qualquer forma, há uma tendência geral em admitir que, nas psicoterapias, a atitude terapêutica é mais ativa que em um processo psicanalítico.

De qualquer maneira, a regra da associação livre é fundamental, até em pacientes que farão tratamentos bem curtos. Além disso, os atos falhos e, principalmente, os sonhos, seguem sendo a via régia para o inconsciente. Ao mesmo tempo, e aí vem a exigência de flexibilidade do terapeuta, é preciso dialogar, opinar e, às vezes, até aconselhar. Logo, nem sempre nas psicoterapias será possível a associação livre ou a atenção flutuante. Algum dia alguém tentará sugerir parâmetros e regras de todas estas situações, para (des)orientar os terapeutas.

### 3.6 Psicoterapia de Apoio, Fé, Recasamento, Família e Religião

Como escreveu a historiadora das religiões Karen Armstrong em seu livro 'Uma História de Deus' (1994), "parece que criar deuses é uma coisa que os seres humanos sempre fizeram. E, quando uma ideia religiosa deixa de funcionar para eles, simplesmente a substituem" (CAVALCANTE, 2007, p. 1).

Em algum momento, ainda na Idade do Gelo, o homem começou a tomar consciência de que vivia e, portanto, morria. Como é o único animal que sabe que vai morrer, teme a morte. Foi o início das religiões. [...] A vida em condições primitivas era obviamente frágil e assombrada pela mortalidade, mas, se homens e mulheres imitassem as ações dos deuses, dividiriam de alguma forma seu poder sobre a natureza. Foram então cunhados os rudimentos da ética. O homem precisou dela para livrar-se dos resquícios do bestialismo, como o incesto e o canibalismo, e poder viver em comunidades maiores (KLINTOWITZ, 2001, p. 3).

No início do século XX "[...] acreditava-se que quanto mais o mundo absorvesse a ciência e a erudição, menor seria o papel da religião. [...] No início do séc. XXI, o mundo continua inesperadamente místico" (KLINTOWITZ, 2001, p. 1).

Esta necessidade das pessoas:

[...] de crer em algo superior a si, move desde os primórdios verdadeiras caravanas de fiéis - sejam eles católicos, protestantes, islâmicos, etc. - em torno de dogmas, ideais e meios de vida enormemente contraditórios. Em nome da fé muitas pessoas se submetem a verdadeiras torturas ou cometem atrocidades inimagináveis sem contestar. São as provações e as penitências exigidas para a redenção. Alguns exemplos disso são as mulheres de religião islâmica, que se sujeitam à subserviência como se fossem inferiores aos homens; os autoflagelos, praticados por uma série de cristãos; ou os pagamentos de dízimos, que muitas vezes faz faltar o pão na mesa dos fiéis mais necessitados; ou ainda o extermínio de pessoas consideradas infiéis, como ainda acontece em certos pontos do globo. Mesmo assim as correntes religiosas continuam cada vez mais fortes (KLINTOWITZ, 2001, p. 53).

Conforme o mesmo autor, quando tudo caminhava bem na vida, as pessoas quase não sentiam necessidade de segurança de se aprofundar na fé. Todavia, hoje a violência vivida fez com que "[...] muitos fiéis, cada vez mais fervorosos na esperança de que uma ajuda dos céus venha proteger-nos" (KLINTOWITZ, 2001, p. 53).

Muitas religiões ‘criadas’ unem e separam os amigos, famílias, comunidades etc. que, pela força da fé, obedecem aos chamados ‘falsos profetas’. Muitas influenciam, controlando coletivamente as pessoas por meio de ensinamentos fora da realidade. Um exemplo, foi o caso do dia 11 de Setembro de 2001, quando a mando de um desses chefes religiosos – Osama Bin Laden – fiéis talibãs sequestraram quatro aviões americanos e fizeram ataques suicidas lançando-os contra as torres gêmeas, o pentágono e diz-se, lançariam também contra a Casa Branca.

Todas as religiões almejam ser, absolutamente, puras e, também, único instrumento de Deus (MARTIN; MARTY, 1998). Parece coisa de uma mente delirante – como o ‘caso Hitler’, por exemplo -, dos gênios do mal caricaturados nos cinemas ou nas histórias em quadrinhos.

Fanáticos cegos pela fé não ponderam, e obedecendo fielmente à cúpula de suas religiões, que muitas vezes cometem crimes que repercutem mundialmente. O sofrimento advindo por tais atos e as contradições características de cada religião é causa da falta de fé nas religiões. Por esse motivo as pessoas criam sua própria religião, por meio da qual mantêm contato sem intermediários com o divino.

Quanto ao papel da religião na psicoterapia, integrar dimensões religiosas durante a psicoterapia “[...] requer profissionalismo ético, alta qualidade de conhecimento e habilidades para alinhar as informações coletadas sobre as crenças e valores ao benefício do processo terapêutico” (PERES et al., 2007, p. 142)

Ser um professor de Deus:

[...] não significa necessariamente ser religioso ou crer em Deus, seja de que forma for. É necessário, pelo contrário, ensinar o perdão e não condenar, mas até nisto não é necessária uma coerência total, porque alguém que tenha chegado a este ponto pode, num só instante e sem utilizar a palavra, ensinar completamente o que é a salvação. Todavia, quem tenha aprendido tudo não precisa de um professor e quem está curado não precisa de um terapeuta. As relações continuam a ser o templo do Espírito Santo, e serão aperfeiçoadas no tempo e restauradas na Eternidade. A religião formal não tem lugar na psicoterapia, tal como não tem na religião. Neste mundo há uma surpreendente tendência para juntar palavras contraditórias num mesmo termo, sem que se consiga perceber a contradição (PERES, 2007, p. 11).

Nesse sentido, conforme Schucman (1975), querer formalizar a religião é uma intenção egóica, no sentido de reconciliar o irreconciliável. Para essa autora, a religião e a psicoterapia são calçadas na experiência até chegar às níveis mais altos, eliminando obstáculos, ambas se tornam uma. Deve-se a Deus o fato de aprender perdoar. Se o indivíduo não se conscientizar dessa realidade viverá o ódio e nada mais. Só quem vai perceber isso é o terapeuta, que deverá alertar seu paciente dessa realidade e ensiná-lo a perdoar (SCHUCMAN; 1975).

Conforme essa autora, a Consciência de Deus é que determina uma meta lógica para a psicoterapia. Essa consciência ocorre quando a psicoterapia for total, e se evidencia a verdade e o perdão, lembrando que não conhecer Deus é não possuir o conhecimento. É aí que o ódio se evidencia. O processo da psicoterapia é o retorno à serenidade.

É importante lembrar que ninguém consegue a tão sonhada serenidade sozinho: o professor e o aluno, o terapeuta e o paciente, juntos podem encontrar uma solução, mesmo que paliativa no início do tratamento. Só a verdadeira religião cura. Assim, a psicoterapia, para alcançar resultados positivos, deve se embasar na fé religiosa.



## 4 CONCLUSÃO

De forma geral, as pessoas discutem questões familiares tendo por base sua realidade. Embora a instituição 'Família' enseje aspectos positivos como, por exemplo: amor, apoio e solidariedade, podem ocorrer divergências que descentralizam a família. Consequente e simultaneamente ocorre a procura de contatos fora do círculo familiar como, por exemplo, primos, vizinhos, amigos, empregados etc.

Assim, o conteúdo afetivo das famílias empobrece por um lado e se renova de outro, por meio do recasamento e / ou reconstituição da família. Mas, seja qual for o tipo de família, geralmente prevalece sentimento de união e amor que reflete na educação, importância social e reputação e autoestima.

A família é uma Instituição considerada a célula *mater* da sociedade. Todas as denominações que caracterizam o modo de viver de uma coletividade, tribo, bando, Estado, etc. A família representa um instituto cultural e social que oferece às pessoas a oportunidade de viver bem em sociedade, preservar sua integridade física, espiritual ou imaterial. Essa oportunidade é uma necessidade natural e cultural do homem de socializar e se unir aos seus semelhantes.

Nessa direção, o que difere o homem dos outros animais é a capacidade de racionalizar e dotar de sentido tudo que o rodeia, assim, a família é muito mais que uma necessidade instintiva, é, sobretudo, uma realidade cultural.

A família formada fora de um casamento convencional, sempre foi recebida com severas críticas No ordenamento brasileiro, antes, não se reconhecia esta família como legítima. Como sempre se procurou proteger a família constituída formalmente, a união estável não era reconhecida pelo Estado, mesmo sabendo que sempre existiu a família informal no Brasil.

Com a CRFB de 1988, isso mudou, porque ela tratou de regulamentar o instituto da união estável, porém mesmo assim ainda deixou certo desconforto com relação à igualdade da família constituída legalmente.

O casamento religioso é um ato de mera tradição do homem, como já comentado sem efeitos civis em que muitos se consideram em paz com sua consciência para com Deus e dispensam a realização do casamento civil, assim claro está que é preciso levar em consideração a cultura, a fé e a credibilidade do homem no meio que vive.

A união entre homem e mulher casados apenas no religioso, tem efeito de relação concubinária, com amparo do Estado. Após a CRFB de 1988, houve um 'alargamento' no conceito de família, não mais considerando apenas como forma de sua constituição o casamento civil.

O conceito de casamento corresponde a um estágio paralelo ao do concubinato em que o casal sente-se marido e mulher, que mesmo não casados, sob os termos do casamento legislado (civil ou religioso com efeitos civis), vivem como casados fossem. Portanto, casamento é o vínculo jurídico estabelecido entre homem e uma mulher com intenção de constituir família dentro dos termos legais. O casamento realmente é a união entre um homem e uma mulher, criando também uma família, mas em desacordo com as regras legais, de forma espontânea, porém com todas as condições de se regularizar.

Acredita-se na necessidade de se aprender a ser marido, mulher, pai, mãe. É preciso aprender a viver em família, por que a família constitui o primeiro grupo social no qual o indivíduo começa a interagir.

Talvez um dos fatos que aumentaram o relacionamento extraconjugal, seja o fato de não haver o divórcio, motivo de inúmeros casais separados, desquitados, contraindo nova ligação de casamento, formando uma nova família, com filhos e até mesmo, ajudando-se mutuamente com relação à formação de patrimônios.

Os genitores, passar por uma enorme desordem psicossocial quando do rompimento conjugal. Muitos pais encontram dificuldades quando precisam se

afastar de seus filhos e não mais participar do desenvolvimento dos mesmos. Há também há a questão da pensão alimentícia, muitas vezes não conseguem cumprir a lei.

Ainda que a separação ou o divórcio sejam propostos como um processo não discutível, na verdade, os cônjuges cedem a esta espécie para não terem a causa da separação exposta, ou então por conta da celeridade do rito, mas na verdade estão sofrendo com o fato, pois os efeitos negativos do desenlace atingem, visivelmente, os filhos. Principalmente se esses forem ainda crianças, que em sua grande maioria, não possui estrutura psicológica para aceitar o fato 'família desfeita'.

Nestes casos, os filhos contribuem ainda mais para diminuir a autoestima dos seus pais. Impor a criança essa situação traumática a deixa insegura e a faz pensar que os genitores são no mínimo negligentes pelo fato do abandono. Essa situação confunde a criança/adolescente e acarreta em prejuízos em determinadas fases das suas vidas. Quando a criança é pequena, tem seu desenvolvimento escolar e social comprometidos. Quanto adolescentes, se opõe a troca de endereço, por que mudança de casa pode significar uma imposição a sua liberdade de escolha.

Acredita-se que ainda vai levar um bom tempo para que a sociedade aceite outro tipo de casamento que não seja o da família nuclear.

A resiliência familiar por meio de seções de terapia ajuda todos os componentes de toda e qualquer família a harmonizar o ambiente, por intermédio de soluções tanto paliativas quanto efetivas.

No decorrer do século XX, as políticas públicas e a moral-religiosa se esforçaram para conservar a familiar nuclear, também chamada de família tradicional. O Direito Cível solidificou a Vara da Família e estabeleceu regras rigorosas de funcionamento da família nuclear, ainda que ela tenha sofrido rupturas, como separação judicial, desquite ou divórcio. Podendo ser considerado que, separação entre pais, numa família nuclear, com reconhecimento oficial, é no Brasil, ato recente.

A organização da família, influenciada pelo cristianismo, segue a orientação de gênesis. “Por isso deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e se unirá à sua mulher: e serão dois numa mesma carne” (Gn 2,24). Essa passagem deixa explícito que a família tem sido considerada como algo sagrado em várias tradições religiosas. No cristianismo, a tradição dos evangélicos resgata a concepção da família nuclear como sagrada ao se reafirmar Gênesis 2,24 por meio da exortação:

“[...] o que Deus ajuntou que não o separe o homem”. Por esta razão, em muitos seguimentos - no ocidente – se resiste à separação, desquite ou divórcio e infidelidade na família nuclear.

Esta obstinação tem sido nitidamente verificada, sobretudo, na Igreja Católica Romana em que o casamento é um sacramento, mesmo que ela permaneça conservadora quanto aos seus dogmas no tocante a divórcio e recasamento, nota-se que transformações internas ocorrem quanto ao assunto em pauta. No Brasil foi criada a Pastoral de Casais em Segunda União em 1996 por Dom Amaury Castanho, Bispo Diocesano de Jundiaí, o qual informa que a implantação da Pastoral de Casais em Segunda União em tempo recorde se consolidou. A Diocese de Jundiaí, há cerca de cinco anos, atualmente está implantada ou em fase de implantação, aproximadamente em 60 Arquidioceses e Dioceses do Brasil. Muitos fiéis são contra esta atitude da igreja, uma vez que consideram que esta atitude contribuiu e contribui ainda para o processo do divórcio e do recasamento. Isso porque a igreja prega que as pessoas mantenham o casamento.

Outros seguimentos do cristianismo se empenham e pregam em prol da preservação da família nuclear, todavia não são contra o divórcio - alguns segmentos de forma irrestrita e outros com restrições. Cabe ressaltar que igrejas protestantes e evangélicas, aceita o ingresso de indivíduos recasados, principalmente se a causa do divórcio for adultério, tanto da parte do homem quanto da mulher. Esses indivíduos se tornam membros da comunidade e aceito o recasamento de seus membros, principalmente se for devido a adultério de uma das partes.

Geralmente, em quase todas as famílias recasadas existem pessoas que passaram pelo processo de divórcio. Para um acompanhamento sólido dessas famílias, torna-se imprescindível, estudar acerca das consequências – principalmente as emocionais - do divórcio sobre os membros da família.

Em relação aos motivos das separações, verifica-se que, dentre as causas antigas mais comuns estão: o abandono do teto matrimonial, o adultério, o alcoolismo, as brutalidades e a violência física. Já na atualidade, observa-se que o grande índice de separações ocorre devido a certa instabilidade advinda da vida moderna.

No seio cristão, provavelmente, a expectativa do casamento perfeito, que é um mito, seja um dos principais fatores que levam à separação, pois mitos de perfeição provocam cobranças exageradas das pessoas nos relacionamentos provocando uma pressão quase que insuportável. Em busca da perfeição - que todos sabem tratar-se de um mito, pois perfeito é só Deus - negam-se as diferenças, e como consequência surgem crises no relacionamento.

O maior motivo para a separação de casais repousa na incompatibilidade de gênios como, por exemplo, insatisfação sexual, falta de comunicação, falta de respeito, consciência dos direitos da mulher etc.

Por mais que na atualidade se ofereça ajuda profissional a casais em processo de separação, para amenizar conflitos – por meio de uma separação amigável - e possibilitar uma próxima união bem sucedida, o divórcio é um processo doloroso, que ocasiona consequências emocionais que devem ser tratadas por meio ajuda médica - terapias e remédios pertinentes. Ao que parece, geralmente as pessoas não se casam pensando em divórcio.

Para os filhos, principalmente para os mais novos, o divórcio é sem dúvida, uma experiência traumática, haja vista não conhecerem não conhecem outro mundo a não ser o da própria família. Pai, mãe, irmãos e irmãs são o universo em que vivem. Quando as crianças percebem os pais estão na evidência de se

separarem, entram em crise, as reações são as mais diversas possíveis, sentem-se perdidos, para eles seu 'mundo caiu'.

O choque é total, começam a tomar atitudes negativas como, por exemplo:

- Retraem-se, se isolando em seu quarto, alguns até se trancam;
- Falam por meio de monossílabas, e preferem pensar que estão sonhando, que nada daquilo é verdade;
- Começam a sofrer de depressão, a ansiedade e a tristeza;
- Cai a autoestima, se isolam e mal se alimentam;
- Sofrem de ataques de raiva, e começam a agredir as pessoas;
- Quebram todos seus brinquedos;
- Se menina, começa a maltratar suas bonecas;
- Brigam com seus irmãos e colegas de escola;
- Tornam-se 'fofoqueiros', jogando pai contra mãe e vice-versa.

Todas essas reações fazem parte de um processo de luto pelo qual a criança passa durante a separação, levando de um a dois anos para a superação. Somente nos últimos anos a sociedade começa a tolerar as pessoas separadas. No contexto da Igreja Católica, e mesmo em alguns seguimentos da Igreja Protestante no Brasil, tem sido difícil aceitar o novo casamento, o que ocasiona uma resistência em criar novos paradigmas familiares.

Finalizando, tem-se que o objetivo do presente estudo foi alcançado, pois se conseguiu, por meio de uma pesquisa bibliográfica apurada, elaborar uma minuciosa abordagem sobre uma das áreas fundamentais da Psicologia - a Psicoterapia de Apoio - enfatizando a sua influência na cura pela fé.

Quanto ao problema de pesquisa confirmou-se a hipótese, pois se constatou, pela pesquisa bibliográfica realizada, que a Psicoterapia de Apoio é uma

realidade, uma vez que o progresso da área pode ser confirmado tanto pelo aumento significativo de literatura nacional e estrangeira relativa ao tema como pela frequência crescente e importância dos congressos científicos da área no Brasil e no exterior.

Para uma próxima abordagem sobre o assunto em pauta, recomenda-se a seguinte temática: 'Relação entre Dificuldades de Aprendizagem e Psicoterapia de Apoio', assunto aqui não abordado por fugir ao objetivo da pesquisa, mas que, certamente agregará valor significativo ao aqui explorado e exposto.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.) **Família: redes laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2007.
- ALDERFER, Clayton R. Toward and understanding of equity. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 1963.
- ALEXANDER, Franz; FRENCH, Thomaz. M. **Terapeutica psicoanalítica: princípio Y aplicacion**. Buenos Aires: Paidós, 1956.
- ALMEIDA, Ângela Mendes. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro/RJ: Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho; MAHONEY, Abigail Alvarenga. (Orgs.). **Henri Wallon: psicologia e educação**. 3. ed. São Paulo/SP: Loyola, 2007.
- ALMEIDA, Sheila. Entendendo as famílias do século XXI. In: Portal Religari, 2007. 5f. Disponível em: <<http://www.religare.com.br/blog/entendendo-as-familias-do-seculo-xxi>>. Acesso em: 5 ago. 2015.
- ALVES, Rubem. **Variações sobre a vida e a morte**. São Paulo/SP: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Protestantismo e repressão**. São Paulo/SP: Ática, 1979.
- AMARAL, F. **Direito Civil**. 5. ed. Revista, atualizada e aumentada. Renovar. Rio de Janeiro. Brasil, 2003.
- AMARAL, Vera Lúcia de. Psicologia da educação: aula 14. In: **Programa Universidade a Distância Unidis-Grad**. 2015, 20f. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia\\_PAR\\_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia\\_Educacao/Psi\\_Ed\\_A14\\_J\\_GR\\_20112007.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A14_J_GR_20112007.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2015.
- ANDOLFI, Maurizio. **Por trás da máscara familiar**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1984.
- ANÍBAL, Silveira. **Introdução à psicoterapia**. São Paulo: USP, 2005.
- AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 14. ed. São Paulo/SP: Summus, 2008.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981.
- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS SEPARADOS DE FLORIANÓPOLIS (APASE) (2008). Disponível em: <[www.apase.com.br](http://www.apase.com.br)>. Acesso em: 30 jun. 2015.



AZEVEDO, Dalila. **Crianças, filhos de pais separados**. 1 v. 188p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Educação 01/05/1992. Disponível em: <[www.cnpq/bancodeteses.html.br](http://www.cnpq/bancodeteses.html.br)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BACICH, Alexandre Z. **Manual de teologia**. São Paulo/SP: Virtualbooks, 2000.

BALLONE, Geraldo J. O casamento. 2003. In. **PsiquWeb**. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone/familia/casamento.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

BECK, Judith. **Terapia cognitiva: teoria e prática**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1997.

BENCINI, Roberta. **Como atrair os pais para a escola**. (2003). Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/como-atrair-pais-escola-423311.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

BENGHOZI, Pierre. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro/RJ, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010356652005000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652005000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**. 5. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2006.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **A evolução da instituição familiar no direito brasileiro**. (1997). Disponível em: <<http://www.orbita.starmedia.com/jurifran/ajfam.html>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

BLEGER, José. A entrevista psicológica. Seu emprego no diagnóstico e na investigação. In: **Temas de Psicologia**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1980.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta; CAVENAGHI, Suzana. Arranjos Familiares “não canônicos” no Brasil. VII In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990, Caxambu, **Anais...** Belo Horizonte/MG: ABEP, 1990.

BLANCO, Sandra. Casamento e divórcio. In: **Portal DJ para Casamento**, 2014, 3f. Disponível em: <[http://www.djparacasamento.com.br/Casamento\\_e\\_divorcio.asp](http://www.djparacasamento.com.br/Casamento_e_divorcio.asp)>. Acesso em: 8 ago. 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2009.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

BRAMBATTI, Fabiana Fagundes. A importância da família na educação de seus filhos com dificuldades de aprendizagem escolar sob a ótica da psicopedagogia. In: **Revista de Educação do Instituto do Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU)**, v. 5, n. 10, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/201\\_1.pdf](http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/201_1.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2015.

BRANDÃO, Débora. **Guarda compartilhada**: só depende de nós. Revista IMES, jul./dez. 2002, p. 75 a 82. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_direito/article/viewFile/696/542](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/viewFile/696/542)>. Acesso em: 8 ago. 2012.

BRASIL, Lei 8069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e de Adolescente**. 3. ed. Blumenau, 2007.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do Direito de Criança e Adolescentes à convivência Familiar e Comunitária. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília/DF: Conanda, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília/DF: MDS/SNAS, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria De Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN - 1997)**. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. **Código Civil**. 49. ed. São Paulo/SP: Saraiva, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Lei n. 9, 394. **DOU** de 20/12/1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **DOU** de 16 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988. **DOU** de 5 de janeiro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.515. **DOU** de 26 de dezembro de 1977.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.478. **DOU** de 25 de julho de 1968.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.841 - Código de Águas Minerais. **DOU** de 8 de agosto de 1945.

BRENNER, Charles. **Noções básicas de psicanálise**: introdução à psicologia psicanalítica. 5. ed. São Paulo/SP: Imago, 1987.

BRITO, Eurípedes P. **Interação dos ritos e símbolos cristãos com a Terapia narrativa no acompanhamento pastoral da família recasada**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2005.

BRITO, Leila Maria Torraca de. (Org.) **Temas de psicologia jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. **Rumos e rumores da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro/RJ, EDUERJ, 1999.

BRUN, Gladis. **Bem-me-quer, mal-me-quer**: retratos do divórcio. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001.

BUMPASS, Larry L.; SWEET, James; MARTIN, Teresa Castro. Changing patterns of remarriage. **Journal of Marriage and The Family**. v. 52, aug., 1990.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo/SP: UNESP, 1992.

CALLIGARIS, Contardo. As crianças do divórcio. In: **Folha de São Paulo**, 26 out. 2000, 1f. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2610200030.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

CAMARGO, Denise de. **As emoções no processo de aprendizagem**. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, 1997. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/6882763.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/6882763.html)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CANO, Débora Staubb et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Revista Psicologia e Reflexão Crítica**, Porto Alegre/RS, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n2/a07v22n2.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CAPELLATO, Ivan Roberto. **Educação com afetividade**. Fundação Educar Dpaschoal. São Paulo/SP, 2008.

CAPETINI, Danielle Cristine Lima. **Reflexo da família na sociedade contemporânea brasileira**. Monografia - Universidade Cândido Mendes, 33f., Rio de Janeiro/RJ, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/3/DANIELLE%20CRISTINE%20LIMA%20CAPETINI.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CARDOSO, Carla Sofia. **Áreas de Intervenção**: o que é a Psicoterapia de Apoio: 2015,3f. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/psicoterapiadeapoio/Home/areas-de-intervencao-1>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínio da história**. Rio de Janeiro/RJ: Campus, 1997.

CARRENHO, Esther. CARRENHO, Esther. **A psicoterapia tira alguém da Igreja?** 2005, 2f. Disponível em: <<http://mulhertotal-carol.blogspot.com.br/2008/11/minha-psicologa.html>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ressurreição interior**: celebrando a alegria de viver. São Paulo/SP: Vida, 2002.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo/SP: EDUZ/Cortez, 2002.

CARVALHO NETO, Paulo de. **Folclore e educação**. São Paulo/SP: Forense, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade - a era da informação**: economia, sociedade, cultura. São Paulo/SP: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Políticas sociais e famílias. **Libertas**, Juiz de Fora/MG, v. 8, n. 2, p. 111-128, jul./dez., 2008.

CAVALCANTE, Rodrigo. Javé: A invenção de Deus. In: **Portal do Estudante**, 2007, 3f. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/jave-invencao-deus-435657.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

CAZELLI, Luiza Helena P. A importância da integração escola-família no processo pedagógico. In: **Portal da Escola Presbiteriana Erasmo Braga**, 2011. Disponível em: <<http://celeopoldinadasilveira.blogspot.com.br/2011/05/importancia-daintegracao-escola.html>><<http://www.erasmobraga.com.br/artigos/a-importancia-da-integracao-escola-familia-no-processo-pedagogico>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. 34. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CERVENY, Ceneide Maria de O. (Org.). **Família**: comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, religião e drogadição. São Paulo/SP: Casa do Psicólogo, 2004.

CERVENY, Ceneide Maria de. **A família como modelo**: desconstruindo a patologia. São Paulo/SP: Psy II, 1994.

CHARNY, Israel. **Amor e ódio no casamento**. 2012, 6f. Disponível em: <<http://dejajr.spaceblog.com.br/12/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

COLEÇÃO NOSSO SÉCULO. v. 1. São Paulo/SP: Abril, 1980.

COLEMAN, Marilyn; GANONG, Lawrence; FINE, Mark. Reinvestigating remarriage: another decade of progress. **Journal of Marriage and the Family**, v. 62, n. 4, p. 1289-1307, 2000.

Consultora de Relacionamento Amoroso e Interpessoal. **Centro de Desenvolvimento Pessoal Golden Years**. Disponível em: <[www.goldenyears.com.br](http://www.goldenyears.com.br)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

CORDIOLI, Aristides Volpato. **Psicoterapias: abordagens atuais**. 2. ed. Porto Alegre/RS, Artes Médicas, 1997. Cap. 13, p. 159-170.

CORREA, Marcia Moraes. **A família e suas implicações na aprendizagem do sujeito**. 2011, 5f. Disponível em: <<http://marciamoraescorrea.blogspot.com.br/2011/05/familia-e-suas-implicacoes-na.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

COSTA, Luzia Stecanela. A contribuição do psicopedagogo institucional para as reuniões de pais promovidas pela escola. In: Portal **Só Pedagogia**, 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/reuniaodepais/index.php?pagina=1>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

COSTA, Juliana Monteiro; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 3, p. 72-87, 2012.

DANTAS, Heloysa. **A infância da razão**. São Paulo/SP: Manole, 1990.

DELVAN, Josiane da Silva; RAMOS, Maria Cecília; DIAS, Morgana Brocardo. A psicologia escolar/educacional na educação infantil: o relato de uma experiência com pais e educadoras. **Psicol. Teor. Prat.**, v. 4, n. 1, p. 49-60, 2002. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151636872002000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872002000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 4 ago. 2015.

DE SINGLY, François (Dir.) La Famille. L'état des savoirs. **Editions la découverte/Textes à l'appui serie sociologie**. Paris, 1991.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A Ética na educação infantil: o ambiente sócio moral na escola**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1998.

DUMAS, C; BALIEIRO, C.R.B. **Família reconstituída: uma revisão bibliográfica da literatura**. Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica – Psicoterapia Familiar e de Casal de Orientação Sistêmica – Narrativa - Universidade Paulista Campus Ribeirão Preto/SP, 2012. Disponível em: <<http://www.abratef.org.br/backup-2012/anaiscongresso2012/includes/theme/06/work/28.html>> Acesso em: 11 ago. 2015.

FANTE, Cleodelice Aparecida Zonato. **Fenômeno bullying**. São Paulo/SP: Verus, 2005.

\_\_\_\_\_. **O fenômeno bullying e as suas consequências psicológicas**. 2011, 4f. Disponível em: <<http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl84.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 44-50, 2000.

FERRAZ FILHO, Abílio. Adílio. **Relacionamentos e limites na família moderna**. Rio de Janeiro/RJ: UCAM, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba/PR: Positivo, 2004.

FERREIRA, Cláudia Puget; ANEQUIM, Fabiola Carmanhanes; BINO, Valéria Cristina P. Alves. **Importância da integração escola-família no processo pedagógico**. Monografia, 2009. p. 2. UNITINS/TO. Disponível em: <<http://monografias.com/trabalhos3/integração-escola-familia/integração-escola-familia2.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

FIALHO, Valdete. **O papel do orientador educacional frente à violência escolar: o caso do bullying**. Rio de Janeiro/RJ: Universidade Cândido Mendes, 2010, 41f. Disponível em: <[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/C205269.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C205269.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FIORINI, Hector J. **Teoria e técnica de psicoterapias**. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1991.

FREITAS, Marcos César. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2 ed. São Paulo/SP: Contexto, 1998.

GAMACHE, Susan. Confronting nuclear family bias in stepfamily research. **Marriage and Family Review**, v. 26, n. 1-2, p. 41, 1997.

GODÓI, Christiane Kleinübing. Retomando o tema da motivação nas organizações: contribuições da teoria psicanalítica do cognitivismo. In: **ENANPAD: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, n. 26, 2002.

GOKHALE, Suresh B. A família desaparecerá? In: **Revista Debates Sociais**, n. 30, a. 16, Rio de Janeiro/RJ, CBSSIS, 1980.

GOMES, Cristina I. **O sintoma da criança e a dinâmica do casal**. São Paulo/SP: Escuta, 1998.

GOMES, Isabel Cristina; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 8, n. esp., p. 3-9, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa02.pdf#search=%22casamento%20e%20fam%C3%ADlia%20%22>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

GOMES, Monica Araujo; PEREIRA, Maria Lucia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2. Rio de Janeiro/RJ, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielosp.org>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

GRAY, John. **Homens são de Marte, mulheres são de Vênus**. São Paulo/SP: Rocco, 1992.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia institucional**. 15. ed. São Paulo/SP: EPU, 2004.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**: perspectivas. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

HACK, Soraya Maria Pandolfi Koch; RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. Adolescência e Divórcio Parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro/RJ, v. 22, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a06v22n1.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

HACKNER, Isabel Telmo. **A manutenção da parentalidade frente à ruptura da conjugalidade**, v. 1, 140p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Psicologia, 01/03/2003. Disponível em: <[www.cnpq/bancodeteses.html.br](http://www.cnpq/bancodeteses.html.br)>. Acesso em: 28 mai. 2015.

HALES, Robert E.; YUDOFKY, Stuart C.; GABBARD, Glen O. **Tratado de psicologia clínica**. 5. ed. Porto Alegre/RS, 2012.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para administradores de empresas**. São Paulo/SP: EPU, 2001.

INÁCIO, Sandra Regina da Luz. **Bullying**: a síndrome da humilhação. 4f. Disponível em: <<http://www.projetodiario.net.br/bullying-a-sindrome-da-humilhacao>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

INEM, Clara; BAPTISTA, Marcos. (Orgs.). **Toxicomanias**: uma abordagem clínica. Rio de Janeiro/RJ: NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

KALINA, Eduardo; GRYNBERG, Halina. **Aos pais de adolescentes**: viver sem drogas. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 2002.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família brasileira**: a base de tudo. 8. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2008.

KLINTOWITZ, Jaime. Um povo que acredita. In: **Revista Veja**, São Paulo/SP, ed. 1731, n. 50, dez. 2001, p. 124-129.

KNOBEL, Maurício. **Psicoterapia breve**. São Paulo/SP: EPU, 1986.

KOTZIAS, Mariana Vieira Santos. Família reconstituída. **Movimento - Instituto e Clínica Sistêmica de Florianópolis**, junho de 2002.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. São Paulo/SP: Scipione, 1989.

KUSNETZOFF, Juan Carlos. **Introdução à psicopatologia psicanalítica**. 8. ed. São Paulo/SP: Nova Fronteira, 1982.

LA TAILLE, Yves. (Org.) **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo/SP: Summus, 1992. p. 75-84.

LAVINAS, Lena. O gênero feminino e suas particularidades. **Revista SEBRAE**, n. 8 – março/abril de 2003.

LEAL, Maria Cristina; MATOS, Maurílio Castro de; SALES, Mione Apolinário. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo/SP, Cortez, 2004.

LE GALL, Didier; MARTIN, Claude. L'instabilité conjugale et la reconstitution familiale, p. 58-66. In. DE SINGLY, François (Dir.) **La Famille. L'état des savoirs**. Editions la découverte/Textes à l'appui serie sociologie, Paris, 1991.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Essais de théodicée**. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

LEPRE, Rita Melissa. Desenvolvimento moral e indisciplina na escola. **Nuances**, Presidente Prudente/SP, v. 5, p. 64-120, 1999.

LEVIN, Irene. The stepparent role from a gender perspective. **Marriage and Family Review**, v. 26, n. 1-2, p. 177, 1997.

LIMA, Eliete Maria de. **A proteção social no âmbito da família**: um estudo sobre famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em serviço social. UFSC, 2006.

LIMA, Líbia Márcia de Souza. **A relação família escola**. Monografia, 2005, 33f. Rio de Janeiro/RJ, Universidade Cândido Mendes. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/6/LIBIA%20MARCIA%20DE%20SOUZA%20LIMA.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

LIMA, Raymundo. *Bullying*: uma violência psicológica não só contra crianças. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 43, p. 1-2, dez., 2004.

LISBOA, Lívia Danielle da Silva Peres. **O papel do professor no processo de ensino- aprendizagem**. Monografia, 44f. Fortaleza/CE, FALC, 44f. Disponível em: <[www.fbvcursos.com.br/online/aluno/trabalhos/138214405688.docx](http://www.fbvcursos.com.br/online/aluno/trabalhos/138214405688.docx)>. Acesso em: 31 jul. 2011

LOBO, Cristina. Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000). **Revista Sociologia**, n. 48, maio 2005, p. 91-114. Disponível em: <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_isoref&pid=S0873-5292005000200007&lng=pt](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0873-5292005000200007&lng=pt)>. Acesso em: 24 jun. 2015.

LOPES NETO, Aramis A. **Bulliyng**. (2005a). Disponível em: <[www.abrapia.com.br](http://www.abrapia.com.br)>. Acesso em: 19 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. *Bullying* - comportamento agressivo entre estudantes. **J. Pediatr.**, Rio de Janeiro/RJ, v.81, n.5, Suplemento. Porto Alegre, nov. 2005b.

LUCAS, Graciela Lima de. Guarda compartilhada – benefícios experimentados pelas crianças. Monografia, 45f. Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em:



<[www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K211051.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K211051.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2015.

LUBORSKY, Lester; SINGER, B.; LUBORSKY, L. Comparative studies of psychotherapies: is it true that everyone has won and must have all prizes? **Arch Gen Psychiatry**, n. 32, p. 995-1008, 1975.

MALDONADO, Maria Tereza. **Comunicação entre pais e filhos**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem e afetividade: leituras psicológicas da construção do conhecimento. **AEC: Revista de Educação**, n. 91, a. 23, p. 37, abr./jun. 1994.

MARCONDES, Glaucia dos Santos. **Eternos aprendizes**: o vínculo paterno em homens separados e descasados de camadas médias. Campinas/SP, 184f., 2006a. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_760.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_760.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. As famílias reconstituídas por segundas uniões: um olhar sobre as dinâmicas de gênero na organização do cotidiano familiar. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos**, Florianópolis/SC, 2006b. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Glaucia\\_dos\\_Santos\\_Marcondes\\_38\\_B.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Glaucia_dos_Santos_Marcondes_38_B.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2015.

MARTIN MARTY, David Guinn; LARRY Greenfield. **To speak and be heard**: principles of religious civil discourse. Chicago: The Park Ridge Center, 1998.

MASLOW, Abraham Harold. A theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, 1943.

\_\_\_\_\_. **Motivation and personality**. Nova York - EUA: Harper e Row, 1954.

MAZIA, Edna de Souza. Guarda Compartilhada: evolução e aspectos jurídicos no moderno Direito de Família. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 158-180, 2004.

McGOLDRICK, Monica; CARTER, Betty. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre/RS: Artmed, 2001.

MELO, Vladimir. **Estágios e mudanças no ciclo de vida familiar**. 13 slides. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/vladimirmelo1/estgios-e-mudanas-no-ciclo-de-vida-familiar>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

MELLO FILHO, Julio de. **Concepção psicossomática**: visão atual. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro, 1988.

MÉSZÁROS, Istán. **A educação para além do capital**. São Paulo/SP: Boitempo, 2005.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1990.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. Família e serviço social - contribuição para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 55, a. 18, São Paulo/SP: Cortez, novembro 1997.

MONSANTO, Marcos Ferreira. **A influência da religião cristã na preservação da Instituição casamento**. Rio de Janeiro/RJ: UCAM, 2005.

MONTANDON, Cléopâtre; PERRENOUD, Philippe. **Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?** Paris: Peter Lang, 1987, p. 49-87.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: direito de família**. 37. ed. v. II. São Paulo/SP: Saraiva, 2004.

MORAIS, Cláudia. **Famílias reconstituídas**. (2011). Disponível em: <<http://www.apsicologa.com/2008/04/familias-reconstituídas.html>> Acesso em: 24 jun. 2015.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Guarda compartilhada: novas soluções para novos tempos. **Direito de Família e Ciências Humanas - Cadernos de Estudos Brasileiros**. São Paulo/SP: Jurídica Brasileira, n. 3, p. 79-96, 2002.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo/SP, Brasil, 1600-1900**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2001.

NICHOLS, Michael; SCHWARTZ, Richard. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Brasil. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.

NOGUEIRA, Maria Aparecida. **O relacionamento familiar e as dificuldades de aprendizagem escolar de alguns de seus membros**. Monografia. Rio de Janeiro/RJ. Universidade Cândido Mendes, 2005, 100f. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/3/MARIA%20APARECIDA%20NOGUEIRA.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

OLIVEIRA, Jelson. **O casamento das sementes**. (2003). Disponível em: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=139&eid=128>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Homens e anticoncepção: um estudo sobre duas gerações masculinas das 'camadas médias' paulistas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte/MG: ABEP, 2000.

OLIVEIRA, M. K.; TRENTO, D. e REGO, T. (Orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo/SP: Moderna, 2002. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur23/valeria.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

PAIM, Maria de Fátima José. **Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus: Inserção da mulher catalana no espaço público**, 1996.

PARO, Vitor H. **Escritos sobre educação**. São Paulo/SP: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. **Qualidade de ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo/SP: Xamã, 2000.

PEDROZO, Michelle Klaumann. As intervenções do psicopedagogo na relação escola-família. In: Portal **Escola e Mediação - psicologia e psicopedagogia**, set., 2014. Disponível em: <<http://psicopedagogiacuritiba.com.br/intervencoes-psicopedagogo-na-relacao-escola-familia/>>. Acesso em 30 jul. 2015.

PEREIRA, Camila. A redenção dos nerds. In: **Revista Veja**, ed. 2050, a. 41, n. 9, de 5 de março de 2008, p. 102-105.

PEREIRA, Paula. A nova família. In: **Revista Época**. Reportagem de capa. 2014. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR61952-6014,00.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

PEREIRA, Tânia da Silva. **O melhor interesse da criança**. Rio de Janeiro/RJ: Renovar, 2000.

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra, v. 4. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1991.

PERES, Julio Fernando Prieto et al. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Rev. Psiq. Clín.** 34, supl. 1; p. 136-145, 2007.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: Imitação, jogo, sonho, imagem e representação. de jogo. 5. ed. São Paulo/SP: Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1998.

PINELLI, Antonella. (Org.) **Gênero nos estudos de população**. Campinas/SP: ABEP, Coleção Demographicas, 2004, p. 55-98.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo, 2003.

**Portal Educação**. Histórico da psicoterapia. 2012, 2f. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/16769>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

PORTAL POSTHAUS. (2015, p. 1). Disponível em: <<http://www.geocities.ws/seijirovix/TextosCasamento/avidaadois.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

PORTAL TEOLOGIA PASTORAL SJRP. **Definição de teologia**. Disponível em: <<https://teologiapastoralsjrp.wordpress.com/2012/03/28/definicao-de-teologia/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PRADO, Luiz Carlos (Org.). **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1996.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo/SP: Contexto, 2000.

PROCÓPIO, Keila Rosa. **Emancipação feminina na área profissional nos últimos 10 anos em Itumbiara**. Universidade Estadual de Goiás (s/n), 2004.

PUCCI, Pedro Henrique Holanda; OLIVEIRA, Renata Grangeiro de. Breve estudo sobre o instituto do casamento inexistente. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a 10, n. 790, 1 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7228>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

RACY, Andréa; VIEIRA, Patrícia. A importância do meio familiar no processo de aprendizagem da criança. In: **Pedagogia ao Pé da Letra**, 9 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.mundinhodacrianca.net/2012/09/a-importancia-do-meio-familiar-no.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

RECHE, Carlos Eduardo; SILVA, Henrique Alvarenga da. Avaliação das razões de sucesso na psicoterapia cognitiva. **Rev. Bras. Psiquiatr**, v.25, n.1, p. 56-57, 2003.

REGEN, Mina. **Instituição família**. 2007. Disponível em: <<http://www.entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Institui%C3%A7%C3%A3o%20Fam%C3%ADlia.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. A instituição família e sua relação com a deficiência. In: **Revista do Centro de Educação**, n. 27, 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

REMIÃO, Maria Amazilda Toscano. **Vida adulta de filhos de pais separados: uma abordagem psicossocial de percepções e de sentimentos**. Porto Alegre/RS: Martins Fontes, 1994.

RESTREPO, Luis Alberto. **Itinerário e formas da teologia**. São Paulo/SP: Paulinas, 2000.

REYZÁBAL, Maria V. **A comunicação oral e sua didática**. São Paulo/SP: EDUSC, 1999.

RIGO, Rosangela Maria dos Santos. **Escola e família: uma relação de ajuda na formação do ser humano**. Artigo, 2006. Disponível em: <[www.recantodasletras.uol.com.br](http://www.recantodasletras.uol.com.br)>. Acesso em: 1º ago. 2015.

RIVAS, Maria Fernanda. **El visitante, una nueva mirada al padre em los casos de familia**. Argentina: Encuentros, v. 4, p. 29, 1995.

SAMARA, Eni Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo/SP: Marco Zero e Séc. Estado da Cultura, 1989.

SANTOS, Fabiani; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. Afetividade: abordagem no desenvolvimento da Aprendizagem no ensino Fundamental – uma contribuição teórica. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 3, n. 1, 17f., 2012.

SANTOS, Fernando Tadeu. Grandes pensadores - Henri Wallon. **Revista Nova Escola**, n. 160, março de 2003, p. 30-31.

SANTOS, Ivanilde Moraes de; LIMA, Ronilda Silva. **Gestão pedagógica estratégica: motivação para a aprendizagem**. Artigo, 2003, 9f. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAAahUKEwjFolHel4zHAhXDGB4KHfWRDa8&url=http%3A%2F%2Fmoodle3.mec.gov.br%2Fufmt%2Ffile.php%2F1%2Fmoddata%2Fdata%2F850%2F1115%2F2094%2FGESTAO\\_PEDAGOGICA\\_ESTRATEGICA\\_MOTIVACAO\\_PARA\\_A\\_APRENDIZAGEM.doc&ei=ufy-VYXgCcOxePWjtvGK&usg=AFQjCNHQn-tpkpbNo71UWOkvxfPuASglnw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAAahUKEwjFolHel4zHAhXDGB4KHfWRDa8&url=http%3A%2F%2Fmoodle3.mec.gov.br%2Fufmt%2Ffile.php%2F1%2Fmoddata%2Fdata%2F850%2F1115%2F2094%2FGESTAO_PEDAGOGICA_ESTRATEGICA_MOTIVACAO_PARA_A_APRENDIZAGEM.doc&ei=ufy-VYXgCcOxePWjtvGK&usg=AFQjCNHQn-tpkpbNo71UWOkvxfPuASglnw)>. Acesso em: 1º ago. 2015.

SCHAEFER, Eberhard S. Children's reports of parental behavior: an inventory. **Child Dev**, n. 36, p. 413-24, jun. 1965.

SCHUCMAN, Helen. **A course in miracles**. Tiburon, California: Foundation for Inner Peace, Inc., 1975.

SENA, Cezar. **A relação afetiva professor e aluno e suas implicações para a aprendizagem**. 2015, 3f. Disponível em: <[http://www.portaleduka.com.br/materia/formacao\\_docente/aprendizagem/a-relacao-afetiva-professor-e-aluno-e-suas-implicacoes-para-a-aprendizagem](http://www.portaleduka.com.br/materia/formacao_docente/aprendizagem/a-relacao-afetiva-professor-e-aluno-e-suas-implicacoes-para-a-aprendizagem)>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SILVA, Ana Carla Marques da. **Os malefícios do álcool na estrutura familiar**. Monografia, Universidade Cândido Mendes, Linhares/ES, 2011, 39f. Disponível em: <[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/posdistancia/34388.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/34388.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

SILVA, Willian. **Fé e ciência: opostos ou complementos?** (2015, 2f). Disponível em: <<http://williambh.blogspot.com.br/2007/06/f-e-cincia-opostos-ou-complementos.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SIQUEIRA, Mara Lúcia Gonçalves Leite. **O desenvolvimento humano e cognitivo de cada criança**. Monografia, Universidade Cândido Mendes. Iturama/MG, 2007, 54f. Disponível em: <[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/posdistancia/36871.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/36871.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

SKOLNICK, Arlene; SKOLNICK, Jerome. **Family in transition**. New York: Longman, 1996.

SOIHET, Raquel. Pisando no “sexo frágil”. **Nossa História**, a. 1, n. 3, jan. 2004.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olivia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.

STEWART, Susan D. The effect of stepchildren on childbearing intentions and births. **Demography**, v. 39, n. 1, february, 2002.

STOLBERG, Arnold L.; ULLMAN, Ann. J. Assessing dimensions of single parenting: the single parenting questionnaire. **Journal of Divorce**, n. 8, p. 31-45, 1983.

STRECK, Valburga Schmiedt. **Terapia familiar e aconselhamento pastoral, uma experiência com famílias de baixos recursos**. São Leopoldo/RS: Sinodal. 1999.

STREY, Marlene Neves et al. (Orgs.). **Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas**. São Paulo/SP: EdPUCRS, 2012.

STRICK, Corinne; SMITH, Lisa W. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2001.

SZELBRACIKOWSKI, Adriane Correa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 12, n. 1, p. 33-40, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a04.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

SZPILKA, Jaime; KNOBEL, Mauricio. Acerca de la psicoterapia breve. **Acta Psicol. Amér. Lat.**, v. 14, n. 2, p. 116-123, 1968.

TESHEINER, José Maria Rosa. Casamento nulo! Reflexões sobre a teoria das nulidades em matéria de casamento. In: **Revista Jurídica**, n. 265, p. 5, 2000.

TERUYA, Marisa Tyara. **A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas históricas**. FAPESP, 2000, 25f. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

THÉRY, Irene. Le CUS en question. **Esprit**, outubro de 1997.

THOMAZ, Rafael Ferreira. **O que é teologia?** abr. 2005, 5f. Disponível em: <<http://ministorafaeltomaz.blogspot.com.br/2013/04/o-que-e-teologia.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

TIBA, Içami. **Disciplina na medida certa**. São Paulo/SP: Gente, 1999.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; ASSIS, Orly Zucatto Mantovani. A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo/SP, v. 32, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022006000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jul. 2015.

TRAVIS, Susan. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica de amento**. Tese de Mestrado - PUC/Rio, Rio de Janeiro/RJ, 2003, v. 3, 147f. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9916776\\_03\\_completo.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9916776_03_completo.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2015.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais, identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 1994.

VALENTE, Nelson. **História das psicoterapias e da psicanálise**. Cap. I/I. 2012. Disponível em: <[https://pt.wikisource.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_das\\_Psicoterapias\\_e\\_da\\_Psican%C3%A1lise/I/I](https://pt.wikisource.org/wiki/Hist%C3%B3ria_das_Psicoterapias_e_da_Psican%C3%A1lise/I/I)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

VEIGA, Mariane Teresinha Zanotto da; WEIDUSCHAT, Iris. A afetividade no processo ensino-aprendizagem. **Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG**, v. 2, n. 6, p. 19-22, jul./set. 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. v. 6 - Direito de Família. 10. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2001.

VILANOVA, Evangelista. **Historia de la teología cristiana**. Herder, Barcelona 1992.

VISHER, Emily B.; VISHER, John S. **Old loyalties, new ties: therapeutic strategies with stepfamilies**. New York: Brunner, 1998.

WALLERSTEIN, Judith. S.; KELLY, Joan. B. **Surviving the Breakup: how children and their parents cope with divorce**. Nova York: Basic Books, 1980.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2008.

WINNICOTT, Donald Woods. **Tudo começa em casa**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1993.

ZAGURY, Tania. **Limites sem trauma**. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001.

ZANELLI, José Carlos; ANDRADE, Jairo Eduardo Borges; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2004.

## **ANEXO**



## **ANEXO 1 – FAMÍLIAS RECONSTRUÍDAS**

### **FAMÍLIAS RECONSTITUÍDAS**

As famílias reconstituídas enfrentam, como já tive oportunidade de referir aqui, mais dificuldades do que os casais que se juntam pela primeira vez. Dada a complexidade das relações, estas famílias podem precisar de quatro a sete anos para se adaptarem. Trata-se, portanto, de um processo gradual e que envolve algumas dificuldades específicas. Assim, um dos requisitos para que estas famílias alcancem a estabilidade emocional consiste em reconhecer que estas dificuldades são “normais” e devem ser encaradas como desafios. Pelo contrário, se um casal ignorar as especificidades do seu novo modelo familiar, e fizer comparações entre a sua família e as famílias nucleares características dos primeiros casamentos, tenderá a sentir-se frustrado e incapaz de resolver os problemas.

É possível até falar-se num ciclo de vida próprio destas famílias:

#### **O PRIMEIRO ANO (OU ANO E MEIO)**

Constitui o período mais crítico dos segundos casamentos – cerca de 25% dos casais separam-se nesta altura. Num segundo casamento os membros do casal não estão sozinhos, pelo que a adaptação é mais complexa. Algumas pessoas sentem-se mesmo impotentes para enfrentar tantas mudanças ao mesmo tempo. No entanto, é possível encarar estes desafios de forma positiva: quanto mais unidos os membros do novo casal estiverem, mais facilmente enfrentarão os problemas. Além disso, a resolução de cada dificuldade tenderá a reforçar os laços e a família reconstituída sentir-se-á cada vez mais integrada.

Um dos desafios desta fase consiste em lutar contra as expectativas irrealistas – se o casal estiver à espera de formar uma família igual às famílias nucleares (primeiro casamento), é natural que surjam frustrações. As famílias reconstituídas enfrentam problemas específicos e é preciso reconhecê-lo.

Esta fase também é propícia ao aparecimento de situações delicadas, em que o cônjuge que tem filhos é pressionado no sentido de tomar partido nas discussões entre o novo companheiro e os filhos. O casal deve desenvolver, no dia-a-dia, formas eficazes de comunicar e gerir os limites de actuação entre o cônjuge que não tem filhos e os enteados.

## OS TRÊS A CINCO ANOS SEGUINTE

Este período corresponde à consolidação dos hábitos familiares. É natural que, nesta altura, pais, filhos e enteados se sintam mais confortáveis nos seus papéis. A estabilidade conjugal é muito importante para as crianças, permitindo que elas se adaptem às novas figuras familiares – padrasto e madrasta. Tal como acontece num ciclo virtuoso, a adaptação das crianças fortalece a relação conjugal, dissipando quaisquer receios. Nos casais felizes este período corresponde à sensação de pertença a uma família com características diferentes das famílias nucleares mas, ainda assim, muito funcional. Nesta fase o casal também consolida as fronteiras com os “ex”, pelo que a cordialidade tende a sobrepor-se ao conflito. O casal sente-se, nesta altura, preparado para pensar em ter mais filhos.

## A PARTIR DOS CINCO ANOS

Na maior parte dos casos, esta fase corresponde à adolescência dos filhos do primeiro casamento, pelo que o casal enfrenta novos desafios. Como se sabe, a adolescência é propícia à tentativa de romper com os limites impostos pelos pais. Estando os progenitores a viver em casas separadas, pode acontecer que o adolescente tente usufruir da falta de coordenação entre os dois lados para conseguir os seus objectivos. Por exemplo, saídas à noite ou o incumprimento de castigos ficam facilitados se não houver boa comunicação entre os pais. A autoridade do padrasto e da madrasta pode ser posta à prova. Expressões do tipo “Tu não és o meu pai” são utilizadas frequentemente para fugir às regras.

Os adultos que compõem os dois lares do adolescente precisam, por isso, de apostar na coerência das regras. Além disso, as mudanças corporais e a descoberta da sexualidade podem levar a um afastamento entre padrastos e enteadas – ambos tendem a sentir-se menos confortáveis em relação ao contacto físico existente até aí. O ex-marido também pode influenciar este comportamento, manifestando o seu desagrado.

Apesar destas dificuldades, é provável que os laços do casal estejam, nesta altura, suficientemente fortes para sustentar estratégias de resolução de problemas eficazes. Ou seja, nesta altura os adultos deixam de se sentir pressionados pelos receios de ferir os filhos e aceitam que o bem-estar de todos também depende do bem-estar conjugal. A satisfação e a estabilidade conjugal atingem, nesta altura, o seu ponto alto.

Fonte: MORAIS, Cláudia. **Famílias Reconstituídas**. (2011). Disponível em: <<http://www.apsicologa.com/2008/04/familias-reconstituidas.html>> Acesso em: 23 jul. 2015.

## ANEXO 02 – ARTIGO DA DISSERTAÇÃO

### O PAPEL DA RELIGIÃO NA PSICOTERAPIA DE APOIO NO ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA RECASADA

### THE RELIGION ROLE IN SUPPORT OF FAMILY PSYCHOTHERAPY IN MONITORING REMARRIED

Matusalém Alves Oliveira<sup>15</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo foi, por meio da pesquisa bibliográfica, expor uma abordagem sobre uma das áreas fundamentais da Psicologia – a Psicoterapia de Apoio – enfatizando a sua influência na cura pela fé. Justifica-se o estudo pelo interesse no assunto em pauta em virtude de contextualizar a importância da psicoterapia de apoio que é um espaço especial de atenção às dificuldades da vida e aos caminhos internos para solucioná-los. A conclusão foi a de que psicoterapia de apoio é uma realidade, uma vez que o progresso da área pode ser confirmado tanto pelo aumento significativo de literatura nacional e estrangeira relativa ao tema como pela frequência crescente. Atualmente, a psicoterapia de apoio ocupa um lugar essencial na área da e importância dos congressos científicos da área no Brasil e no exterior.

**Palavras-chave:** Psicoterapia, Teologia, Família, Divórcio, Recasamento.

**Abstract:** This article has been through the literature search, display an approach to one of the fundamental areas of psychology - psychotherapy support - emphasizing their influence on faith healing. Is justified by the study interest in the subject matter due to contextualize the importance of supportive psychotherapy which is a special area of attention to life's difficulties and internal ways to solve them. The conclusion was that supportive psychotherapy is a reality, since the progress of the area can be confirmed both by a significant increase of domestic and foreign literature on the subject as the

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Matusalém Alves. Artigo apresentado a Uniderc - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Orientador Prof. Dr. Jabes Oliveira Moura, 2013.

increasing frequency Currently, supportive psychotherapy is an essential element in area and importance of scientific congresses in the area in Brazil and abroad.

**Keywords:** Psychotherapy, theology, Family, Divorce, Remarriage

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a Psicoterapia é validada pela ciência, afirma-se que entre ciência e fé cristã existe uma grade rivalidade histórica, gerada pela disputa da prerrogativa de explicar a nós mesmos o mundo e aquilo que somos. “Apesar de existirem motivos históricos para essa inimizade, não é verdade que ciência e fé sejam incompatíveis”. (SILVA, 2015, p. 1). Segundo esse autor, a rivalidade “[...] pode ser explicada como um imenso equívoco, gerado pela intolerância de ambas as partes, que é afirmar que há uma única verdade [...]” (SILVA, 2015, p. 1).

Essa pesquisa se baseia em teorias validadas pela ciência, como, por exemplo, a psicanálise, e pode ser aplicada no tratamento de neuroses e psicoses leves como: ansiedade, depressão, pânico, fobia, doenças psicossomáticas e outras. Nas psicoses graves como: esquizofrenia, psicose maníaco depressiva, a indicada é a psicoterapia de apoio e a psicoterapia familiar.

As psicoterapias de apoio são as mais frequentes e as menos elaboradas, podendo ser utilizadas isoladamente, constituindo um tratamento essencial ou mesmo o único possível em determinadas situações, ou podendo ser o ponto de partida para uma psicoterapia de maior profundidade. A psicoterapia de apoio é e pretende ser uma terapia pragmática voltada irada para aquilo que é enunciado como queixa, sintoma ou sofrimento.

Nesse sentido, cabe aqui citar Carrenho (2002) quando a mesma refere que a psicoterapia tem como uma de suas propostas, ajudar as pessoas a conduzir e assumir sua vida por meio de escolhas certas e se responsabilizar por essas escolhas e respectivas consequências. Ressalta a autora que o profissional eficiente e eficaz trabalha em consonância com o indivíduo que busca e precisa de ajuda para que o mesmo ‘enxergue’ os recursos para viver com mais qualidade de vida.

Em geral, quando uma pessoa procura ajuda por meio da psicoterapia, ela está se sentindo incapaz de lidar com conflitos que lhe proporcionam angústia.

Seu maior desejo é descobrir um caminho para resolver seus impasses e minorar seu desconforto. Entre esses conflitos, pode constar a questão da participação ou não da comunidade religiosa, ou muitas vezes o conflito surge em decorrência de uma vida dupla, em que o ingresso em um grupo religioso torna-se uma imposição.

Ao buscar a psicoterapia, considera-se que a pessoa se afasta da igreja, porém isso não é verdade, ela busca a psicoterapia porque já tinha em mente não mais participar da comunidade religiosa. Então, sentindo a necessidade de se fortalecer na decisão tomada, precisava de alguma sustentação. O que determina a utilização da psicoterapia de apoio é, portanto, as necessidades do cliente e o contexto específico em que o terapeuta trabalha. A psicoterapia de apoio é considerada a única realmente eficaz em contextos institucionais, que serve praticamente todas as populações e sujeitos, mesmo existindo outros tipos de trabalhos psicoterapêuticos (CARDOSO, 2015).

A expansão do enfoque psicossomático das questões relacionadas à saúde e à doença e o processo da Psicologia nos contextos institucionais organizados para as demandas da área são tendências dessa época.

Pelo evidenciado surgiu a motivação para se pesquisar sobre a temática em pauta justificando assim este estudo. O objetivo foi expor uma abordagem sobre uma das áreas fundamentais da Psicologia – a Psicoterapia de Apoio – enfatizando a sua influência na cura pela fé. O problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: a Psicoterapia de apoio é uma realidade? Como hipótese tem-se que o progresso da área pode ser confirmado tanto pelo aumento significativo de literatura nacional e estrangeira relativa ao tema como pela frequência crescente e importância dos congressos científicos da área no Brasil e no exterior.

A metodologia aplicada foi a pertinente à pesquisa bibliográfica que se traduz em um levantamento bibliográfico de livros, revistas e artigos científicos.

## **2 A importância da família no desenvolvimento infantil**

Diante das capacidades (conforme idade) das crianças, se tem que a importância da família e escola – no processo ensino e aprendizagem. Todavia, analisando no sentido histórico pode-se afirmar que a maior parte da educação da criança ficou restrita a família durante muito tempo no passado.

Desde a idade média as crianças não tinham espaço próprio, muito cedo já faziam parte do mundo adulto. Os meninos eram de responsabilidade dos pais e os ensinava uma profissão, as meninas contribuía nas tarefas da casa, haja vista, que não cabia espaço para diversão e brincadeiras. Assim, os filhos tinham que trabalhar e passar adiante o que lhe foi ensinado. Como 'adultos miniaturas' não usufruíam de cuidados específicos como hoje ou de laços afetivos familiares. A família apenas transferia os bens. Nesse sentido, Ariès (1981, p. 23), afirma que: "Não devemos nos surpreender diante dessa insensibilidade, pois ela era absolutamente natural nas condições demográficas da época".

O tempo passou na Idade Média até a Idade Moderna e a criança ainda não havia ocupado seu espaço, não tendo a atenção devida vinha a óbito com muita facilidade por conta das inegligências, a falta de afeto também era algo um fator muito acentuado.

Segundo Ariès (1981, p. 128), "[...] o respeito às crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado. Aos adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas, elas ouviam e viam tudo".

E necessário fazer uma ressalva de acordo com a informação de Airès (1981, p. 99) "[...] o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à particularidade do que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem".

A família desempenha um papel importante na formação do indivíduo, pois permite e possibilita a constituição de sua essencialidade. É nela que o homem concebe suas raízes e torna-se um ser capaz de elaboração alargador de competências próprias. A família é, portanto, a primeira instituição social formadora da criança (RACY; VIEIRA, 2013, p. 1). A família é responsável, em grande parte da personalidade da criança que um dia será adulto.

De acordo com Costa (2010, p. 2), no âmbito 'educação', "Discute-se [...] com maior ênfase, a necessidade de uma participação efetiva das famílias na instituição escolar". Pode-se definir educação de qualidade quando a mesma for sinônima de 'educação moral' - na escola, na família e também na sociedade.

Compreender dificuldades no relacionamento 'aluno & família' é o ponto de partida do trabalho do professor. Isso porque não são todos os alunos que pertencem a famílias que possuem recursos para uma vida digna – muitas trabalham para sobreviver - pai e mãe e em alguns casos irmãos mais velhos são

assalariados, ou seja, ganham salário mínimo - não há como nem iniciar nem manter excelência de padrão de vida, Muitas vezes é preciso 'dois empregos' para garantir sobrevivência e o mínimo de dignidade, daí os problemas. Os pais não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos filhos na escola, que se sentem abandonados pela família, e a escola não consegue dialogar com a família, uma vez que os pais não dispõem de tempo hábil para tal.

Todavia, o problema não se resume ao fator "tempo", muitas vezes também os pais são negligentes e a escola também. Nesse sentido, de acordo com Strick e Smith (2001, p. 39-40), os principais problemas familiares, aqui sintetizados, são:

- Separação: pode ser traumática e trazer sérios problemas emocionais e de aprendizagem se não for bem discutida com os filhos;
- Abandono: causa descontrole, e a criança fatalmente vai enfrentar o fracasso escolar, diminuição da autoestima etc.;
- Dificuldades financeiras: questões econômicas geram outros comprometimentos como, por exemplo:
  - ✓ desnutrição;
  - ✓ falta de recursos para adquirir material adequado à aprendizagem;
  - ✓ irritação, instabilidade, depressão;
  - ✓ perda do interesse pela aprendizagem, agressividade e desatenção;
- Alcoolismo / drogas / promiscuidade: causam conflitos e tensões, além do risco da criança/adolescente ser um futuro usuário, danificando seu corpo físico, o psíquico e o emocional.

Para prover uma educação ideal, é preciso em primeiro lugar que a criança respeite seus pais e professores, sem medo. Isso requer responsabilidade e idoneidade e afetividade por parte da família e da escola, fatores que ajudam no combate à violência.

Segundo Vidal (2001), nos dias atuais, a violência e diversas outras problemáticas chegam cada vez mais de forma intensa na sociedade, principalmente entre os jovens constituintes das classes menos favorecidas da sociedade, não estando, no entanto, restrita aos mesmos.

A configuração atual da educação brasileira, de acordo com Mészáros (2005), permite essa relação fraquejada, pelo fato de que se busca na escola o papel que a família deveria ter na formação das crianças e adolescentes e, ao não



encontrar aquilo que procura a revolta se alastra demonstrando o que hoje pode ser observado tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino.

As crianças/adolescentes no curso de seu desenvolvimento vivem uma experiência individual “[...] vive um segundo tipo de experiência que o transforma num ser diferente dos demais, pela sua capacidade de assimilação e apropriação da experiência acumulada pelo gênero humano”. (DANTAS, 1990, p. 89). Para que essa experiência seja válida, deve ser embasada na afetividade, uma vez que cognição e afeto são fatores considerados inseparáveis no âmbito ‘conhecimento humano’. Assim sendo, tem-se que “[...] aprender é uma forma de desenvolvimento de competências individuais, além de ser um exercício constante em estar de braços abertos para todo e qualquer conhecimento”. O papel do professor nesse cenário é muito importante, sendo imprescindível demonstrar afeto pelos seus alunos, porque se insensível e desavisado, propiciará ao aluno dificuldades para aprender e medo de ir à escola, por ficar com receio do professor.

### **3 Discussão e debate teórico referente ao histórico da família**

Guirado (2004, p. 73), em relação ao cotidiano que se perpetua no ambiente escolar define que as relações entre “[...] professores, diretores, orientadores, crianças (são vivenciadas) como relações naturais”, embora não sejam, pois são geridas pelos sujeitos das relações. Mas, que a ação destes sujeitos “[...] não está sendo percebida como instituída, ou seja, como a que produz esta ordem natural”.

A escola se apropria, enquanto instituição educacional, do conhecimento e é por ele e, por meio dele, que deveria se dar a relação entre professor e aluno. “[...] a escola, desde o ponto de vista institucional, equivaleria basicamente às práticas concretas de seus agentes e clientela, tendo a relação professor-aluno com núcleo fundamental” (AQUINO, 2008, p. 50).

Dessa forma, a escola, como espaço institucional responsável pela educação, quando percebe que a indisciplina está interferindo em seu objetivo maior - promover a educação – se preocupa no sentido de encontrar solução para este problema.

Porém, como constatado em Lepre (1999, p. 112), os professores geralmente situam a origem da indisciplina no aluno no ambiente familiar, ou seja,

“[...] na falta de limites dada pelos pais, na dificuldade em respeitar regras, na falta de afeto ou em problemas pessoais não definidos”.

Nesse viés, Aquino (2008, p. 23) defende que a solução está em “[...] reforçar, no aluno, o sentimento de ser moral”. Cabe aqui, citar Tiba (1999, p. 140) quando afirma que “O ambiente escolar deve se de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos”.

E, a escola é uma instituição social “Responsável pela educação escolar, é um espaço destinado ao trabalho pedagógico formal, ao entendimento de regras, à formação de valores, éticos e morais, ao exercício da cidadania” (BRAMBATTI, 2006, p. 6).

Com o tempo as experiências vividas formam a personalidade da criança/adolescente. “Na adolescência, torna-se potencialmente capaz de contestar tudo aquilo que sinta não ser ele mesmo” (KALINA; GRYNBERG, 2002, p. 15).

Sabe-se que “[...] o comportamento individual e a formação do juízo moral são moldados por meio de valores sociais, transmitidos principalmente pela família e pela escola” (AMARAL, 2007, p. 8). Entretanto, “[...] experiências vividas no próprio cotidiano familiar, algumas delas relacionadas ao afeto, responsabilidade e ao estabelecimento de limites, podem constituir importantes fatores na proteção desses jovens [...]” ao “[...] se relacionarem na escola e comunidade” (INEM; BATISTA, 1997, p. 72).

É notório que a participação da mãe e pai na educação formal de seus filhos deve ser constante e de forma consciente, haja vista que a relação entre escola e família é considerada simultânea e complementar.

A família tem a função de complementar à formação do indivíduo, pois são responsáveis diretos, no entanto a função de oferecer a educação formal é responsabilidade da escola, então ambas são corresponsáveis por toda a formação da criança e adolescentes.

Observa-se, então, o quanto é necessário que essas duas instituições - família e escola - mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade.

A troca de ideias entre educadores e pais trará soluções mais rápidas aos problemas enfrentados pelas crianças. “Quando a escola, o pai e a mãe falam a

mesma língua e têm valores semelhantes, a criança aprende sem conflitos e não joga a escola contra os pais e vice-versa” (TIBA, 2002, p. 183).

A escola por sua proximidade com a família constitui-se como elo importante “[...] na busca de mecanismos que favoreça um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a sociedade” (TIBA, 2002, p. 183).

Uma escola que contribui para a formação de um homem criativo, crítico e construtivo, pois estará também: ajudando a organizar um processo de um ensino e aprendizagem de qualidade.

Quando a escola e a família: A escola precisa “[...] de uma aproximação com a realidade do aluno e da própria comunidade na qual ela está inserida. O aluno também precisa ser incentivado a pensar por si próprio e buscar os conhecimentos de seus interesses, nas bibliotecas, museus etc.” (BRAMBATTI, 2010, p. 11-12).

Segundo essa autora, há muito se sabe que a participação ativa dos pais na vida dos filhos faz toda diferença.

Essa participação deve se iniciar em casa e se estender à escola. A família é considerada como referência de proteção e socialização das pessoas. Quando estruturada, é responsável pela formação de valores culturais, éticos, morais e espirituais transmitidos há várias gerações. Esses valores no ambiente familiar vão contribuir para a formação do caráter da criança/adolescente, nos quesitos: sociedade e escola.

Na sociedade atual é cada vez mais significativa a participação dos pais na formação e na educação de seus filhos. Porém, se tem observado que a família está deixando para a escola a responsabilidade da educação das crianças, não está havendo de fato, uma integração entre esses dois sistemas no que concerne a participação dos pais na formação e na educação dos filhos. Poucas famílias acompanham seus filhos no tocante ao seu rendimento escolar, principalmente as pertencentes às camadas mais populares. Infelizmente a consequência desse fato, ou seja, da não integração família/escola, é que os filhos, infalivelmente não vão se tornar um adulto capaz de contribuir de forma positiva para melhorias da sociedade em que vive.

Felizmente essa realidade mudou. Hoje se observa “[...] uma exaltação da necessidade de se estabelecer um efetivo diálogo entre a escola e a família [...]”

(FARIA FILHO, 2000, p. 45), pois já se sabe que a parceria desses dois sistemas é de fundamental importância para o processo ensino-aprendizagem das crianças e jovens uma vez que a aprendizagem não está apenas nos conteúdos escolares.

Já se percebeu a necessidade de “[...] aprender princípios de convivências comunitários como também exercitar esses princípios por meio de relações mais frutíferas e compromissadas com o desenvolvimento educacional e social” (FERREIRA; ANEQUIM; BINO, 2009, p. 2). Enfim, “[...] que tanto as comunidades escolares como as familiares colaborem para colocar claramente os princípios da inter-relação numa prática de relações sociais fortalecidas pelo respeito, pela eficácia das ações e pela luta por uma cidadania digna”. (Ibidem).

#### **4 Casamento, Divórcio e Recasamento**

Gomes e Paiva (2003) informam que o casamento é sempre tido como o propulsor do contexto familiar, ou seja, é a partir do casamento que se forma uma família com bases sólidas, o que vem a contribuir no desenvolvimento dos filhos, principalmente quando crianças e em fase do processo ensino e aprendizagem nas escolas.

O conceito de divórcio é a ruptura de um casamento válido, decretada em vida dos cônjuges, por motivo previsto em lei, é algo mais complexo do que a separação judicial, embora, ambos sejam causa da dissolução da sociedade conjugal (art. 2º, inc. IV da Lei do Divórcio). O divórcio põe fim ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso, determinando o fim do vínculo conjugal, ou seja, ao ser dissolvido o vínculo matrimonial permite que os divorciados possam se casar novamente, o que não é possível quando da separação judicial. Todavia, a separação judicial e o divórcio estão relacionados, haja vista que a separação judicial representa a preliminar do divórcio, uma vez que haja vontade dos cônjuges em fazê-lo.

Como na anulação de casamento, o divórcio só é declarado por sentença, por meio do chamado ‘processo necessário’, e sempre no pressuposto de uma causa legal expressa, a Lei do Divórcio, em seu art. 2º, parágrafo único, dispõe que, o divórcio só dissolve o casamento válido, e a sentença que o decreta tem eficácia *ex nunc*, só no futuro; a causa jurídica só pode ser superveniente à celebração, restando incólumes os efeitos produzidos na vigência da sociedade conjugal.

Os fatores de diferenciação entre recasamentos são: “[...] o estado civil anterior ao recasamento dos cônjuges; a presença ou ausência de crianças de casamentos anteriores; o significado dos casamentos anteriores para os recasados”. (LOBO, 2005, p. 12).

A quebra de convivência dos pais, a separação judicial e o divórcio não abalam a integridade do poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro, ao contrário de países como a França e a Itália, nos quais o exercício da autoridade parental é alvo de regulamentação judicial após a separação ou o divórcio e recai sobre o cônjuge detentor da guarda.

Nessa ordem de ideias, indaga-se acerca da diferença entre a guarda compartilhada e a guarda única com amplo direito de visitação e efetiva participação do genitor não guardião nas questões fundamentais dos filhos. Se o poder familiar não for atingido pela separação ou pelo divórcio, se o genitor - que não detém a guarda - pode se envolver e deliberar acerca dos pontos essenciais de sua prole - o que ocorre na guarda única -, se a guarda compartilhada só se mostra realizável na hipótese de bom relacionamento entre os genitores, é duvidoso que o compartilhamento da guarda dos filhos pode ocorrer independentemente da regulamentação judicial (HACKNER, 2003).

Em relação aos filhos, “[...] o divórcio não modificará os direitos e os deveres dos pais [...]” (art. 27), ou seja, o estabelecido no processo de separação judicial se manterá, quanto aos direitos e obrigações dos pais para com os filhos como, por exemplo: guarda, alimentação, educação e visita etc. Todavia, esta regra da Lei de Divórcio, pode ser revista para modificar o direito de guarda, a pensão alimentícia, a visita etc. Mesmo que um ou os dois cônjuges se casem novamente, os direitos e deveres com os filhos permanecem. Art. 27, “O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”.

Quando de repente o marido deixa a mulher o divórcio surge como algo inesperado. Daí a necessidade de procurar um advogado, pois as finanças da família correm riscos. É preciso lembrar nessas ocasiões que sem marido é possível viver, sem dinheiro não (BLANCO, 2014).

## **5 Contextualizando as Crianças no Processo do Divórcio**

Azevedo (1992) em seu estudo evidenciou que os comportamentos e os

sentimentos das crianças filhos de pais separados; investigou a incidência dos comportamentos das crianças na escola e na família; investigou a incidência dos comportamentos das crianças na escola e na família que permanece ou não com a família e conclui que na dinâmica familiar e na escola predominam os comportamentos inadequados.

A separação dos pais não afetou, significativamente, a qualidade dos sentimentos da maioria dos filhos em relação ao genitor (a) ausente do lar; as crianças que não recebiam visitas dos genitores ou não às recebiam regularmente, tenderam ao desempenho escolar e a incidência dos comportamentos inadequados exibidos pelas crianças na escola e na família e os sentimentos negativos vivenciados pelas mesmas, no término das visitas dos genitores, configurou-se como possível associação dos efeitos da separação dos pais sobre o comportamento e sentimento dos filhos.

## **6 Psicologia e Direito de Família**

Juristas revelam que, “[...] na maioria dos casos, os problemas emocionais e as questões jurídicas encontram-se entrelaçados”. (LUCAS, 2009, p. 30). É muito comum os filhos serem utilizados neste momento difícil de separação. A raiva, a mágoa, o rancor, faz com que o genitor que ‘ganhou’ a guarda procure afastar a prole do outro.

A competência para resolver o litígio é do administrador da justiça, o Juiz, que procura dar a guarda àquele que reúna melhores condições, estabelecendo, também critérios para a visitação. Para ajudá-lo a cumprir essa tarefa, o Juiz, que aplica o conhecimento jurídico na avaliação do melhor interesse da criança, recorre, muitas vezes, ao trabalho de psicólogos que atuam junto às Varas de Família para apontar o genitor mais apto à guarda da criança.

Listas com qualidades essenciais para a manutenção da guarda foram exaustivamente enumeradas por diversos autores na tentativa de buscar a padronização dos fatores a serem avaliados, servindo para o desenvolvimento de testes com a finalidade de selecionar um conceito de bom guardião.

Testes como o *Children’s Reports of Parental Behavior* de Schaefer (1965) que visava discernir sobre a percepção das crianças a respeito do comportamento de seus pais também foram divulgados como recursos para se obter informações

para a definição da guarda. O livro 'No melhor interesse da criança' (PEREIRA, 2000), que exerceu grande influência junto às decisões judiciais, indica que a guarda deve ser atribuída ao adulto responsável pelos cuidados com a criança e apresenta o conceito de genitor psicológico - com quem a criança possui maiores vínculos de cunho emocional.

No entanto, os críticos dessa obra argumentam que tal visão limita o interesse da criança à opção 'pai e mãe' o que sugere, então, a filiação unilateral.

Além do entendimento de que é preciso incentivar tanto o pai, quanto a mãe, a serem genitores, ou pais psicológicos, argumenta também que o direito à visita quinzenal do pai que não permanece com a guarda, conforme padrão praticado é interpretado como contribuindo para a demissão do genitor de seu papel.

No Brasil, prevalece nos tribunais a prática de atribuir a guarda dos filhos à mãe, cabendo ao pai visitas quinzenais. Dessa forma, observa-se uma limitação a um relacionamento mais estreito entre pais e filhos.

Segundo Maria Fernanda Rivas - professora de Visita de Departamento de Economia, Universidade Carlos III de Madrid, Spain -, essa prática também ocorre na Argentina e esta distinção pode acarretar prejuízos na medida em que não existem mães e pais ideais, apenas mães e pais presentes ou ausentes. Naturalmente o ideal seria que os mesmos estivessem sempre presentes (RIVAS, 1995).

Há casos em que os dois genitores tem condições para assegurar uma excelente educação aos seus filhos. Essa situação dificulta a decisão sobre quem será o cônjuge guardião. A procura do 'melhor interesse da criança', alvo de críticas de diversos autores, leva muitos pesquisadores à conclusão de que esta aferição dá margem a várias interpretações e entendimentos, conforme os diferentes interventores, possibilitando decisões jurídicas baseadas em valores presumidos. Rivas conclui, também que o debate sobre os interesses da criança não pode ser frutífero, enquanto isolado do entendimento sobre direitos e deveres parentais.

Por meio de avaliação psicológica como o Teste Autoavaliativo Multifatorial de Adaptação Infantil (TAMAI) e o Inventário de Percepção Parental (PPI) os pesquisadores comprovam que, independentemente de ser a mãe ou o pai, em razão de estarem mais próximos deste, percebendo o outro como o vilão da situação. Observam ainda que, comumente, no primeiro ano de separação dos pais,

os filhos apresentam percepções semelhantes em relação a estes, mas que após dois ou três anos a percepção já é em larga escala a favor do genitor guardião.

Diante dos dados colhidos nestas pesquisas a proposta na determinação da guarda ao genitor com quem a criança tem maior ligação emocional não se sustenta, pois, normalmente, os casais demoram em oficializar a separação e, mesmo que logo o façam, é necessário um tempo para o trâmite do processo na justiça.

O intervalo transcorrido junto ao genitor que fica com a criança já é suficiente para estabelecer alianças ou alinhamentos.

Skolnick e Skolnick (1996) perceberam que por não suportarem as desavenças intermináveis com a ex-esposa e por não aceitarem o papel de pais eventuais a que são relegados, alguns acabam por se ausentar completamente da vida de seus filhos.

A interpretação das disposições constantes na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) acerca da liberdade de opinião e de expressão dos menores de idade levantam controvérsias. Uns interpretam que depois de certa idade as crianças de pais que se separam já podem escolher com quem querem morar, enquanto para outros esses direitos não podem servir de incentivo para a criança opinar sobre a separação de seus pais, tomando posição contra ou a favor deles. Normalmente a criança prefere ter os pais convivendo junto a ela, por isso a separação não revela a sua vontade.

Há quem traduza como extremamente saudável a postura de alguns filhos ao optarem por não tomar partido no conflito existente entre seus pais.

Vários países já adotam a atribuição da guarda ou autoridade parental conjunta, seguindo a indicação do artigo 9º da Convenção Internacional dos Direitos da Criança - menores de idade devem ser educados pelos dois pais - e o princípio de igualdade jurídica entre homens e mulheres que consta nas respectivas Cartas Constitucionais.

Nichols e Schwartz (1998) definem 'Família Binuclear' - pai e mãe separados, que moram em residências diferentes - como uma família composta por dois grupos familiares, cada um deles dirigido por um dos pais que possuem uma estrutura familiar com áreas comuns.

Assim, desenvolvem os pais litigantes um caminho de cooperação. A maioria dos ex-casais que vêm à Justiça disputar questões de seus filhos, de fato não alcançaram o 'divórcio psíquico', deveriam vivenciar sentimentos de aceitação,



autoconfiança, independência e autonomia e considerar confortável o novo estilo de vida, porém não deixar de ajudar os filhos. Esta fase familiar binuclear é fonte de sofrimento, principalmente para seus filhos.

Também os atendimentos multifamiliares - recentemente iniciado -, são processos de solicitação de guarda de uma criança por um parente, onde não envolve litígio com os pais do menor de idade, criando assim uma rede de autoajuda em busca de soluções para problemas no seio familiar ou na comunidade.

O objetivo dos psicólogos e assistentes sociais é que as pessoas cheguem a um acordo quanto ao impasse que gerou o litígio. Em seus pareceres descrevem a dinâmica familiar das partes, mostrando a complementaridade nesta relação e a corresponsabilidade de ambos na manutenção dos sintomas. Somente quando esse acordo é impossível, é que se oferece ao Magistrado uma sugestão técnica, discutida e explicada para a família.

## **7 Compreendendo o recasamento**

Há poucas pesquisas no tocante aos recasamentos na literatura científica (BUMPASS; SWEET; MARTIN, 1990). Recentemente, estas uniões conjugais eram concebidas, principalmente devido ao adultério. Segundo Marcondes (2006a) em relação às dinâmicas familiares, restaurar um ambiente familiar no contexto de um novo casamento denota para homens e mulheres ter que harmonizar um número de “[...] relações potencialmente conflituosas: prole de uniões distintas, a nova relação conjugal e a permanência do contato com a (o) ex-parceira (o) em função dos filhos em comum” (COSTA; DIAS, 2012, p. 75).

Hoje, o casamento é referido na literatura pertinente como uma espécie de contrato, com forma prescrita em lei que só existe mediante condições determinadas. Trata-se de a união legítima de um homem e uma mulher com o objetivo, *à priori*, de fundar e manter um lar.

Paralelamente ao casamento há a separação judicial, instituição que antes constava no direito brasileiro, sob a denominação ‘desquite’, mas que pós-CRFB de 1998 ampliando conceitos aprovou, ou seja, a lei permite que um indivíduo realize mais de um casamento. Cabe ressaltar que, como consequência da separação entre os cônjuges, há a polêmica questão da guarda dos filhos que,

controversa e injustamente, na prática, não é um assunto que diz respeito a estes últimos, pois seu destino não é decidido pelos mesmos (MAZIA, 2004).

O crescimento de uma criança num ambiente turbulento em que os pais brigam por motivos fúteis, apenas para se ferirem mutuamente, pode trazer graves resultados como, por exemplo, a transformação de uma criança inocente em um adulto agressivo, doente. Consequências: futuro marido e pai doente (BRANDÃO, 2002).

O recasamento pode causar impacto dependendo da fase do ciclo de vida em que a família se encontra. Normalmente, cônjuges em diferentes fases do ciclo de vida enfrentam maiores dificuldades, uma vez que não se pode de uma hora para outra adquirir ou apagar experiências. Sendo assim, em termos emocionais, o casal precisa viver um processo em que ambos precisam aprender a funcionar em várias fases diferentes do ciclo de vida, simultaneamente e fora de sua sequência normal.

Tratando-se de formatos de família “[...] fica evidente a existência de uma hierarquia na qual a família nuclear ocupa uma posição privilegiada. Famílias recasadas, uniparentais e com outras configurações são vistas como ‘alternativas deficientes’” (TRAVIS, 2003, p. 40).

Para se entender a dinâmica familiar no recasamento é preciso rever os papéis dos membros de uma família tradicional em que algumas funções familiares foram socialmente selecionadas por gênero como, por exemplo, cita-se a mulher, responsável pelo cuidado com os filhos, pela organização doméstica e pelo relacionamento emocional do sistema familiar. Já nas famílias recasadas, a seleção de papéis é pertinente à relação histórica entre pai/mãe biológico e filhos (MCGOLDRICK; CARTER, 2001).

Assim, a família vem passando por uma reconstrução, apresentando uma “[...] ‘combinação multiforme’, isto é, a família está mudando o seu ‘perfil e o traçado de suas relações’” (BRUN, 2001, p. 12).

Quando da separação dos pais, seja por qual motivo for, choque e desajustes ocorrem na vida da criança, e isso interfere no seu desenvolvimento posterior. Apesar da turbulência emocional do momento da separação, só há uma forma de tornar a situação menos traumática: o diálogo. Foram levantadas diversas conceituações sobre família e recasamento para chegar à temática

‘família reconstituída’, ou seja, a estrutura familiar “[...] na qual ao menos um dos adultos é um padrasto ou uma madrasta” (BRUN, 2001, p. 12).

## **8 A Família Reconstituída**

Há muitos tipos de família como, por exemplo, família nuclear tradicional, família reconstituída etc., o que prova que família é uma instituição movida pela criatividade/necessidade da sociedade.

A pesquisadora, a psicologia discute o modelo de família tradicional e “[...] padrões complexos de relacionamento que acabam gerando situações conflituosas entre os membros e um sentimento de ‘orfandade’ nos filhos” (GOMES, 2009, p. 67).

De acordo com Szelbracikowski e Dessen (2007, p. 33), “Esta nova forma de família tem sido pouco investigada, tornando-se invisível ao Direito, que não desenvolveu normas adequadas que sancionem como pode funcionar e nem oferece modelos institucionais que a guie”. (Ibidem, p. 2). Quando o casal se separa a família não acaba, todavia se transforma. Nessa direção assim esclarece Cano et al. (2009, p. 215), “[...] a estrutura se altera com a dissolução da conjugalidade, embora a família, enquanto organização, se mantenha”.

E, “Quando se fala de família, por mais que se relativizem os conceitos e os termos utilizados, geralmente a ideia ainda está muito associada à imagem de pai, mãe e filhos” (CANO et al., 2009, p. 219).

## **9 Construindo o conhecimento da psicoterapia de apoio**

A Psicoterapia de apoio tem como objetivos:

- Restabelecer o equilíbrio psicológico
- Diminuir os sintomas ou prevenir um agravamento da sintomatologia;
- Reforçar as defesas - não se trabalham conteúdos inconscientes de uma forma óbvia, de modo a não aumentar a ansiedade e, conseqüentemente, a sintomatologia;
- Melhorar a adaptação ao meio exterior, modificando comportamentos.

Segundo Cordioli (1997), as psicoterapias de apoio podem ainda procurar:

- Promover o crescimento emocional e;
- A aquisição de maturidade emocional.

## **10 Conceituando e estabelecendo a compreensão de psicoterapia**

De acordo com Valente (2012, p. 1), Psicoterapia é: “A ciência ou arte de tratar e resolvermos problemas ou distúrbios psíquicos (mentais, emocionais e psicossomáticos), por meios ou procedimentos exclusivamente psíquicos”. Trata-se de um método que trata de problemas de natureza emocional, por um profissional treinado e meios psicológicos. A prática psicoterapêutica surge como uma necessidade para ajudar o ser humano nos seus aspectos emocionais, anímicos ou intelectuais em conflito.

Os principais tipos de psicoterapia são:

- Psicoterapia analítica: sistema psicanalítico fundado por Jung (2001) - desde 1902 - teve por modelo, originalmente, a psicanálise freudiana.
- A psicoterapia de apoio: lida com as dificuldades da existência em todas as formas que o sofrimento humano como, por exemplo, pânico, ansiedade, depressão, fobias, crises profissionais, etc. O terapeuta usa o quadro teórico com que habitualmente trabalha para compreender o que é dito pelo cliente e jogado por ele na relação, na medida em que a psicoterapia de apoio não decorre diretamente de nenhuma escola, usando técnicas de diferentes origens.

Qualquer linha de psicoterapia exige disposição ao estudo e à investigação, honestidade de propósitos, procura inaceitável da verdade sobre o ser e respeito ao semelhante.

A psicoterapia é uma assistência psicológica que ajuda as pessoas a resolver conflitos. Nessa direção, conforme Cordioli (1997) psicoterapia é uma forma de tratamento de problemas emocionais, por um profissional treinado e gabaritado para tal. O tratamento consiste em uma relação profissional com um paciente, com o objetivo de extinguir padrões perturbados de conduta em prol do desenvolvimento positivo da personalidade do indivíduo.

Para muitos autores a psicoterapia aparece como uma natural e lógica sequência de psicanálise. No estudo que realizam da evolução da técnica psicanalítica, ou da terapêutica psicanalítica distinguem cinco períodos:

- Hipnose catártica;
- Sugestão em estado de vigília;
- Associação livre;
- Neurose transferencial;
- Reeducação emocional.

Sintetizando, a psicoterapia responde a sintomas como, por exemplo, baixa autoestima e depressão. Passos no/do tratamento: a) aliança terapêutica; b) ajudando o paciente a origem dos sintomas; c) ajudar o paciente a conceber novas formas de vida.

## 11 A Contratransferência em psicoterapia

O trabalho de um psicoterapeuta, com seu paciente depende de uma 'aliança terapêutica'. Para se construir uma aliança terapêutica é ter em mente que a possibilidade de realizar uma psicoterapia de apoio só acontece se, a partir da entrevista, conseguir estabelecer uma relação suficiente para que ambos, psicólogo e paciente, desejem continuar e aprofundar, no sentido de produzir algum tipo de mudança no paciente. Efetivamente, uma das particularidades de qualquer intervenção psicoterapêutica é o fato de assentar diretamente na qualidade da relação que se vai estabelecendo - a mudança ocorre na e pela relação. A fase inicial da psicoterapia é essencial, pois é nesta fase que ocorrem a maior parte das desistências do processo psicoterapêutico. O *drop-out* - fenômeno observado (auditivo ou visual) - pode ocorrer por variadas razões:

- Incongruência em termos de objetivos terapêuticos entre o psicólogo e o cliente - esta incongruência pode estar ligada a expectativas irrealistas -; deste modo, os objetivos devem sempre ser estabelecidos considerando não apenas os resultados da avaliação, mas também o pedido do cliente;
- Impossibilidade em estabelecer um foco, ou seja, um objetivo - acontece com frequência quando o pedido não é do próprio;
- Dificuldade em estabelecer uma boa relação - por exemplo, quando não há vontade genuína de mudança.

Assim, o início da psicoterapia de apoio tem dois objetivos fundamentais:

- Estabelecimento da relação - período em que psicólogo e cliente buscam um vínculo para servir de suporte para a comunicação; é um tempo de conhecimento mútuo em que se aconselha que o psicólogo ofereça uma disponibilidade suficiente, uma atitude atenta e capacidade para entender o pedido, as dúvidas e os medos do cliente;
- Determinação da tarefa psicoterapêutica - projeto terapêutico que se pode estabelecer de acordo com um conjunto de fatores - problemática do cliente; necessidades e expectativas do cliente; avaliação do psicólogo sobre os recursos do cliente; estabelecimento de um foco.

Nesse cenário, cita-se a importância da aliança terapêutica estabelece-se nesta fase inicial e é essencial para o cumprimento do contrato; esta relação implica empatia, confidencialidade e confiança e define-se como sendo uma forma particular de colaboração ativa entre a relação 'terapeuta e cliente' que assenta por meio de um acordo em que responsabilidades e papéis de ambos estejam bem definidos.

A aliança terapêutica vai-se fortalecendo à medida que o cliente e o terapeuta vão conseguindo um entendimento comum sobre o que constitui o problema do cliente, a sua natureza e a estratégia a ser adaptada para o remove-lo ou modificar. A aliança terapêutica é um fator comum responsável pela eficácia da terapia. A mesma tem sido considerada um elemento fundamental em todas as formas de psicoterapia. (RECHE; SILVA. 2003).

Às pessoas que se encontram em desconforto psicológico, indica-se Psicoterapia de Apoio. Nesse cenário, a aliança terapêutica entre psicólogo e paciente é fundamental. Na sequência maiores esclarecimentos sobre técnicas da Psicoterapia de Apoio.

## **12 A psicoterapia de apoio: objetivos e técnicas**

A Psicoterapia de apoio tem como objetivos:

- Restabelecer o equilíbrio psicológico
- Diminuir os sintomas ou prevenir um agravamento da sintomatologia;
- Reforçar as defesas - não se trabalham conteúdos inconscientes de uma forma óbvia, de modo a não aumentar a ansiedade e, conseqüentemente, a sintomatologia;

- Melhorar a adaptação ao meio exterior, modificando comportamentos.

Segundo Cordioli (1997), as psicoterapias de apoio podem ainda procurar:

- Promover o crescimento emocional e;
- A aquisição de maturidade emocional.

Do ponto de vista da técnica, a psicoterapia de apoio varia conforme a formação e personalidade do terapeuta, mas, de um modo geral, as atitudes mais frequentes são de alguma diretividade – pode-se mobilizar não só os recursos internos, como também os recursos externos (a sugestão) - no sentido duplo de sugerir e suggestionar -, a persuasão e a securização, partindo sempre do respeito pela autonomia e liberdade do outro, favorecendo a responsabilidade pelas próprias escolhas. Neste modelo, o terapeuta utiliza-se mais a si próprio, favorecendo a identificação e funcionando como um ego auxiliar.

As técnicas utilizadas em psicoterapia de apoio estão parcialmente dependentes da orientação teórica do terapeuta, na medida em que as técnicas são utilizadas de forma distinta de terapeuta para terapeuta.

Outros fatores que podem afetar a escolha das técnicas a utilizar são as circunstâncias em que decorre a psicoterapia, as características do próprio cliente e os objetivos terapêuticos delineados.

Entendendo as Técnicas de Sugestão:

- Sugestão: tem como objetivo induzir uma ideia ou sentimentos, produzindo modificações na vontade expressa pelo cliente; sugerem-se várias alternativas e nunca apenas uma - porque esta seria tomada como indicação -, discutindo com o cliente vantagens e inconvenientes de cada uma delas e deixando ao paciente a responsabilidade da decisão - é preciso utilizar cuidadosamente esta técnica, isto porque pode aumentar os níveis de dependência e de imaturidade;
- Controle ativo: apenas desempenhamos funções de ego auxiliar quando consideramos que a pessoa não está em condições de decidir por si própria - esta técnica tem mais a ver com os recursos externos disponíveis - falar com a família, com a assistente social, com outros técnicos, pedir à pessoa para adiar uma decisão -; o controle ativo deve referir-se a aspectos concretos e parcelares dos recursos externos do cliente;
- Aconselhamento: explicitação, sugestão ou recomendação por parte do terapeuta de atitudes ou decisões do cliente, visando reforçar o paciente ou

aspectos saudáveis da sua personalidade, reduzir sintomas ou evitar crises; na orientação e aconselhamento, damos sugestões diretamente relacionadas com os recursos internos que se estima que a pessoa possua;

- **Securização:** técnica em que o terapeuta tranquiliza o cliente em prol de sua autoestima por meio da expressão de concordância com uma ideia, pensamento, atitude ou decisão; pode passar pelo elogio.

Mas, mais importante do que elogiar é reforçar o raciocínio e as soluções que a pessoa apresenta para as suas próprias dificuldades (esta técnica relaciona-se com o *holding* e com a contenção das ansiedades);

- **Ventilação:** dar à pessoa a possibilidade de demonstrar os afetos de uma forma catártica - purificação espiritual por meio do emocional -, o que é importante em termos de aliança terapêutica, abrindo espaço para o uso de outras técnicas que aprofundem e deem sentido à necessidade e ao valor dessa expressão de sentimentos; a ab-reação pode surgir de forma espontânea ou provocada quando de uma psicoterapia.

#### Entendendo as Técnicas de Autoconhecimento:

- **Clarificação:** devolver ao outro de uma forma mais articulada o que foi dito, promovendo o aumento do autoconhecimento, da compreensão geral das próprias estruturas cognitivas, da integração dos processos mentais e do autocontrole - permite ao cliente perceber melhor os seus sintomas, afetos, atitudes e aspectos da realidade e as relações que se estabelecem entre todos esses elementos;
- **Confrontação:** colocar lado a lado conteúdos diferentes sobre o mesmo tema ou incoerentes entre: o conteúdo verbal e o não verbal, a confrontação pode ser destrutiva - despontando sentimentos de agressividade, ou construtiva -, provocando retraimento inicial, mas acabando por dar oportunidade a novos desenvolvimentos.

Esta técnica tem como objetivo aumentar o autoconhecimento e a capacidade de discriminação das realidades interna e externa, esclarecer dúvidas do entrevistador e esclarecer dimensões específicas de conteúdos/personalidade do entrevistado;



- Educação: dar informação de caráter pedagógico e informativo relacionada com situações relevantes para o cliente - numa primeira fase tenta-se perceber o que é que a pessoa já sabe sobre o assunto.

Só se aplica a técnica quando se percebe que o problema é verdadeiramente falta de informação - é importante informar, mas mais importante será a pessoa sentir-se aceite, contida, desculpabilizada, securizada.

### **13 O Acompanhamento Psicoterapêutico**

Trata-se de uma combinação de técnicas específicas, a Psicoterapia de apoio e a Psicoterapia de Esclarecimento, caracterizando a prevenção e/ou tratamento psicológico como um acompanhamento psicoterápico breve, focalizado na situação vital atual, na problemática emergente da pessoa e nos fatores desencadeadores e/ou nas consequências da crise.

O objetivo da Psicoterapia de apoio é: “A atenuação ou supressão da ansiedade e de outros sintomas clínicos, como meio de favorecer um retorno à situação de homeostase anterior à descompensação ou crise” (FIORINI, 1991, p. 51). A estratégia básica desta técnica é o estabelecimento de um vínculo terapêutico que encoraje, proteja e ao mesmo tempo oriente. A função do terapeuta é encorajar de forma diretiva.

Na Psicoterapia de esclarecimento o objetivo é “[...] desenvolver o paciente uma atitude de auto-observação e um modo de compreender suas dificuldades diversas do que é fornecido pelo senso comum. Isto é, mais próximo do nível de suas motivações e de seus conflitos” (FIORINI, 1991, p. 53).

Além dos objetivos envolvidos na Psicoterapia de Apoio, a Psicoterapia de esclarecimento alcança ou busca alcançar uma imagem global das inter-relações, centralizada em focos de compreensão, e se destina a clarificar a situação de crise. A estratégia fundamental desta técnica consiste no estabelecimento de relação de questionamento, cujo foco é o esclarecimento das conexões entre a biografia e a transferência de vínculos básicos agressivos para as relações atuais e sintomas (FIORINI, 1991).

Sobre a importância e o como ouvir ao paciente, sem dúvida alguma, é mais difícil ouvir do que falar; um ditado talmúdico diz que, se as palavras são prata, o silêncio é ouro. Aprender a ouvir um paciente é o maior desafio que enfrenta um

psicoterapeuta. Quando este, no início da formação, pergunta ao supervisor o que dizer ao paciente, é também para não seguir ouvindo. A tarefa terapêutica, para ser bem desenvolvida, exige que o terapeuta se abra ao discurso do paciente. Mas, em geral, os psicoterapeutas são muito silenciosos, não dizem quase nada, só ouvem, não riem etc. Estas são as questões centrais nas psicoterapias: como ouvir, o que falar, quando falar, limites do tratamento, psicoterapias, com indicações claras e precisas, de como ouvir, ou de quando falar ao paciente.

Toda tentativa, e muitas são feitas, de estandardizar as psicoterapias, não são autoritárias e pouco terapêuticas. O ser humano precisar ser entendido, este é um dos objetivos terapêuticos.

Aprender a ouvir é importante, pois só a partir daí - e não apenas a teoria acumulada - é possível entender a angústia, o sofrimento. O terapeuta que sabe muito sobre seu paciente pode, às vezes, não ouvir novas e decisivas dimensões que se abrem em uma sessão.

Ouvir, abrir-se ao outro, implica certa elaboração do seu narcisismo e tolerância com o sofrimento humano. Adotar uma atitude passiva, em atenção flutuante - atitude básica do terapeuta -, só lentamente é possível aprender.

Muitas vezes é mal entendida esta questão do silêncio, que passa a ser quase um valor em si mesmo. Às vezes, os pacientes se queixam dos longos e intermináveis silêncios dos terapeutas, e podem ter razão. Sigmund Freud não foi pelos seus relatos e dos pacientes, um analista muito silencioso. De qualquer forma, há uma tendência geral em admitir que, nas psicoterapias, a atitude terapêutica é mais ativa que em um processo psicanalítico.

De qualquer maneira, a regra da associação livre é fundamental, até em pacientes que farão tratamentos bem curtos. Além disso, os atos falhos e, principalmente, os sonhos, seguem sendo a via régia para o inconsciente. Ao mesmo tempo, e aí vem a exigência de flexibilidade do terapeuta, é preciso dialogar, opinar e, às vezes, até aconselhar. Logo, nem sempre nas psicoterapias será possível a associação livre ou a atenção flutuante. Algum dia alguém tentará sugerir parâmetros e regras de todas estas situações, para (des) orientar os terapeutas.

## **14 Psicoterapia de apoio, fé, recasamento, família e religião**

Como escreveu a historiadora das religiões Karen Armstrong em seu livro 'Uma História de Deus' (1994), "[...] parece que criar deuses é uma coisa que os seres humanos sempre fizeram. E, quando uma ideia religiosa deixa de funcionar para eles, simplesmente a substituem" (CAVALCANTE, 2007, p. 1).

No início do século XX "[...] acreditava-se que quanto mais o mundo absorvesse a ciência e a erudição, menor seria o papel da religião. [...] No início do séc. XXI, o mundo continua inesperadamente místico" (KLINTOWITZ, 2001, p. 1). Quando tudo caminhava bem na vida, as pessoas quase não sentiam necessidade de segurança de se aprofundar na fé.

Todavia, hoje a violência vivida fez com que "[...] muitos fiéis, cada vez mais fervorosos na esperança de que uma ajuda dos céus venha proteger-nos". (Ibidem).

Muitas religiões 'criadas' unem e separam amigos, famílias, comunidades etc. que, pela força da fé e 'obedecem' os chamados 'falsos profetas'.

Muitas influenciam, controlando coletivamente as pessoas por meio de ensinamentos fora da realidade. Um exemplo, foi o caso do dia 11 de Setembro de 2001, quando a mando de um desses chefes religiosos – Osama Bin Laden – fiéis talibãs sequestraram quatro aviões americanos e fizeram ataques suicidas lançando-os contra as torres gêmeas, o pentágono e diz-se, lançariam também contra a Casa Branca.

Todas as religiões almejam ser absolutamente puras e também o único instrumento de Deus (MARTIN, MARTY; LARRY, 1998). Parece coisa de uma mente delirante – como o 'caso Hitler', por exemplo -, dos gênios do mal caricaturados nos cinemas ou nas histórias em quadrinhos.

Fanáticos cegos pela fé não ponderam, e obedecendo fielmente à cúpula de suas religiões, que muitas vezes cometem crimes que repercutem mundialmente. O sofrimento advindo por tais atos e as contradições características de cada religião é causa da falta de fé nas religiões. Por esse motivo as pessoas criam sua própria religião, por meio da qual mantêm contato sem intermediários com o divino. Quanto ao papel da religião na psicoterapia, integrar dimensões religiosas durante a psicoterapia "[...] requer profissionalismo ético, alta qualidade de conhecimento e habilidades para alinhar as informações coletadas sobre as crenças e valores ao benefício do processo terapêutico" (PERES et al., 2007, p. 142)

Conforme essa autora, a Consciência de Deus é que determina uma meta lógica para a psicoterapia. Essa consciência ocorre quando a psicoterapia for total, e se evidencia a verdade e o perdão, lembrando que não conhecer Deus é não possuir o conhecimento. É aí que o ódio se evidencia. O processo da psicoterapia é o retorno à serenidade. É importante lembrar que ninguém consegue a tão sonhada serenidade sozinho: o professor e o aluno, o terapeuta e o paciente, juntos podem encontrar uma solução, mesmo que paliativa no início do tratamento. Só a verdadeira religião cura. Assim, a psicoterapia, para alcançar resultados positivos, deve se embasar na fé religiosa.

## **15 Conclusão**

Pelo levantamento bibliográfico realizado, conclui-se que de forma geral, as pessoas discutem questões familiares tendo por base sua realidade.

Embora a instituição 'Família' enseje aspectos positivos como, por exemplo: amor, apoio e solidariedade, podem ocorrer divergências que descentralizam a família.

Consequente e simultaneamente ocorre a procura de contatos fora do círculo familiar como, por exemplo, primos, vizinhos, amigos, empregados etc. Assim, o conteúdo afetivo das famílias se empobrece por um lado e se renova de outro, por meio do recasamento e / ou reconstituição da família. Mas, seja qual for o tipo de família, geralmente prevalece sentimento de união e amor que reflete na educação, importância social e reputação e autoestima.

A família formada fora de um casamento convencional, sempre foi recebida com severas críticas No ordenamento brasileiro, antes, não se reconhecia esta família como legítima. Como sempre se procurou proteger a família constituída formalmente, a união estável não era reconhecida pelo Estado, mesmo sabendo que sempre existiu a família informal no Brasil.

O casamento religioso é um ato de mera tradição do homem, como já comentado sem efeitos civis em que muitos se consideram em paz com sua consciência para com Deus e dispensam a realização do casamento civil, assim claro está que é preciso levar em consideração a cultura, a fé e a credibilidade do homem no meio que vive.

Talvez um dos fatos que aumentaram o relacionamento extraconjugal, seja o fato de não haver o divórcio, motivo de inúmeros casais separados, desquitados, contraindo nova ligação de casamento, formando uma nova família, com filhos e até mesmo, ajudando-se mutuamente com relação à formação de patrimônios. Os genitores, passar por uma enorme desordem psicossocial quando do rompimento conjugal. Muitos pais encontram dificuldades quando precisam se afastar de seus filhos e não mais participar do desenvolvimento dos mesmos, o que causa grandes transtornos psicológicos para as crianças/adolescentes.

Ainda que a separação ou o divórcio sejam propostos como um processo não discutível, na verdade, os cônjuges cedem a esta espécie para não terem a causa da separação exposta, ou então por conta da celeridade do rito, mas na verdade estão sofrendo com o fato, pois os efeitos negativos do desenlace atingem, visivelmente, os filhos. Principalmente se esses forem ainda crianças, que em sua grande maioria, não possui estrutura psicológica para aceitar o fato 'família desfeita'.

Nestes casos, os filhos contribuem ainda mais para diminuir a autoestima dos seus pais. Impor a criança essa situação traumática a deixa insegura e a faz pensar que os genitores são no mínimo negligentes pelo fato do abandono.

Essa situação confunde a criança/adolescente e acarreta em prejuízos em determinadas fases das suas vidas. Quando a criança é pequena, tem seu desenvolvimento escolar e social comprometidos.

Quanto adolescentes, se opõe a troca de endereço, por que mudança de casa pode significar uma imposição a sua liberdade de escolha. Assim, acredita-se que ainda vai levar um bom tempo para que a sociedade aceite outro tipo de casamento que não seja o da família nuclear.

A resiliência familiar por meio de seções de terapia ajuda todos os componentes de toda e qualquer família a harmonizar o ambiente, por intermédio de soluções tanto paliativas quanto efetivas.

A Igreja tenta interferir, mas muitos fiéis são contra esta atitude da igreja, uma vez que consideram que esta atitude contribuiu e contribui ainda para o processo do divórcio e do recasamento. Isso porque a igreja prega que as pessoas mantenham o casamento. Outros seguimentos do cristianismo se empenham e pregam em prol da preservação da família nuclear, todavia não são contra o divórcio - alguns segmentos de forma irrestrita e outros com restrições. Cabe ressaltar que igrejas protestantes e evangélicas, aceita o ingresso de indivíduos recasados,

principalmente se a causa do divórcio for adultério, tanto da parte do homem quanto da mulher. Esses indivíduos se tornam membros da comunidade e aceito o recasamento de seus membros, principalmente se for devido a adultério de uma das partes.

Geralmente, em quase todas as famílias recasadas existem pessoas que passaram pelo processo de divórcio. Para um acompanhamento sólido dessas famílias, torna-se imprescindível, estudar acerca das consequências – principalmente as emocionais - do divórcio sobre os membros da família.

Para os filhos, principalmente para os mais novos, o divórcio é sem dúvida, uma experiência traumática, haja vista não conhecerem outro mundo a não ser o da própria família. Pai, mãe, irmãos e irmãs são o universo em que vivem. Quando as crianças percebem os pais estão na evidência de se separarem, entram em crise, as reações são as mais diversas possíveis, sentem-se perdidos, para eles seu 'mundo caiu'.

Todas essas reações fazem parte de um processo de luto pelo qual a criança passa durante a separação, levando de um a dois anos para a superação. Somente nos últimos anos a sociedade começa a tolerar as pessoas separadas.

No contexto da Igreja Católica, e mesmo em alguns seguimentos da Igreja Protestante no Brasil, tem sido difícil aceitar o novo casamento, o que ocasiona uma resistência em criar novos paradigmas familiares.

Uma solução moderna e eficiente que pode ajudar famílias divorciadas ou recasadas é a terapia de apoio, que depende do preparo e habilidade do terapeuta para conhecer os problemas dos seus clientes (pacientes).

Finalizando, tem-se que o objetivo do presente estudo foi alcançado, pois se conseguiu, por meio de uma pesquisa bibliográfica apurada, elaborar uma abordagem sobre uma das áreas fundamentais da Psicologia - a Psicoterapia de Apoio - enfatizando a sua influência na cura pela fé.

Quanto ao problema de pesquisa confirmou-se a hipótese, pois se constatou, pela pesquisa bibliográfica realizada, que a Psicoterapia de Apoio é uma realidade, uma vez que o progresso da área pode ser confirmado tanto pelo aumento significativo de literatura nacional e estrangeira relativa ao tema como pela frequência crescente e importância dos congressos científicos da área no Brasil e no exterior.

Para uma próxima abordagem sobre o assunto em pauta, recomenda-se a seguinte temática: 'Relação entre Dificuldades de Aprendizagem e Psicoterapia de Apoio', assunto aqui não abordado por fugir ao objetivo da pesquisa, mas que, certamente agregará valor significativo ao aqui explorado e exposto.

## 16 Referências

AMARAL, Vera Lúcia de. Psicologia da educação: aula 14. **Programa Universidade a Distância Unidis-Grad**. 2015, 20f. Disponível em:

<[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia\\_PAR\\_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia\\_Educacao/Psi\\_Ed\\_A14\\_J\\_GR\\_20112007.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A14_J_GR_20112007.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2015.

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 14. ed. São Paulo/SP: Summus, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Dalila. **Crianças, filhos de pais separados**. 1 v. 188p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Educação 01/05/1992. Disponível em: <[www.cnpq/bancodeteses.html.br](http://www.cnpq/bancodeteses.html.br)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BLANCO, Sandra. Casamento e divórcio. **Portal DJ para Casamento**, 2014, 3f. Disponível em: <[http://www.djparacasamento.com.br/Casamento\\_e\\_divorcio.asp](http://www.djparacasamento.com.br/Casamento_e_divorcio.asp)>. Acesso em: 8 ago. 2015.

BRAMBATTI, Fabiana Fagundes. A importância da família na educação de seus filhos com dificuldades de aprendizagem escolar sob a ótica da psicopedagogia. **Revista de Educação do Instituto do Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU)**, v. 5, n. 10, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/201\\_1.pdf](http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/201_1.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2015.

BRANDÃO, Débora. Guarda compartilhada: só depende de nós. **Revista IMES**, jul./dez. 2002, p. 75 a 82. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_direito/article/viewFile/696/542](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/viewFile/696/542)>. Acesso em: 8 ago. 2012.

BRUN, Gladis. **Bem-me-quer, mal-me-quer**: retratos do divórcio. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001.

BUMPASS, Larry L.; SWEET, James; MARTIN, Teresa Castro. Changing patterns of remarriage. **Journal of Marriage and The Family**. v. 52, aug., 1990.

CANO, Débora Staubb et al. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Revista Psicologia e Reflexão Crítica**, Porto Alegre/RS, v. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n2/a07v22n2.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CARDOSO, Carla Sofia. **Áreas de Intervenção**: o que é a Psicoterapia de Apoio. (2015, 3f.) Disponível em: <<https://sites.google.com/site/psicoterapiadeapoio/Home/areas-de-intervencao-1>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CARENHO, Esther. **Ressurreição interior**: celebrando a alegria de viver. São Paulo/SP: Vida, 2002.

CAVALCANTE, Rodrigo. Javé: A invenção de Deus. **Portal do Estudante**, 2007, 3f. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/jave-invencao-deus-435657.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

CORDIOLI, Aristides Volpato. **Psicoterapias**: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre/RS, Artes Médicas, 1997.

COSTA, Luzia Stecanela. A contribuição do psicopedagogo institucional para as reuniões de pais promovidas pela escola. **Portal Só Pedagogia**, 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/reuniaodepais/index.php?pagina=1>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

COSTA, Juliana Monteiro; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. **Psicologia: teoria e prática**, v. 14, n. 3, p. 72-87, 2012.

DANTAS, Heloysa. **A infância da razão**. São Paulo/SP: Manole, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 44-50, 2000.



FERREIRA, Cláudia Puget; ANEQUIM, Fabiola Carmanhanes; BINO, Valéria Cristina P. Alves. **Importância da integração escola-família no processo pedagógico**. Monografia, 2009. p. 2. UNITINS/TO. Disponível em: <<http://monografias.com/trabalhos3/integração-escola-familia/integração-escola-familia2.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

FIORINI, Hector J. **Teoria e técnica de psicoterapias**. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1991.

GOMES, Isabel Cristina. Promovendo saúde nas famílias reconstituídas. **Mudanças – Psicologia da Saúde**. 17(2): 67-72, jul./dez. 2009.

GOMES, Isabel Cristina; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 8, n. esp., p. 3-9, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa02.pdf#search=%22casamento%20e%20fam%C3%ADlia%20%22>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia institucional**. 15. ed. São Paulo/SP: EPU, 2004.

HACKNER, Isabel Telmo. **A manutenção da parentalidade frente à ruptura da conjugalidade**, v. 1, 140p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Psicologia, 01/03/2003. Disponível em: <[www.cnpq/bancodeteses.html.br](http://www.cnpq/bancodeteses.html.br)>. Acesso em: 28 mai. 2015.

INEM, Clara; BAPTISTA, Marcos. (Orgs.). **Toxicomanias: uma abordagem clínica**. Rio de Janeiro/RJ: NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

JUNG, Carl Gustav. **Cartas: 1906-1945**. Obras Completas, v. I. Petrópolis: Vozes, 2001.

KALINA, Eduardo; GRYNBERG, Halina. **Aos pais de adolescentes: viver sem drogas**. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 2002.

KLINTOWITZ, Jaime. Um povo que acredita. **Revista Veja**, São Paulo/SP, ed. 1731, n. 50, dez. 2001, p. 124-129.

LEPRE, Rita Melissa. Desenvolvimento moral e indisciplina na escola. **Nuances**, Presidente Prudente/SP, v. 5, p. 64-120, 1999.

LOBO, Cristina. Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000). **Revista Sociologia**, n. 48, maio 2005, p. 91-114. Disponível em: <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_isoref&pid=S0873-5292005000200007&lng=pt](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0873-5292005000200007&lng=pt)>. Acesso em: 24 jun. 2015.

LUCAS, Graciela Lima de. **Guarda compartilhada** – benefícios experimentados pelas crianças. Monografia, 45f., Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <[www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K211051.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K211051.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2015.

MARCONDES, Gláucia dos Santos. **Eternos aprendizes**: o vínculo paterno em homens separados e descasados de camadas médias. Campinas/SP, 184f., 2006a. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_760.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_760.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2015.

MARTIN MARTY, David Guinn; LARRY Greenfield. **To speak and be heard**: principles of religious civil discourse. Chicago: The Park Ridge Center, 1998.

MAZIA, Edna de Souza. Guarda Compartilhada: evolução e aspectos jurídicos no moderno Direito de Família. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 158-180, 2004.

McGOLDRICK, Monica; CARTER, Betty. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre/RS: Artmed, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo/SP: Boitempo, 2005.

NICHOLS, Michael; SCHWARTZ, Richard. **Terapia familiar**: conceitos e métodos. Brasil. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.

PEREIRA, Tânia da Silva. **O melhor interesse da criança**. Rio de Janeiro/RJ: Renovar, 2000.

PERES, Julio Fernando Prieto et al. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Rev. Psiq. Clín.** 34, supl. 1; p. 136-145, 2007.

RACY, Andréa; VIEIRA, Patrícia. A importância do meio familiar no processo de aprendizagem da criança. **Pedagogia ao Pé da Letra**, 9 de abril de 2013. Disponível

em: <<http://www.mundinhodacrianca.net/2012/09/a-importancia-do-meio-familiar-no.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

RECHE, Carlos Eduardo; SILVA, Henrique Alvarenga da. Avaliação das razões de sucesso na psicoterapia cognitiva. **Rev. Bras. Psiquiatr**, v.25, n.1, p. 56-57, 2003.

RIVAS, Maria Fernanda. **El visitante, uma nueva mirada al padre em los casos de família**. Argentina: Encuentros, v. 4, p. 29, 1995.

SILVA, Willian. **Fé e ciência: opostos ou complementos?** (2015, 2f). Disponível em: <<http://williambh.blogspot.com.br/2007/06/f-e-cincia-opostos-ou-complementos.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SKOLNICK, Arlene; SKOLNICK, Jerome. **Family in transition**. New York: Longman, 1996.

STRICK, Corinne; SMITH, Lisa W. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre/RS: Artmed, 2001.

SZELBRACIKOWSKI, Adriane Correa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 12, n. 1, p. 33-40, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a04.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

TIBA, Içami. **Disciplina na medida certa**. São Paulo/SP: Gente, 1999.

TRAVIS, Susan. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica de amento**. Tese de Mestrado - PUC/Rio, Rio de Janeiro/RJ, 2003, v. 3, 147f. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9916776\\_03\\_completo.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9916776_03_completo.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2015.

VALENTE, Nelson. História das psicoterapias e da psicanálise. Cap. I/I. 2012. Disponível em: <[https://pt.wikisource.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_das\\_Psicoterapias\\_e\\_da\\_Psican%C3%A1lise/I/I](https://pt.wikisource.org/wiki/Hist%C3%B3ria_das_Psicoterapias_e_da_Psican%C3%A1lise/I/I)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2001.